



Organizadores:

*Dra Andrea Lorena Butto Zarzar
Dr Dr. Fábio Bezerra de Andrade
Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva*

CIÊNCIAS SOCIAIS
UFRPE

30



anos

**REVISTA CADERNOS
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DA UFRPE**

*Publicação do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal Rural
de Pernambuco*

Ano X, volume II, número 17 - Edição Especial - Jul-Dez 2020

ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica | ISSN:2316-977X – Versão Impressa



adernos de Ciências Sociais

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural
de Pernambuco

Número Especial – 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE

Andréa Butto

Fábio B. de Andrade

Tarcísio A A Silva

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

ISSN: 2316-977X – Versão Impressa

Ano X, volume II, número 17 – Jul – Dez, 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras ([Sumários.org](http://sumarios.org))

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

Diadorin (<https://diadorim.ibict.br/>)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

R454 Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. v. 2, n. 17 (jul./dez. 2020). - Recife: T. A. Alves da Silva, 2021. 191 p. : il.

Semestral

1. Ciências Sociais – Periódicos I. UFRPE, Departamento de Ciências Sociais II. Silva, Tarcisio Augusto Alves da, ed.

CDD 300.05



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Vice-reitor:

Professor Dr. Gabriel Rivas de Melo

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG

Professora Dr^a. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Professora Dr^a. Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão – PRAE

Professora Dr. Moisés Melo de Santana

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – Progest

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento – Proplan

Carolina Guimarães Raposo

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professor Dr Tarcísio Augusto Alves da
Silva

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar – UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta – UFPE

Dra Renata Menasche – UFRGS

Dr^a Ellen Fensterseifer Woortmann – UNB

Dr^a Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

Diagramação

Luana Oliveira Magalhães

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	05
DOSSIÊ	
“AS ANTROPOLOGIAS” NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO/ UFRPE – FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA	
Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva Maria Grazia Cribari Cardoso.....	12
A INSERÇÃO DA FILOSOFIA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE	
Carlos Antonio Alves Pontes.....	31
CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: CAMINHOS E CRISES (1990 - 2020)	
Fábio Bezerra de Andrade Gabriella Maria Lima Bezerra Alessandra Uchôa Sisnando.....	45
30 ANOS DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE	
Paulo Afonso Barbosa de Brito Clari Ana Horita Leonardo Luiz do Egito Santos.....	69
8 ANOS DA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS: O DIÁLOGO DAS HUMANIDADES NA UFRPE	
Tarcísio Augusto Alves da Silva.....	94
DA SOCIOLOGIA RURAL ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM PERCURSO PARA O TEMPO PRESENTE E O CONHECIMENTO PLURAL	
Giuseppa Maria Daniel Spenillo.....	105
HISTÓRIAS CRUZADAS: VIVÊNCIAS ENTRELAÇADAS DE DOCENTES E DISCENTES NOS 30 ANOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UFRPE	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.....	132
AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	
Rosa Maria de Aquino.....	159
ENTREVISTA - Edval Marinho de Araújo	
João Morais de Souza.....	184
ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE.....	189



30 ANOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA UFRPE

Andrea Butto

Doutora em Sociologia pelo PPGS/UFPE
Professora do Departamento de Ciências Sociais
E-mail: al.zarzar@hotmail.com

Fábio B. de Andrade

Doutorado em Ciências Políticas pelo PPCP/UFPE
Professor do Departamento de Ciências Sociais
E-mail: fabiobandrade@yahoo.com.br

A UFRPE conta com 107 anos de existência e essa história é mais conhecida e difundida, o que ainda poucos sabem é que a instituição também conta com uma história de três décadas das ciências sociais constituída a partir de um núcleo de profissionais da área que chegaram na instituição ainda nos anos 70. Sob a guarda do recém criado Instituto de Ciências Humanas que contava com uma área de antropologia e outra de sociologia dando início as ciências sociais na UFRPE nos anos 70.

Foi nesse período que a UFRPE passa a se vincular ao Ministério de Educação, até então a instituição integrava o Ministério da Agricultura e existiam apenas as faculdades de agronomia, veterinária e ciências domésticas. O Instituto foi formado inicialmente por uma equipe de docentes bastante plural com formação em direito, comunicação e até agronomia, das ciências sociais haviam apenas quatro colegas: Waldenir Araújo antropóloga, além da socióloga Selma Rodrigues, Áureo Bispo e Robson Cavalcanti, todos lecionavam também na Universidade Federal de Pernambuco. Os docentes há época eram contratados em regime da CLT e exclusivamente para atividades de ensino com carga horaria de 20 horas semanais.

A UFRPE, nesse período, era uma instituição de ensino, as atividades iniciais dos docentes das ciências sociais se restringiam ao ensino dos Estudos



Políticos Brasileiros, disciplina que existiu na instituição até 1980, uma ampliação da oferta de ensino se deu com a criação do Curso de licenciatura Moral e Cívica em 1972. Neste período contratam-se novos professores e se constitui também no núcleo de professores com formação de pós-graduação.

Poucos anos mais tarde, em 1979, quando da criação do Departamento de Letras e Ciências Humanas – DLCH – formam-se as três áreas de conhecimento: sociologia, que contava com 5 docentes, economia com dois e extensão, área que posteriormente migra para o departamento de educação. Ofertavam disciplinas nas seguintes áreas: História, Geografia, Religião, Moral e Cívica para variados cursos da UFRPE. Apesar da maior institucionalização e ampliação da equipe de docentes, não se deu um reposicionamento das áreas das humanas na instituição, que permaneceu centrada nas ciências agrárias. Apesar dos limites iniciais enfrentados com o importante apoio da SUDENE, ainda no período em que Celso Furtado estava à frente daquele órgão, **foram implantados laboratórios.**

Fruto desses primeiros passos e de um ambiente de afirmação das ciências sociais em Pernambuco, incluindo aí a criação da Associação dos Sociólogos de Pernambuco, é proposto a criação do curso de ciências sociais em 1990, as ciências sociais foi pioneira nesta iniciativa, mas neste período outros cursos das ciências humanas, como o de História, também ampliam espaço e se institucionalizam.

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, foi criado em 1990. A ênfase em Sociologia Rural, foi retirada no primeiro processo de reformulação, ocorrido em 2004 e passou a incorporar também os estudos urbanos. Em 2012, uma nova revisão do Projeto Pedagógico equiparou as três áreas de conhecimento - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, na Matriz Curricular. Os conteúdos metodológicos, o estudo de temas brasileiros, a discussão de problemáticas recentes e uma sólida formação teórica são

diferenciais do curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

No período compreendido entre 1995 e 2018 já foram graduados 905 bacharéis em Ciências Sociais. Um novo marco das ciências sociais acontece, nesse mesmo período, com a expansão das ciências sociais em agosto de 2010 quando da criação do Departamento de Ciências Sociais (DECISO). Como novo departamento ocorre uma importante expansão, amplia-se o número de docentes, também há uma melhora considerável na infraestrutura para atividades de docência, pesquisa e alargam-se as condições para ações de extensão universitária. O Departamento de Ciências Sociais atende hoje a 14 departamentos acadêmicos da UFRPE.

A atuação das ciências sociais não está restrita ao ensino na graduação, o DECISO tem projeto formulado para a criação do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e aguarda o envio quando da abertura do edital da CAPES, mas a presença em três programas de pós-graduação desde os anos 80 e importante lugar que exercemos na manutenção do programa de Administração e Desenvolvimento Rural, além dos cursos de especialização promovidos, credenciam o departamento para a nova expansão almejada.

A pesquisa se fortaleceu ao longo dos anos. Hoje o DECISO conta com vários grupos de estudo e pesquisas, promove a difusão da produção acadêmica em revistas acadêmicas do departamento: a *Revista Cadernos de Ciências Sociais* e a revista discente denominada *Revista Caboré*, além da publicação em livros e periódicos com pares nacionais e internacionais e conta com participação ativa e representação em associações científicas de distintos planos geográficos.

Diversas temáticas de investigação estão presentes no cotidiano no DECISO ao longo desta trajetória, as pesquisas iniciadas ainda nos anos 70 sobre identidade e cultura popular com o chamado projeto Universidade se mantém até os dias atuais com o estudo sobre arte, cultura e cidadania.



Pesquisas sobre o Brasil rural com temas que vão da reforma agrária, conselhos municipal de desenvolvimento rural, se fortaleceram com estudos recentes sobre agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, cultura, agroecologia, sindicalismo rural, educação ambiental e desenvolvimento territorial rural. A agenda ambiental foi também se fortalecendo com estudos relativos aos meio ambiente, juventudes, educação. Uma equipe de cinco docentes iniciaram uma integração no recém criado Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial o PPGADT.

Nas últimas duas décadas destacam-se como eixos estruturantes das pesquisas dos docentes e discentes a investigação relativas às desigualdades sociais, identidades e cultura; b) Estado, cidadania e políticas públicas. Relevantes estudos foram realizados sobre religião e suas interfaces com alimentação, relações de gênero e a intolerância religiosa. Dentre os estudos sobre as desigualdades sociais, destacam-se as investigações sobre relações de gênero em distintos contextos sociais e variadas temáticas, especialmente as conexões com o trabalho e políticas públicas, movimentos sociais de mulheres rurais, o desenvolvimento local/rural, agroecologia e agricultura urbana, convivência com o semiárido, comunidades costeiras, segurança e soberania alimentar, além da democracia, cidadania e ciência. Ainda um conjunto de estudos foram desenvolvidos sobre movimentos sociais na educação formal e formal e na socialização.

No campo da ciência política temos uma importante contribuição em teoria política, especialmente a teoria crítica e a reflexão sobre temas clássicos da ciência política, como partidos políticos, democracia, Instituições Políticas Brasileiras e Estudos Legislativos, temas que ganham maior centralidade no momento atual com a ruptura democrática vivenciada em nosso país na última década, a partir de pesquisas sobre eleições e a mídia, bem como as repercussões dessa conjuntura na educação com reflexões sobre a escola sem



Partido. A atenção ao Estado e as políticas públicas atravessa as fronteiras internas das ciências sociais, há profissionais envolvidos em pesquisas sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico e Social e Desenvolvimento Urbano, a partir de temas relativos ao planejamento e desenvolvimento regional, a reestruturação produtiva entre outros. No campo das relações de trabalho, importantes pesquisas foram desenvolvidas a partir de temáticas relativas à autogestão, cooperativismo e a economia solidária.

No fazer acadêmico também se destaca o perfil extensionista do DECISO e qualificações na gestão pública. Vários docentes do DECISO tiveram uma larga experiência profissional à frente de órgãos públicos, especialmente na área do desenvolvimento regional na SUDENE, na gestão de políticas públicas voltadas para a economia solidária, e em órgãos do desenvolvimento agrário: o Incra e o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – o MDA. Profissionais formados na área de filosofia e das ciências jurídicas integrantes do DECISO também aportam seu conhecimento em filosofia, estudo da ética, com distintas interfaces com as ciências sociais, especialmente a comunicação e socialização da juventude.

O momento desta comemoração é marcado por grandes desafios. Somos alvo de um forte ataque do governo federal às ciências humanas, ataques que se iniciaram com a defesa da “escola sem partido”, o cerceamento à liberdade de cátedra, e mais recentemente com a retirada das ciências humanas das prioridades de pesquisa do país, descredenciamento de programas de pós-graduação em ciências sociais particularmente. Se quando da criação do nosso curso de ciências sociais vivíamos o momento de abertura democrática, agora, passadas três décadas, lutamos para impedir retrocessos neste campo de conhecimento para refletir sobre os modos de vida, nossas relações com a natureza, as desigualdades sociais tão presentes neste momento de pandemia.



Nesse sentido, o dossiê que ora apresentamos reflete não somente a história exitosa da criação do Departamento de Ciências Sociais – DECISO – e a sua valiosa contribuição ao ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco e, em especial à sociedade, como também considera os desafios do presente, os problemas e dificuldades que as ciências em geral e às ciências sociais em particular precisa responder.

Assim, no que se segue, apresentamos sete artigos e uma entrevista. O primeiro, “As antropologias” no curso de ciências sociais – DECISO/UFRPE – fragmentos de uma memória, como o próprio título diz debruça-se sobre a memória da área, considerando os distintos momentos por ela vividos, mediante o resgate de documentos, entrevistas com docentes que estiveram diretamente ligados a formação da área.

O segundo artigo, A inserção da filosofia no departamento de ciências sociais da UFRPE é uma característica da criação do Departamento, que remonta ao DLCH, conforme afirmamos acima. Aqui o autor apresenta a área de filosofia na sua constituição: docentes e conteúdos, a produção individual e as projeções de futuro.

No artigo seguinte, o objeto privilegiado é a democracia. Pois se teve um tema central para a ciência política nesses último 30 anos foi, sem dúvida, a democracia brasileira. Nesse sentido, o artigo explora três momentos distintos e os principais enfoques teóricos que balizaram o debate em torno da transição, consolidação e qualidade da democracia no Brasil, destacando as insuficiências do novo institucionalismo.

O quarto artigo explora o papel ativo da organização estudantil. 30 anos de movimento estudantil nas ciências sociais da UFRPE procura resgatar os vínculos e memórias do movimento estudantil e o curso de ciências sociais. Organizado em torno de entrevistas e documentos, o artigo mostra a relação entre os estudantes e o curso de ciências sociais da UFRPE.



Na sequência, o dossiê traz o artigo 8 anos da revista cadernos de ciências sociais: o diálogo das humanidades na UFRPE. Desnecessário dizer que se trata de uma das principais contribuições do Departamento para divulgação do conhecimento. No artigo o autor situa a revista no âmbito das comemorações dos 30 anos, destacando os desafios para sua permanência.

Da sociologia rural às ciências sociais: um percurso para o tempo presente e o conhecimento plural, é um mergulho na própria história da criação do Departamento. Uma vez que, ainda enquanto área foi a sociologia rural que animou o debate e promoveu os primeiros estudos de sociologia na UFRPE. O artigo explora o caminho que vai da sociologia e os estudos rurais às ciências sociais e os novos objetos e problemas que passaram a fazer parte da agenda de pesquisa.

O sétimo artigo, Histórias cruzadas: vivências entrelaçadas de docentes e discentes nos 30 anos do curso de ciências sociais-UFRPE, é uma reflexão sobre a pesquisa, ensino e extensão, em que o trabalho de professores e alunos se cruzam no campo de pesquisa e se defrontam com os desafios presentes em outras territorialidades e a interdisciplinaridade, a partir do registro documental e memórias.

No último artigo do dossiê, intitulado Ciências Sociais e intolerância religiosa, o leitor encontrará um texto em que a temática da religião e intolerância se cruzam em uma trajetória de pesquisas desenvolvidas no departamento. Por fim, apresentamos uma entrevista com o Prof. Edval Marinho, pesquisador da cultura popular e que aqui nos fornece respostas a sua trajetória nas ciências sociais, seu interesse pela cultura e em especial as manifestações populares. Como palavra final, gostaríamos de agradecer a todos que participaram desse projeto, professores, docentes, funcionários técnicos que em grande medida permitiram que chegássemos ao presente dossiê.



“AS ANTROPOLOGIAS” NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO/ UFRPE – FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA

Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva

Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: doralotus@gmail.com

Maria Grazia Cribari Cardoso

Formação em Ciências Sociais e mestrado e doutorado em antropologia

Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mails: mariagraziacardoso@gmail.com

RESUMO

Dentro das comemorações dos trinta anos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, buscou-se resgatar a memória da área de Antropologia, em cada período por ela vivida na Universidade. Para tanto foram usados documentos, informações – orais e escritas dos docentes - e um levantamento bibliográfico. O estudo revelou a luta e a resistência da área, superadas pela atuação dos docentes em busca do reconhecimento e afirmação na Instituição.

Palavras-chave: Antropologia; Memória; Campo de atuação.

“ANTHROPOLOGIES” IN THE SOCIAL SCIENCES COURSE- DECISO / UFRPE - FRAGMENTS OF A MEMORY

ABSTRACT

Within the celebrations of the thirty years of the Bachelor's Degree in Social Sciences, we sought to rescue the memory of the Anthropology area, in each period she lived at the University. For this purpose, documents, information - oral and written by the teachers - and a bibliographic survey were used. The study revealed the struggle and resistance of the area, surpassed by the work of teachers in search of recognition and affirmation in the Institution.

Keywords: Anthropology; Memory; Field of action.

Introdução

Nos 30 anos do Curso de Ciências Sociais, torna-se precípuo lembrar que este é decorrente do processo histórico do Departamento de Letras e Ciências Humanas - DLCH, criado 1969/70, no período do regime militar brasileiro. Neste momento, o departamento originou-se em bases que iam à contramão dos princípios que fundamentavam as universidades, principalmente para as áreas de Ciências Sociais à época.

Neste contexto, objetiva-se enfatizar a Antropologia como disciplina no Curso de Ciências Sociais, no caminhar desses trinta anos, e como Área do Departamento de Ciências Sociais - DECISO/UFRPE nos últimos 10 anos. Pretendeu-se refletir as marcas dentro de um tempo, situação social, política e econômica, bem como, as articulações de antagonismos, diferenças e reconhecimentos dos limites; e reativar a memória dentro de cada período por ela vivida na Universidade. Para tanto, Para tanto foram usados documentos, informações – orais e escritas dos docentes - e um levantamento bibliográfico.

Para este momento, olhar a Antropologia no referido Curso, em qualquer aspecto é, conforme Halbwachs(1990), Vásquez Sixto(2002), Pollak(1989) e Nora(1993), ressignificar valores, refletir sobre a história, esmerar vínculos e representações. Para este artigo, percebê-la nas teias da memória é, como bem disse Peirano (2014), compreendê-la como una e plural, renascendo a cada momento, em cada novo lugar e em novas configurações.

A Antropologia como disciplina surge progressivamente numa Universidade que, em seu processo histórico reconhece-se detentora do poder de um conhecimento estabelecido unicamente como Ciências Agrárias. Sendo assim, memoriar agora, a trajetória do crescimento da antropologia em relação a outras áreas do conhecimento da UFRPE, que não sejam a de origem, é evidenciar

a quebra lenta e gradual da sua unicidade agrária e a constituição dos alicerces das Ciências Humanas, e especificamente, a Antropologia, foco desta abordagem.

Todavia, é importante destacar que a inserção da disciplina antropologia em vários outros departamentos, principalmente os de ciências agrárias, surgiu do atendimento às demandas exigidas pela atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos, atrelados às transformações econômicas, que passaram a reconhecer o papel do conhecimento das humanidades para o entendimento mais amplo das questões agrárias. Assim, surgiu a matéria antropologia aplicada às ciências agrárias.

Da mesma forma, a saída da disciplina antropologia aplicada às ciências agrárias dos projetos políticos pedagógicos dos cursos ligados as ciências agrárias, ocorreu para acatar a interesses de uma visão tecnicista e economicista a ser inserida na matriz dos cursos¹, nem sempre coerentes com as teorias científicas e práticas extensionistas, em relação ao papel do homem no fenômeno agrário. A inserção da disciplina Antropologia Aplicada às Ciências Agrárias ocorre em meados de 1980 e “arrasta-se” até início de 2000, quando os novos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs, buscaram diminuir a carga horária da mesma ou agrupá-la a outras disciplinas, com uma carga horária mínima, justificada pela demanda de outras disciplinas específicas e mais importantes para a formação dos discentes. No Curso de Bacharelado em Agronomia, a Matriz Curricular de 2017 e no Curso de Bacharelado em Zootecnia, na última

¹ Em 2018, apenas três alunos: dois do Curso de Bacharelado em Agronomia procuraram a disciplina. Um terminou e o outro simplesmente abandonou a disciplina e o Curso. O do Curso de Bacharelado em Zootecnia abandonou a disciplina. Esta relação Ciências Agrárias/Ciências Humanas, requer um olhar mais aprofundado (projeto já em estudo), sendo necessário uma consulta junto aos arquivos dos PPCs da PREG-UFRPE.

Matriz Curricular, conforme pesquisa realizada na página do Curso consta ainda a disciplina como optativa, com carga horária de 45hs.

Em toda a sua história na UFRPE, a disciplina antropologia deparou-se com obstáculos para sua consolidação em outros departamentos. O primeiro programa de antropologia aplicada às ciências agrárias ministrada para os Cursos de Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, enfocou a formação agrária em Pernambuco e o sistema de representação do homem do campo. Em nosso entender expôs e discutiu como, por quem e de que forma os aspectos da desigualdade agrária, geográfica, cultural, política e econômica se perpetuavam neste país. Diante das concepções do poder agrário vigentes no país e na universidade revelava-se um desconhecimento profundo da relação intrínseca e indissociável entre homem, natureza, cultura e sociedade². Até então, para os cursos de ciências agrárias, a disciplina antropologia deveria enfatizar os aspectos puramente antropológicos – cultura, teóricos e teorias, sem nenhum direcionamento aos pontos acima referidos.

Considerando esta indissociabilidade, a área de antropologia sempre compreendeu que para as Ciências Agrárias, em qualquer época, ela é essencial e desempenha um papel fundamental para a compreensão e relação conteúdo/atuação do curso. Sendo assim, considera-se mais importante, a desconstrução/reconstrução do modo de pensar os problemas históricos, decorrentes das diferenças e desigualdades rurais.

Mesmo diante deste cenário, a disciplina antropologia não se limitou a atender o contexto curricular dos cursos agrários. A memória da disciplina Antropologia, dentro da UFRPE mostra que podemos distinguir quatro

² A temática homem/natureza/cultura, vem sendo aprofundado na Antropologia por teóricos como Claude Lévi-Strauss, Philippe Descola, Perig Pitrou, Davide Vecchi, Clifford Geertz, entre outros.

momentos no caminho do fortalecimento da disciplina na universidade. Em todos eles a disciplina se impôs a partir das implementações, reestruturações dos formatos e conteúdos de cursos, áreas e departamentos. No **primeiro momento**, esteve atrelada ao Instituto de Ciências Humanas; **no segundo** com a criação do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais – Habilitação em Educação Moral e Cívica; **no terceiro**, ao Departamento de Letras e Ciências Humanas- DLCH; e **o quarto**, ao Departamento de Ciências Sociais- DECISO. Nestes momentos distintos do seu caminho é possível evidenciar gradualmente os aspectos que envolveram a consolidação da disciplina e depois da Área, quanto aos seus espaços, demandas, campos de atuação, interesses temáticos e dilemas dentro e fora da Instituição.

2. Momentos de transição

2.1 Primeiro Momento:

De forma isolada e por iniciativa de alguns professores, a implantação do Instituto de Ciências Humanas, em 1970, ocorreu no período em que ainda vivia-se a plena turbulência política e o controle das instituições de ensino. Sua função foi oferecer disciplinas da Área de Ciências Humanas a todos os Cursos da UFRPE, no chamado ciclo básico, de acordo com as exigências do Conselho Federal de Educação, que transformou o currículo seriado em regime de crédito. Por esta ótica, o que hoje ousou chamar de “primórdios da memória” da Área de Antropologia na UFRPE, foi vislumbrado, nos estudos de Araújo (1987), ao afirmar que, as Ciências Humanas iniciaram-se com a Área de Cultura Popular. Da mesma forma aconteceu na UFRPE, onde neste primeiro momento foi criada

a disciplina Folclore. Para Araújo (s.d.)³, nesse momento as áreas viram-se entre duas vertentes: de um lado, os professores da Área de Ciências Humanas, que não sabiam como lidar diretamente com a base de poder fundante e decisório dos departamentos de Ciências Agrárias; e do outro, estudantes desses cursos que viam nas novas disciplinas, e aqui destaca-se a Antropologia, como uma disciplina secundária, sem interesse e sem nenhuma possibilidade de contribuição para sua formação profissional.

A barreira criada para a implantação das Ciências Humanas, não só foi refletida na resistência à mudança curricular e inserção das disciplinas, mas também na aceitação dos professores dessa área, no convívio e na divisão do espaço físico dos departamentos. Estes tinham um caráter autoritário e fiscalizador, não condizente com um ambiente de formação pedagógica voltada para o desenvolvimento de conhecimentos e de valores humanísticos. Ressalta-se que esta disposição opressiva era reflexo do controle e do monitoramento dos conteúdos e das formas de expressar-se dentro das disciplinas da Área de Humanas.

2.2. Segundo Momento:

A Área de Ciências Humanas na UFRPE, somente começa a redesenhar-se com a criação do Curso de Licenciatura em Estudos Sociais – Habilitação em

³ O documento de grande importância para este resgate histórico, foi elaborado pela Prof^a Waldenir Caldeira de Jesus Coelho de Araújo, e cedido por um funcionário da Pró-Reitoria de Extensão, responsável pelo Setor, destinado as últimas peças do antigo Museu do Folclore da UFRPE. Este Museu foi criado pelo Prof. Roberto Benjamin, que dedicava seus estudos à Área de Cultura Popular. O documento é uma Xerox, sem folha de rosto ou qualquer outra informação nas páginas do texto, que identifique seus organizadores, título, editora e data.

Educação Moral e Cívica⁴, em 1972 - “primeiro curso do Brasil” – único Curso noturno gratuito na Área de Ciências Sociais e o pioneiro na ocupação do espaço noturno ocioso do campus da UFRPE. Araújo (s.d., f.2). Neste momento, o Departamento de Letras e Ciências Humanas - DLCH⁵ já estava estruturado, assim como estabelecidas as Áreas que o compunham.

A Área de Antropologia, atuando no Curso de Licenciatura era formada por dois Professores Mestres: Waldenir Caldeira de Jesus Coelho Araújo, Eptácio Fragoso Vieira. As disciplinas criadas foram a Antropologia Cultural e Cultura Brasileira⁶, cujos conteúdos eram limitados teoricamente, uma vez que eram controlados internamente, em consonância com o momento político vivido⁷.

4 Informações retiradas da consulta ao Processo nº23082.0012517/88, Processo nº23082.2728/88 e Processo nº23082.0006569/89, que tratam da extinção e solicitam a criação dos novos Cursos, com suas respectivas justificativas, relação de professores, grade curricular e ementas.

⁵ O DLCH foi criado entre o final de 1969 e início de 1970 com todas as áreas definidas: Economia, Administração, Letras, Sociologia/ Antropologia e Política/Legislação (essas áreas agregadas por / formavam uma única área), subsidiando todos os Cursos da UFRPE, em cujas Matrizes Curriculares constava as disciplinas referentes a estas Áreas, que no caso da Antropologia nunca houve reunião. Ela só passa a atuar como tal, após a criação do DECISO.

⁶ Não foi possível para esse levantamento acessar a documentação das disciplinas do Curso de Moral e Cívica.

⁷ No período do regime militar a UFRPE, assim como em todas as instituições de ensino passam por uma intervenção fortíssima. Explicar aqui as limitações dos conteúdos e a pouca ascendência da Antropologia nestes períodos, dentro e fora da UFRPE, torna-se necessário resgatar a história da Antropologia Brasileira – o que agora não é possível fazer - nas publicações da Associação Brasileira de Antropologia-ABA em que se destacam Mariza Corrêa, Mariza Peirano, Gustavo Lins Ribeiro, Miriam Pillar Grossi, entre tantos outros. No campo da Antropologia Norte/Nordeste, em Sérgio Ferreti, Antonio Motta, Maria do Carmo Brandão, Russell Parry Scoty, Josefa Salete, também preocuparam-se em estudar esta fases, relacionando-as as suas conseqüências no ensino e na prática da Antropologia. Mais recente, uma pesquisa organizada pela UFPE, resgata história da Antropologia em Recife, o que nos faz entender a realidade e o pensamento intelectual local sobre a Área.



2.3 Terceiro Momento:

Em 1990, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Câmara de Ensino de Graduação, Resolução nº123/90, Processo nº23082.0012517/88 extinguiu de forma gradual o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais- Habilitação em Educação Moral e Cívica e aprovou a criação dos Cursos de Licenciatura em História e de Ciências Sociais – ênfase em Sociologia Rural, em regime seriado semestral. Os Cursos iniciam-se em 1991.

O Curso de Licenciatura em História passa a atuar com a Área de Antropologia, com as disciplinas Antropologia Cultural e Cultura Brasileira. Com a atualização do novo Projeto Pedagógico do Curso - PPC, apenas a disciplina Antropologia Cultural permaneceu como obrigatória. Os outros PPCs tiraram a sua obrigatoriedade dentro da Matriz e a disciplina passou a ser optativa. Dentro dos novos critérios do PPC de hoje, ela continua a ser oferecida para os alunos que estavam na Matriz antiga e não puderam migrar para a nova, estendendo-se este procedimento até o ano de 2018.

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – ênfase em Sociologia Rural – DLCH, na sua trajetória, teve seu reconhecimento pelo MEC em 1999, Portaria nº1169 de 30/11/99 e em 2005 retira a concentração em Sociologia Rural e incorpora duas áreas de concentração – Estudos Rurais e Estudos Urbanos. O Curso teve a atualização do seu PPC em 2007.

Neste contexto, a disciplina Antropologia, apresentou-se inicialmente de forma muito tímida na Matriz Curricular do Curso, apenas com quatro disciplinas: Antropologia I, Antropologia II, Cultura Brasileira e Folclore. Nesta fase faziam parte da Área, os Professores/a Mestres, Eptácio Frágoso Vieira (Antropologia - UFPE) e Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva Coordenadora (Antropologia –UFPE) e a Professora Doutora Waldenir Caldeira de Jesus

Coelho Araújo-(Antropologia - USP). Todavia, devido ao reduzido número de professores para atender, não só os novos Cursos, como também dar continuidade ao atendimento às disciplinas de Ciências Humanas em outros Cursos da UFRPE, a Prof^a Waldenir, não lecionou disciplinas de Antropologia. As disciplinas seguiam as mesmas tendências anteriores. As ementas das matérias de antropologia seguiam tendo um tom culturalista enquanto a realidade social da época demandava conteúdos mais críticos sobre ela.

Em 1992, a Área de Antropologia incorpora a Professora Maria do Carmo Guenes Tavares de Lima Macedo – Mestra –UFPE, transferida da Universidade da Paraíba-UFPB, reforçando o quadro da área de Antropologia. Em discussões particulares sobre a Área, e a inserção de suas experiências de campo trazidas da Especialização em Bruxelas e do Mestrado, ajudaram na ampliação do número de aulas práticas, enveredando pelas questões indígenas, tornando-se mais tarde, uma referência para as temáticas desenvolvidas nas monografias dos alunos.

2.4 Quarto Momento:

Em 2010, o DLCH dissolve-se e cada área - Economia, Administração, Letras, Sociologia/Antropologia e Política/Legislação cria seu próprio curso. O Departamento de Ciências Sociais – DECISO forma seu escopo com as áreas de Sociologia, Antropologia (que se separam) e novas áreas surgem como a Ciência Política e as Ciências Jurídicas (no lugar de Política/Legislação) e Filosofia. Com a atualização do PPC em 2012, o curso perde a ênfase em Sociologia Rural. Assim como as outras áreas, a Antropologia rege-se a partir deste momento em torno das linhas de concentração: desigualdades sociais, identidades e cultura, Estado, cidadania e políticas públicas, em que se desenvolverão as atividades de ensino,

de pesquisa e de extensão. Com isto, a Antropologia afirma-se frente ao Curso e ao Departamento, como área e disciplina.

3. As “Antropologias”

Esta nova configuração o PPC ampliou toda a concepção do curso, abrindo espaço para a expansão e diversificação de novos interesses temáticos, novas disciplinas, novos procedimentos de ensino e outras atividades acadêmicas como a pesquisa e a extensão, em consonância com a crescente demanda dos fenômenos sociais.

A partir da implementação do novo PPC, o Curso sentiu a necessidade de contratação de novos professores, a fim de atender as disciplinas criadas pelas novas áreas, bem como sua inserção nos recursos de fomentos como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação do Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Com isto, o Curso pode integrar-se aos Programas: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Programa De Bolsa De Incentivo Acadêmico-BIA e Programa de Iniciação Científica- PIC com seus projetos de pesquisas e extensão, propiciando seus alunos a participação em eventos e intercâmbios nacionais e internacionais.

Concomitantemente a estas implementações, a Área de Antropologia, com base nas novas linhas de concentração do curso expandiu-se para outros campos temáticos, mas todos eles com forte inserção no trabalho de campo e em aulas práticas. O objetivo é aliar/confrontar a teoria antropológica à prática de pesquisa, ensino e extensão. Atrelar o exercício da escrita antropológica ao ouvir e sentir no campo os fenômenos socioculturais que envolvem os sujeitos em suas

diversas realidades. A criação de uma área de antropologia no DECISO e o trabalho de campo desenvolvido nela, constituiu-se num estímulo e ao mesmo tempo numa preparação para elaboração de um projeto de Mestrado Profissional em Antropologia – MPA que foi submetido a CAPES em 2018. Mesmo não tendo sido aprovado, a construção da proposta fortaleceu a área e mostrou nossas potencialidades. As aulas práticas e o trabalho de campo tornaram-se um instrumento pedagógico, como diz Durham (2006), que potencializou para o nascimento de uma proposta de pós-graduação.

No Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, o caminho da pós-graduação em Antropologia tomado por muitos dos nossos alunos⁸ reflete a preocupação da área como um todo, e das disciplinas de forma particular, em dialogar e abrir um universo relacional com as fronteiras de outras áreas do conhecimento, mostrando a importância, o papel, os desafios, as aproximações e interfaces da Antropologia com as mesmas.

Como bem afirma Peirano (2006), a reflexão antropológica deve estar em consonância com os debates contemporâneos e atrelados a antropologia clássica como referência e apoio para os encaminhamentos de soluções dos fenômenos sociais atuais. Neste sentido, os professores da área de Antropologia - dois doutores, um em afastamento para o pós-doutorado e dois pós-doutores- com suas amplas experiências acadêmicas, as repassaram para os campos do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo e compartilhando igualmente com outras áreas e disciplinas, para a formação teórica e metodológica dos discentes.

⁸ Os alunos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, que procuraram seguir o aprofundamento dentro da Área de Antropologia, foram aprovados nos Programas de Pós-Graduação de Antropologia da região Norte, Nordeste, Sudoeste, tanto em Mestrado como em Doutorado.

Todavia, é preciso ressaltar que dentro da matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, como em muitos outros todos os cursos das universidades do país, as disciplinas da área de Antropologia foram construídas no sentido de proporcionar uma base de teoria e metodologia antropológica clássica e contemporânea com a intenção de fortalecer a formação da graduação na prática da pesquisa antropológica em suas diversas temáticas.

Portanto, a nossa grade curricular é formada pelas disciplinas obrigatórias: Introdução à Antropologia, Antropologia Clássica, Antropologia Contemporânea, Etnografia, Família e Parentesco e Antropologia das Comunidades Tradicionais. Isto justifica o que Peirano (2006), Corrêa (2014) e Fonseca (2006) evidenciam, quando fazem a correlação clássico /contemporâneo em seus debates. Deve-se ressaltar, que apesar de todas as dificuldades e empecilhos burocráticos, desde o primeiro PPC já tinha sido introduzido aulas práticas, com as Prof^{as}. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva e depois com Maria do Carmo Guenes Tavares de Lima Macedo. A contribuição das referidas professoras uniu-se aos esforços de inovar no Curso, o ministrar o conteúdo programático com novas práticas metodológicas, confrontando teorias e realidades sociais. Com o PPC de 2012, estas aulas intensificaram-se devido às justificativas de suas necessidades para o Curso e o fortalecimento das disciplinas que as reivindicavam.

Os diagnósticos da realidade social brasileira fizeram a área pensar em mudanças e adequações, voltadas para a formação intelectual acadêmica e para o mercado de trabalho. Assim pensado, possibilitou uma flexibilidade e ao mesmo tempo uma amplitude no conteúdo das novas disciplinas, conforme a inclinação e as especialidades dos professores. Desta forma, criaram-se as disciplinas optativas, com um perfil e conteúdo particular, atendendo ao surgimento e impactos demandados pelos novos fenômenos sociais. Com elas

ampliaram-se as disciplinas da Área, como: Antropologia da Religião, Antropologia da Sexualidade, Antropologia do Corpo e da Saúde, Antropologia e Direitos Humanos, Cultura e Identidade e Religião, Sociedade e Cultura. Apesar de incluirmos seis disciplinas, sentiu-se a falta de acrescentar outras temáticas, para uma leitura mais contundente da realidade vivida. Esta necessidade foi percebida tanto pelos docentes como pelos discentes, mesmo sendo apenas uma área do curso de ciências sociais e não um curso de antropologia. Assim procurou-se verificar se as novas disciplinas estavam compatíveis com as linhas de concentração definidas no PPC, bem como, se o número de professores existentes daria conta do aumento da carga horária e refletir sobre a necessidade de expandir. Por esta ótica, os professores, em seus contextos de especialidades, buscaram as aproximações e conexões com especialistas de outras temáticas antropológicas e com a adoção de novas pedagogias de ensino mais interativas. De modo geral há uma interligação entre os interesses acadêmicos dos professores com as disciplinas de antropologias ministradas.

4. As “Antropologias” – docentes e suas contribuições

Frente a esta realidade, a Área de Antropologia atualmente é formada por cinco Professores, acima já qualificados, que seguem suas inclinações temáticas, ministrando disciplinas obrigatórias, adequando-se às necessidades decorrentes do afastamento de algum professor para capacitação ou pós doutorado, segundo o Plano de Afastamento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas-PROGEPE/UFRPE. Paralelamente, ministram as disciplinas optativas, que dentro da execução da matriz curricular, seguem um rodízio, para atender o número de temáticas oferecidas.

Neste sentido, destaca-se aqui, não o currículo do Docente, mas, as suas contribuições decorrentes das trajetórias acadêmicas de cada professor, que implicam num pensar constante de inovação e crescimento do Curso, e de forma específica, na ampliação e reconhecimento da Área, no Curso, Departamento e Instituição. Os professores utilizando-se de estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão fortalecem os debates éticos, a legitimação e a competência profissional, uma vez que somos responsáveis pela base do despertar dos discentes para a antropologia.

Por esta ótica, evidenciam-se aqui as contribuições⁹ de cada docente para o Curso, em diálogo com as linhas de concentração do Curso **Desigualdades sociais, identidades e cultura, Estado, cidadania e políticas públicas** por meio das quais desenvolvem-se suas respectivas ações nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Na área de Antropologia estas linhas de concentração dialogam entre si constantemente nas disciplinas da Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, considerando a dimensão que os conteúdos programáticos abrangem. Elas também se fazem presente quando desenvolve pesquisas, estudos e práticas nas áreas de Memória, Patrimônio, Identidade, Cultura e Movimentos Sociais Negros orientando monografias de conclusão de curso. Com esta atuação, a docente propicia aos discentes, Grupo de Estudos, monitorias e pesquisas junto à FACEPE, CNPq, e em Programas de Pesquisas da Universidade, ressaltando os objetivos da Área de Antropologia para com o Curso.

- **Prof.Dr.Juarez Caesar Malta Sobreira** – manifesta-se a contribuição como docente, ao mundo acadêmico, por meio das linhas de concentração

⁹ Para esta parte do artigo, as informações foram dadas por cada professor/as da Área. A inserção dos dados aqui respeitou as informações, porém teve que adaptar à linguagem usada para a estruturação a que o mesmo se propôs.

estabelecidas atuando no campo da religião e da identidade. em geral, pela história e realizações da *Cátedra Anita Novinsky*. Esta Cátedra coordena e rege o foco do desenvolvimento dos estudos judaicos e neojudaicos e suas manifestações culturais e religiosas, tendo como suporte o Núcleo de Estudos do Nordeste Semita. As propostas da Cátedra, com base na própria formação do docente, definiram o direcionamento dos estudos, das disciplinas e das pesquisas. Outras contribuições foram dadas à Área e conseqüentemente ao Curso, evidenciadas nas edições de livros e apoio a publicações de instituições similares, publicações e artigos editados pela própria Cátedra. Dentro deste contexto de atuação, o docente amplia a gama de opções de estudos e pesquisas junto aos discentes, uma vez que objetiva, uma maior aproximação e interação da Antropologia com outras áreas afins.

- **Prof^a Dr^a Andrea Lorena Butto Zarzar** – sua contribuição configura-se na trajetória acadêmico, quando da participação em ensino, pesquisa, extensão, além de atividades de gestão na administração pública municipal e federal. Os temas, autonomia e igualdade, especialmente no que se refere aos estudos das relações de gênero e suas interfaces com as áreas do trabalho, da ruralidade e políticas públicas, estendida para a agenda da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e do pensamento social brasileiro, comugam com as linhas de concentração do Curso. No período de 2003 a 2015 ocorreu o afastamento das atividades acadêmicas para experienciar a Gestão Pública Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA sem, no entanto, deixar de contribuir para o fortalecimento das mesmas, com iniciativas institucionais de estímulo à produção e ao debate acadêmico feitos inclusive com a celebração de parcerias com organizações acadêmicas.

- **Prof^a Dr^a Rosa Maria de Aquino** - desenvolve trabalhos no tripé ensino, pesquisa e extensão em temas relacionados a religião, particularmente

protestantismo, hinologia, diversidade, mas também na de relações raciais e intolerância, em consonância com as linhas de concentração do Curso. Mais recentemente ampliou seu campo de pesquisas junto aos povos ciganos, na perspectiva identitária, com ênfase na adesão ao protestantismo. Nos últimos anos, dedica-se ao ensino da disciplinas, que atrelada a inserção de novas metodologias, incentiva os discentes, por um lado, na expansão de novos conhecimentos, atividades de monitorias e orientações de monografias de conclusão de curso; e por outro, no atendimento das demandas oriundas de discussões e debates. Neste contexto está o Grupo de Estudos de Diversidade Religiosa e Intolerância-GEDRI, cuja atuação envolve pesquisas, artigos e trabalhos apresentados em diversos eventos.

- **Prof^a Dr^a Maria Grazia Cribari Cardoso** – com base nas linhas de concentração do Curso conduz pesquisas para o campo do trabalho feminino e da família em populações de baixa renda, em diferentes setores de atividades econômicas do setor urbano: serviços, comércio e indústria. Enquanto professora da UFRPE ampliou seu campo de pesquisa para o trabalho das mulheres em atividades tradicionais, desenvolvendo pesquisa sobre o ofício das cozinheiras de terreiro nas religiões afro-brasileiras. Atualmente, discute o trabalho feminino, a divisão sexual do trabalho e a as lutas políticas nas associações das tapioqueiras de Recife e Olinda. No mesmo caminho, seguem as atividades docentes desenvolvidas no curso de Ciências Sociais com disciplinas, estudos e pesquisas, gerando participações em bancas de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado e co-orientações em pós-graduação na área de gênero relacionadas a uma gama de subtemas: sexualidade, saberes, geração, saúde, etc. Esta bagagem acadêmica adquirida lhe proporciona participação em eventos dentro e fora da instituição cujas propostas fortalecem a área e mostra as potencialidades da docente.

5. Considerações finais

A Área de Antropologia no Curso de Ciências Sociais - UFRPE enfrentou todos os entraves para assumir e consolidar seu espaço no curso e na instituição. Provocou debates e criou tensões, perguntando-se sobre: para que, para quem e porque da sua inserção na Instituição.

Neste sentido, os docentes da área de antropologia são constantemente desafiados a responder as demandas da área na atualidade. Por um lado, procuram construir novas ferramentas pedagógicas; por outro, procuram estudar, pesquisar e interpretar os mais variados fenômenos sociais, ensinar sobre o papel e os caminhos da Antropologia, sem afastar-se dos ensinamentos clássicos e ao mesmo tempo concentrar-se na antropologia contemporânea, olhando o outro e apreendendo-o em sua diversidade.

Por esta ótica, traçar a memória da Área de Antropologia no Curso de Ciências Sociais permitiu evidenciar que seu avanço foi além do ensino e da pesquisa. Abrange, mesmo que ainda de forma lenta e gradual, um contínuo processo de discussão antropológica e interfaces entre as atividades que se realizam dentro e fora da área e do curso, bem como da instituição. A constante atuação interna dos docentes em várias atividades como grupos de estudos, pesquisas, participações em eventos e principalmente nas inovações metodológicas, mostra que tem sido uma característica fundamental e constante, a busca de uma dinamicidade, superando o sentimento antigo de uma área “subterrânea” na concepção da comunidade acadêmica da UFRPE.

Isto implica que a disciplina antropologia na UFRPE primeiramente estava atrelada as ciências agrárias, não havia para os seus conteúdos esta dinamicidade-

Atualmente, conjugamos a base teórica clássica com a contemporânea a fim de revelar as pluralidades sociais e associar os diversos métodos de ensino com a vivência da pesquisa de campo e da orientação. A luta para seguir esta trilha, conduz a reflexão sobre a verticalidade e horizontalidade da área dentro da Matriz Curricular, onde se constata ainda muitas lacunas a serem preenchidas. Na correlação clássico/contemporâneo no currículo do curso revelam-se teorias das antropologias do centro predominante e pouca ênfase na antropologia brasileira, a periférica. A rica tradição antropológica do Brasil com suas pluralidades das influências expõe a necessidade de um debate crítico para ressignificar o “contraste do fazer” a história e a atualidade da antropologia brasileira. Desta forma, precisarmos avançar mais no diálogo dentro da área a fim de que esta evolução reverbere nas propostas de ensino do Curso.

Recebido em 18 de julho de 2020.

Aprovado em 25 de julho de 2020.



Referências

DURHAM, Eunice. Ensino da Antropologia. In: Grossi, Mirian Pillar, Tassinari, Antonella, Rial, Carmem. (orgs). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

CORRÊA, Mariza. A História que me Orienta. In: Scott, Parry, Campos, Roberta Bivar C., Pereira, Fabiana. **Rumos da Antropologia no Mundo: geopolíticas disciplinares**. Recife: Ed. UFPE, 2014.

FONSECA, Cláudia. O Exercício da Antropologia: Enfrentando os Desafios da Atualidade. In: Grossi, Mirian Pillar, Tassinari, Antonella, Rial, Carmem. (orgs). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

PEIRANO, Mariza. Um Ponto de Vista sobre o Ensino da Antropologia. In: Grossi, Mirian Pillar, Tassinari, Antonella, Rial, Carmem. (orgs). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista Tribunais Ltda, 1990.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. Projeto História, n.10, dez.1993.**

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. V.2,n.3, p.3-15, 1989.**

VÁSQUEZ SIXTO, Félix. Construyendo el Pasado: la memoria como práctica social. **ECA. Estudios Centroamericanos, a. LVII, noviembre-diciembre, p. 1050-1065. 2002.**



A INSERÇÃO DA FILOSOFIA NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Carlos Antonio Alves Pontes

Doutor em Saúde Pública FIOCRUZ

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professor do Departamento de Ciências Sociais

E-mail: carlos.pontes@ufrpe.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar a Área de Filosofia e sua inserção no Departamento de Ciências Sociais, da UFRPE. Inicialmente, é feito um breve histórico da evolução do quadro de professores e um relato sucinto das projeções para o desenvolvimento da área; depois é traçada uma visão geral das disciplinas oferecidas; seguida por uma apresentação de atividades de pesquisa, de extensão e de gestão acadêmico-administrativa.

Palavras-chave: Filosofia; Epistemologia; Ética; Ciências Sociais.

THE INSERTION OF PHILOSOPHY IN THE DEPARTMENT OF SOCIAL SCIENCES AT UFRPE

ABSTRACT

This article aims to present the Philosophy Area and its insertion in the Department of Social Sciences, UFRPE. Initially, a brief history of the evolution of the teachers' staff and a brief account of the projections for the development of the area are made; then an overview of the subjects offered is outlined; followed by a presentation of research, extension and academic-administrative management activities.

Key words: Philosophy; Epistemology; Ethic; Social Sciences.

Introdução

A Área de Filosofia está inserida no Departamento de Ciências Sociais (DECISO), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Atualmente, é composta por cinco professores que desenvolvem atividades de ensino em sete



cursos de graduação oferecidos pelo Campus de Recife, coordenam grupos de estudos e de pesquisa abertos a toda comunidade acadêmica, com alguns de abrangência nacional, desenvolvem projetos de extensão e participam da gestão administrativa, nas mais diversas instâncias de regulação da vida acadêmica da UFRPE.

Na oportunidade propiciada pela comemoração dos “30 anos das Ciências Sociais”, a Área de Filosofia apresenta este artigo com a finalidade de tornar conhecida sua atuação no DECISO, buscando fazer uma descrição, mesmo que breve e atinente a linhas gerais, das atividades acima apontadas, sem se furtar, contudo, da reflexão crítica inerente ao pensamento filosófico-científico, constitutivo e cultivado na Universidade. Para tanto, este artigo traça, num primeiro movimento, um breve histórico da evolução do quadro de professores da Área de Filosofia, em seguida apresenta uma visada à frente com projeções forjadas no Planejamento Estratégico da Área realizado em 2019, no momento seguinte aborda, de uma forma muito geral, as atividades com o ensino de disciplinas de Filosofia, atividades de pesquisas e de extensão, por fim, faz uma apresentação síntese da atuação dos professores em atividades de gestão acadêmico-administrativa.

2. Breve histórico da evolução do quadro de docentes da Área de Filosofia

Até 2009, a Área de Filosofia estava abrigada no Departamento de Letras e Ciências Humanas-DLCH, e contava com 3 professores, a saber, Ronaldo de Souza Maia, Heraldo dos Santos Pereira e Martinho Gomes de Querioz, professores com ingresso na UFRPE no início da década de 1990. Nesse mesmo ano de 2009, Felipe Arruda Sodré passa a integrar a Área de Filosofia, ao fazer



concurso público para vaga aberta com a aposentadoria do Professor Martinho Gomes de Queiroz.

No ano de 2010, com a aposentadoria do Professor Heraldo dos Santos Pereira, quem passa a fazer parte da Área de Filosofia é o Professor Carlos Antonio Alves Pontes, anteriormente lotado na Unidade Acadêmica de Garanhuns. Ainda no ano de 2010, na oportunidade de criação do Departamento de Ciências Sociais - DECISO, por desmembramento do DLCH, a Área de Filosofia toma a decisão de passar a integrar este novo departamento. No ano seguinte, de 2011, Leonardo Antonio Cisneiros Arrais se torna o quarto professor a integrar a Área de Filosofia, vindo transferido da Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Durante o ano de 2012, a Área de Filosofia contou com a colaboração do Professor Marcos André de Barros, oriundo da Universidade Federal de Pernambuco, e atualmente lotado na Área de Sociologia do DECISO. No período de maio de 2015 a maio de 2016, em que esteve afastado o Professor Leonardo Cisneiros, a área foi assistida por Hugo Bezerra Tiburtino, na condição de professor substituto.

A partir do ano de 2017, a Área de Filosofia vai sofrer uma mudança profunda com o falecimento do Professor Ronaldo Maia. Aqui vale um registro que é a merecida homenagem prestada pelo DECISO ao Professor Ronaldo Maia. Pessoa muito querida por todos e todas que fazem, não só o DECISO, como também toda comunidade acadêmica das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, teve seu nome intitulado o Laboratório de Ciências Sociais, criado em 2019. No período de Junho de 2017 a Junho de 2018, Daniel Figueiredo de Oliveira exerceu o cargo de professor substituto, enquanto era providenciado o concurso público para preenchimento da vaga aberta com o falecimento do Professor Ronaldo Maia. Esse concurso contou com uma vaga adicional, sendo aprovados os Professores José Carlos Gomes Marçal e José Evangelista Tude de



Melo Neto, compondo, dessa maneira, o atual quadro de professores da Área de Filosofia do DECISO.

3. Visada à frente

Em Fevereiro de 2019, a Área de Filosofia realiza seu Planejamento Estratégico em parceria com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Proplan. Além dos professores da área, participaram também as Professoras Alessandra Uchoa Sisnando e Rosa Maria de Aquino, e o Professor Marcos André de Barros. Pela PROPLAN, participaram Carolina Raposo Guimarães, Rafael Rodrigues Carvalho e Manuela Medeiros Gonçalves.

A motivação para a elaboração do Planejamento Estratégico da Área de Filosofia atendeu, basicamente, a dois fatores, a saber, i) a necessidade de integração dos novos professores, e ii) adequação ao Planejamento Estratégico do DECISO, realizado no ano de 2016. Assim, tomando como pano de fundo as orientações gerais do planejamento estratégico departamental, a Área de Filosofia trabalhou uma matriz de avaliação estratégica, de forma simplificada, e traçou um plano de ações orientado para a um desenvolvimento internamente colaborativo e, ao mesmo tempo, responsivo à sua inserção no DECISO.

Exemplo disso é a definição do objetivo estratégico da criação de um Curso de Graduação de Licenciatura em Filosofia, cogitando-se, inclusive, a possibilidade de dupla formação em Filosofia e Ciências Sociais. Em termos de Pós-Graduação, o objetivo é estimular os professores a participar, cooperativamente em outras instituições de ensino superior, de programas de Mestrado e/ou Doutorado; e, no âmbito interno da UFRPE, vir a propor um Curso de Especialização com ênfase no Ensino de Filosofia.



Na graduação, a distribuição irregular de horários das disciplinas de Filosofia, nos diversos cursos em que são oferecidas, é uma dificuldade que a área busca enfrentar para conciliar melhor as atividades administrativas com aquelas de caráter acadêmico, inclusive com implicações na ampliação da oferta de disciplinas optativas.

No campo da Pesquisa, a área definiu como um dos objetivos estratégicos o desenvolvimento de um projeto que contemple assuntos de Filosofia Moderna e de Filosofia Contemporânea, ao qual foi dado o título de “Crítica da Modernidade”, prevendo-se, como um dos produtos, um livro de coletâneas sobre Ética e Epistemologia.

No que diz respeito ao campo da Extensão, a formação continuada de docentes de Filosofia do ensino médio em escolas públicas foi pautada como sendo de interesse de atuação coletiva da Área de Filosofia.

Por fim, há que se dar destaque a duas ações de iniciativa individual que encontraram abrigo no Planejamento Estratégico da Área de Filosofia: i) a editoração da *Revista Caboré*, criada por iniciativa do Professor José Carlos Gomes Marçal, que tem como destinação a publicação de artigos de autores discentes; e, ii) os eventos *Jornada Nietzsche* e *Encontros Nietzsche*, coordenados pelo Professor João Evangelista Tude; ambos com objetivo de divulgar o trabalho filosófico-científico.

4. Atividades de Ensino - Visão geral das disciplinas oferecidas pela Área de Filosofia

As disciplinas oferecidas pela Área de Filosofia, em sua maioria, são de caráter obrigatório, e fazem parte dos componentes curriculares de formação básica, que têm como finalidade aproximar o/a graduando/a da reflexão

filosófica acerca das formas de conhecimento, particularmente do conhecimento científico, bem como das questões morais constitutivamente associadas ao agir dos seres humanos. Também são ministradas disciplinas optativas que buscam oferecer aos/às educandos/as oportunidades de lidar com a reflexão filosófica enfocando temas, e assuntos pertinentes, em uma maior profundidade.

De uma forma geral, podemos organizar as disciplinas obrigatórias em três grupos. O primeiro diz respeito a disciplinas que tem como objetivo desenvolver a habilidade de pensar de forma crítica e sistemática, fazendo da Filosofia uma base para a compreensão das diversas formas de saber e do agir humanos. Assim é que se tem *Fundamentos de Filosofia* como uma disciplina oferecida nos Cursos de Bacharelado em Ciências Sociais; Bacharelado em Ciências Biológicas; Licenciatura em História e Licenciatura em Letras. No Curso de Bacharelado em Administração, é oferecida *Introdução à Filosofia*, que tem um estatuto de equivalência com *Fundamentos de Filosofia*, e, como tais, foram concebidas de tal forma a permitir que seus conteúdos possam ser trabalhados em função do público a que se destinam, dando margem aos professores para fazerem as devidas adaptações de conteúdo programático. Há que ressaltar que para o Curso de Licenciatura em História, até 2014, era oferecida a disciplina de *Elementos de Filosofia*, que a partir de 2015 foi substituída por *Fundamentos de Filosofia*, com uma carga horária maior. Neste primeiro grupo também está incluída a disciplina *Lógica & Argumentação*, criada em 2012 durante a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências, e tem como finalidade desenvolver habilidades para o raciocínio lógico e o discernimento da validade dos argumentos. *Lógica & Argumentação* é uma disciplina ministrada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais, antecedendo *Fundamentos de Filosofia*, mas que foi concebida considerando potencialidades para uma possível incorporação em matrizes curriculares de outros cursos da UFRPE.



Um segundo grupo tem como enfoque principal discutir e problematizar o conhecimento científico, a exemplo das disciplinas de *Epistemologia das Ciências Sociais e Filosofia da Ciência & Ética*. *Epistemologia das Ciências Sociais* é uma disciplina oferecida no terceiro semestre do Bacharelado em Ciências Sociais, sucedendo *Fundamentos de Filosofia* e compondo, dessa forma, o eixo metodológico do curso, que vai se completar com as disciplinas de Métodos Qualitativos de Pesquisa Social e Métodos Quantitativos de Pesquisa Social. *Epistemologia das Ciências Sociais* cumpre um papel importante na formação básica do/da estudante em Ciências Sociais, ao ter por finalidade o desenvolvimento de capacidades para refletir criticamente a respeito do Conhecimento Científico. Para tanto, põe em tela suas buscas históricas de validação, dando especial atenção às Ciências Sociais, que, mais permanente, aguda e expressamente, são submetidas ao questionamento de seus valores epistêmicos e metodológicos.

A disciplina busca preparar para um acesso mais consistente e crítico aos Métodos das Ciências Sociais, propiciando um ponto de vista capaz de abordar, criticamente, as ferramentas teórico-conceituais e metodológicas que cada cientista social deve manter sob seu consciente e permanente exame, conforme nos alerta Bordieu e colaboradores ao falar de “vigilância epistemológica”¹. *Filosofia da Ciência e Ética* é uma disciplina obrigatória da matriz curricular do Curso de Medicina Veterinária. Ofertadas às turmas de primeiro período, tem por finalidade qualificar os/as estudantes para uma reflexão crítica a respeito do conhecimento científico e de aspectos éticos envolvidos nos mais diversos tipos de usos de animais não-humanos, destacando-se o uso científico e para fins didáticos.

¹Cf Bordieu, P;at ali. A Profissão de Sociólogo. Preliminares Epistemológicas. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 2000.



O terceiro grupo de disciplinas obrigatórias é constituído pelas disciplinas de *Ética, Ética Profissional, Filosofia & Bioética*. Também é ofertada a disciplina obrigatória *Bioética & Ética Profissional em Medicina Veterinária* para o Programa de Residência Profissional em Medicina Veterinária. Este grupo se caracteriza por abordar, mais diretamente, a *Ética* como uma disciplina do campo mais geral da Filosofia, buscando capacitar os/as estudantes para a compreensão de seus aspectos históricos, conceituais e metodológicos, com vistas à constituição de uma base de reflexão filosófica para lidar com os atos humanos e suas consequências.

Essas disciplinas trabalham ferramentas teórico-metodológicas, expressas como Teorias Éticas, capazes de serem utilizadas, de maneira pertinente, em campos científicos disciplinares constitutivos dos cursos de graduação aos quais se vinculam. *Ética* é uma disciplina oferecida no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, e se propõe a despertar, nos/as estudantes, o interesse para examinar, de um ponto vista ético, possíveis insuficiências e incompletudes das dimensões epistemológicas das Ciências Sociais em seu ofício de buscar compreender os fenômenos e realidades sócio-culturais. A disciplina permite abrir um horizonte de reflexão acerca do papel das Ciências Sociais e dos/das cientistas sociais, que podem se deparar com vulnerabilidades e exposições a riscos dos sujeitos humanos envolvidos na investigação e pesquisa social. *Ética Profissional* é uma disciplina obrigatória da matriz do Curso Bacharelado em Administração, que passou a ser oferecida pela Área de Filosofia a partir de 2012, e cumpre papel similar à *Ética*, trabalhando, contudo, com maior ênfase, a reflexão crítica a respeito dos conflitos morais configurados no campo profissional do/da administrador/a. *Filosofia & Bioética* passa a integrar a matriz curricular do Curso de Zootecnia a partir de 2015, e é oferecida ao primeiro período. Esta disciplina tem por finalidade aproximar o/a estudante da



abordagem teórica e reflexão crítica de problemas de interesse e conflitos morais configurados nos afazeres dos/das zootecnistas na lida com animais, reconhecidas que são suas características de seres sencientes.

As disciplinas optativas formalmente constituídas são: *Antropologia Filosófica, História da Filosofia, Ética Profissional Aplicada à Zootecnia, Bioética e Ética no Uso de Animais*.

5. Atividades de Pesquisa & Extensão

Como a recomposição da Área é ainda muito recente, as atividades de pesquisa e de extensão seguem as direções conferidas pelos campos de especialização em que os professores se formaram. No entanto, como vimos no relato sobre o planejamento estratégico, há uma determinação de fazer convergir tais atividades para a composição de uma unidade temática de modo a integrar melhor e fazer dialogar as efetivas contribuições dos professores. Assim é que está sendo pensado, como apontado acima, o amplo projeto denominado de “Crítica à Modernidade”. De todo modo, e por ainda não dispor de uma estruturação que possa abrigar programas e linhas de pesquisas de forma mais orgânica, passa-se a apresentar as atividades de pesquisa e de extensão com base no protagonismo de cada professor.

A pesquisa desenvolvida pelo Prof. Carlos Pontes se intitula *Ética & Ciências Humanas e Sociais*. Uma investigação científica, para ser realizada, não basta ter mérito científico e estar metodologicamente bem formulada, deve também ser moralmente legítima. Isto significa que há limites para o envolvimento de seres humanos em procedimentos da investigação científica ditados por preceitos vinculados ao mundo dos valores. Sendo assim, o reconhecimento da avaliação dos aspectos éticos como dimensão que não só se



impõe como controle social externo, mas também, se mostra como parte integrante do próprio processo de produção de conhecimento, é que dá sustentação à pesquisa, que tem como objetivos refletir criticamente acerca das teorias éticas aplicáveis a situações-problemas suscitadas pela pesquisa em ciências humanas e sociais; discutir suas pertinência e extensão de aplicação a contexto de realização dessas pesquisas no âmbito da UFRPE; e contribuir para a incorporação da discussão ética em pesquisas realizadas no âmbito do Departamento de Ciências Sociais. O professor oferece, para estudantes de Ciências Sociais, o Grupo de Estudos “Concepção, criação e escrita de projetos acadêmicos de pesquisa: da fundamentação teórico-metodológica aos aspectos éticos”. No que se refere à extensão, o professor participou do Curso de Extensão “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia” na UFRPE, coordenado pelo professor João Morais, durante o ano de 2018, e coordenou o Projeto de Extensão “Primeira década da Lei Arouca: um marco bioético?”, evento realizado em 2019 com a finalidade de discutir a aplicação da legislação federal na proteção e defesa de animais sob regime de experimentação.

Parte significativa das pesquisas desenvolvidas pelo Prof. Felipe Sodré são desdobramentos do conjunto de demandas advindas da sala de aula, principalmente nas disciplinas de Lógica e Ética no Curso de Bach. em Ciências Sociais, mas também das orientações de monitoria e de monografia de conclusão de curso. A outra parte é uma extensão natural da sua formação acadêmica em Filosofia Transcendental. Neste sentido, o Grupo de Estudo “Kant: Lógica e Epistemologia” (KLE) serve como centro de apoio para consolidação das pesquisas bibliográficas desenvolvidas em contraste ou em paralelo à filosofia kantiana. Atualmente, o professor mantém em andamento uma pesquisa derivada do seu doutorado, chamada “History of Set Theory and Mathematics in Kant's Philosophy” e, ao mesmo tempo, dando seguimento à vertente ética,



está desenvolvendo estudos nas “Cartas a Lucílio” de Sêneca (o conceito de “tranquillitas animi”), na “Suma Teológica” de Santo Tomás de Aquino (o conceito de pecado capital) e na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant (o conceito de dignidade / “würde”). Não obstante, por conta das orientações e das pesquisas dos estudantes, temas adjacentes em Filosofia Política e em Antropologia Filosófica são complementos bem-vindos que servem como aplicações práticas que frequentemente contextualizam e enriquecem suas investigações no campo da Ética.

O Prof. João E. T. de Melo Neto desenvolve, desde 2019, a pesquisa intitulada *Genealogia da Malandragem*. O procedimento genealógico (ou genealogia) consiste numa espécie de método proposto por Nietzsche que tem por objetivo realizar um exame da procedência histórica dos valores morais e, a partir disto, avaliá-los. Dessa forma, a pesquisa visa refletir filosoficamente sobre o fenômeno “ético” da malandragem. O cidadão que cobra dos políticos o cumprimento dos preceitos da moral tradicional é o mesmo que usa o expediente do jeitinho e da malandragem. Esse caráter peculiar de nossa sociedade exige-nos alguns questionamentos: o que levou a cultura brasileira a essa ambiguidade moral? O que fez com que nossa sociedade cultivasse certa glorificação da malandragem? E mais: será que essa exaltação do tipo ‘malandro’ tem contribuído para o engrandecimento de nossa cultura ou para sua degeneração? Tendo em mente essas questões, o intento da pesquisa é realizar um exame filosófico acerca da malandragem e do “jeitinho brasileiro” fazendo uso do procedimento genealógico como marco teórico. No que se refere à Extensão, o professor coordena as atividades do Núcleo da UFRPE do Grupo de Estudos Nietzsche GEN-UFRPE, núcleo de estudos e divulgação filosófico-científica vinculado ao GEN nacional, um dos mais relevantes grupos de pesquisa acerca da filosofia nietzschiana na América latina. O GEN-UFRPE está cadastrado na



UFRPE como projeto de extensão no SÔNUS e tem realizado, semanalmente, oficinas de leitura e análise de texto filosófico. O grupo recebe alunos de outras universidades como UNICAP e UFPE. Ainda no contexto da extensão, o GEN-UFRPE organiza, periodicamente, os eventos Jornada Nietzsche e Encontros Nietzsche, ambos com objetivo de divulgar o trabalho filosófico-científico.

O Prof. J. C. Marçal coordena o grupo de pesquisa Pós-modernidade e Tecnociência. A linha de pesquisa do grupo está focada na Fenomenologia Existencial de Heidegger e na Teoria Crítica de Adorno. O objetivo é estruturar uma hermenêutica crítica sobre as características da pós-modernidade e sua relação intrínseca com a tecnociência a partir de um extenso diálogo com Galimberti, Agamben, Debord, Hottois, Bauman, Foucault, Mbembe, Han e Žižek. O primeiro fruto do grupo foi a publicação do número 1 da Revista Caboré - revista do corpo discente da UFRPE. O professor também coordena o grupo de estudos Marxismo, trabalho e pós-modernidade. A linha de pesquisa do grupo se inicia com a leitura e debate sobre as principais obras de Marx, Engels e Lênin. A partir desse ponto, dialoga com a tradição marxista e seus mais variados desdobramentos - visando compreender as relações de trabalho e produção na pós-modernidade - com pensadores como Gramsci, Mészáros, Castoriadis, Lukács, Luxemburgo, Althusser, Foucault e Pachukanis. No que se refere a atividades de extensão, o professor participou ativamente do Projeto de Extensão "O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia" na UFRPE promovido pelo professor João Morais, durante o ano de 2018, realizando duas palestras: Hermenêutica do Golpe de 2016 e Aspectos históricos e geopolíticos do Golpe de 2016. Como resultado dessa participação, publicou o artigo Hermenêutica do Golpe de 2016 na Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

O Prof. Leonardo Cisneiros desenvolve pesquisas cujos interesses se dividem entre dois grandes eixos. Um deles é o desdobramento de pesquisas



feitas anteriormente na área de Filosofia da Linguagem, Lógica e Metafísica, com um foco especial sobre questões da Filosofia Analítica da Religião. O objetivo geral das pesquisas é empreender uma investigação sobre os pressupostos de ordem lógico-semântica e metafísica e uma crítica de uma nova onda de teísmo analítico, representado por autores como Alvin Plantinga, William Lane Craig, dentre outros. O outro eixo de pesquisa decorre do aprofundamento de questões trabalhadas nas disciplinas de Ética, bem como dos interesses desenvolvidos a partir de uma militância em movimentos sociais, particularmente associados à Causa Ambiental e ao Direito à Cidade, tendo sido, por cinco anos, representante da Sociedade Civil no Conselho da Cidade do Recife. O desenvolvimento das pesquisas se dá no âmbito do Grupo de Pesquisa "Ecopolíticas, Alternativas ao Capitalismo & Direito à Cidade", que, em um primeiro momento, tem-se concentrado na análise dos fundamentos do Ecosocialismo e do Decrescimento, como alternativas sistêmicas ao capitalismo e ao colapso ambiental. Este último eixo de pesquisa guarda íntima relação com uma série de atividades de extensão, como por exemplo o Projeto de Extensão de formação em Direito à Cidade junto à comunidade da ZEIS Santo Amaro, no Recife, executado no ano de 2018. Atualmente, o grupo de pesquisas vem promovendo dois projetos de extensão, a saber: o minicurso intitulado "Ecologia Para Além do Capital", que aborda a discussão sobre a relação entre crise ambiental e capitalismo e as alternativas; e o projeto "Ferramentas participativas para o debate popular sobre energias renováveis no Agreste de Pernambuco", desenvolvido para dar suporte a comunidades de Bonito-PE para a adequada reivindicação de seus direitos diante de megaprojetos planejados para a região.



6. Atividades de Gestão Acadêmico-administrativa

A Área de Filosofia tem participado de maneira bastante ativa e intensa na vida acadêmico-administrativa do DECISO, desde a sua criação no ano de 2010. Assim é que temos participado das Comissões Permanentes de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, bem como da Comissão de Planejamento Departamental, da Comissão de Avaliação de Progressão Docente e da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente em Estágio Probatório e de Alteração de Regime de Trabalho. Nossos docentes fazem parte de Colegiados de Coordenação Didática dos Cursos de Graduação em que ministramos disciplinas de Filosofia.

Nossos professores têm participado da concepção, criação e implementação de instâncias de regulação ética de atividades científicas no âmbito da UFRPE. Com efeito, a instituição da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA-UFRPE), no ano de 2008, teve o concurso dos professores Carlos Pontes e Leonardo Cisneiros, que participaram da construção do seu regimento interno, de seu processo de tramitação interna, e de seu funcionamento, ao exercerem sua coordenação. Uma outra instância, na qual tivemos participação, foi a implementação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UFRPE), no ano de 2016, que tem por finalidade a regulação ética da pesquisa científica envolvendo seres humanos.

No âmbito do DECISO, nossos professores participaram da criação e institucionalização do Laboratório de Ciências Sociais Prof. Ronaldo Maia, exerceram a Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais e a Direção do DECISO, nas pessoas do Prof. Felipe Sodré e do Prof. Carlos Pontes, respectivamente.



Considerações Finais

Como se pode observar ao longo do artigo, a aderência da Área de Filosofia ao Departamento de Ciências Sociais é bastante evidente, o que se pode notar com a presença permanente, ativa e intensa na vida acadêmico-administrativa do DECISO. Assim, temos participado em todas as comissões permanentes de Ensino, Pesquisa e Extensão, comissões destinadas ao planejamento, avaliação de desempenho docente e expansão do departamento, comissões institucionais de regulação ética da pesquisa envolvendo animais, bem como da pesquisa envolvendo seres humanos. Contudo, as participações que nos trouxeram uma satisfação ainda maior foram os exercícios da Coordenação do Curso de Ciências Sociais e da Direção do DECISO. Para concluir, vale a pena assinalar a aceitação e reconhecimento da importância da Filosofia nos demais espaços institucionais de outros departamentos e cursos, demonstrados pelo crescente interesse nas disciplinas, grupos de estudos, pesquisa e extensão, e eventos protagonizados pela Área de Filosofia do DECISO.

Recebido em 11 agosto de 2020.

Aprovado em 20 de novembro de 2020.

CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: CAMINHOS E CRISES (1990 - 2020)

Fábio B. de Andrade

Doutora em Ciências Políticas UFPE
Professor do Departamento de Ciências Sociais
E-mail: fabiobandrade@yahoo.com.br

Gabriella Maria Lima Bezerra

Doutora em Cientista política UFRGS
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE
Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política Eleições e Mídia - LEPEN-UFPE
E-mail: gabriellamlb@gmail.com

Alessandra Uchôa Sisnando

Doutora em Filosofia UFPB/UFPE/UFRN
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE
Coordenadora do Grupo de Estudos Estado e Ética na Filosofia Política de Hegel.
E-mail: aleuchoa7@gmail.com

RESUMO

O artigo explora a contribuição da ciência política nos últimos trinta anos, pontuando sua defesa da efetividade democrática do modelo brasileiro. A análise privilegia três momentos distintos e os principais enfoques teóricos que os balizaram: a transição e consolidação democráticas e o momento atual. Nosso objetivo, ao sistematizar as críticas ao novo institucionalismo, é destacar os seus limites para a compreensão do sistema democrático e suas recentes crises.

Palavras-chave: Democracia; Neoinstitucionalismo; Crise política.

POLITICAL SCIENCE IN BRAZIL: PATHS AND CRISES (1990 - 2020)

ABSTRACT

The article explores the contribution of political science in the last thirty years, highlighting its defense of the democratic effectiveness of the Brazilian model. The analysis privileges three distinct moments and the main theoretical approaches that marked them: the democratic transition and consolidation and the current moment. Our objective, in systematizing the criticisms of the new institutionalism, is to draft its limits for understanding the democratic system and its recent crises.

Keywords: Democracy; Neoinstitutionalism; Political crisis.

Introdução

O presente número especial da Revista Cadernos de Ciências Sociais está organizado a propósito das comemorações dos 30 anos do curso de Ciências Sociais da UFRPE. O objetivo é pensar a contribuição do curso, no nosso caso a ciência política, em articulação com a pesquisa nacional, tendo como pano de fundo a pesquisa internacional.

O processo de consolidação e expansão da Ciência Política se estabelece mais intensamente nos últimos trinta anos. O que coincide com a comemoração. Portanto, não é por acaso que apenas na fundação do Departamento de Ciências Sociais - DECISO, no ano de 1990, a ciência política tenha tomado seu lugar de fato e de direito nessa instituição. Antes, as disciplinas de política estavam ligadas a uma área mais ampla, denominada Política e Legislação, que por sua vez fazia parte do Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE. Com a configuração do novo departamento, o curso de Ciências Sociais adquiriu o formato dos demais cursos estabelecidos no país, incorporando de forma clara, equitativa e equilibrada, as três áreas que compõem o supracitado curso, a saber; antropologia, ciência política e sociologia.

Nesse cenário, alguns desafios foram gradualmente vencidos pelo curso e pelo novo departamento. Havia menos docentes na nova área instituída, esse foi um desafio que vencemos recentemente com a contratação de novos integrantes para o quadro da ciência política. Por outro lado, oriunda de um departamento híbrido e de uma área que juntava membros com formação variada, a ciência política na UFRPE fez de uma aparente desvantagem, sua maior vantagem, pois a área inclui não apenas cientistas políticos, como também professores advindos do curso de Direito e do curso de Filosofia. Tal característica é uma particularidade bastante enriquecedora para o corpo docente, que demonstra, a cada ano, maior afinidade com a ciência política e busca, cada vez mais, aprofundar e desenvolver trabalhos nessa área.

Herdeira de um longo período de governos autoritários, sobretudo os anos de ditadura militar, as ciências sociais no Brasil, particularmente a sociologia, apresenta

por largo tempo uma característica de construcionismo de um ideário brasileiro. Todas essas características, aliadas a uma influência da sociologia francesa, postergaram a autonomia da política como uma disciplina independente. Essa vertente foi seguida, por exemplo, pela Escola Sociológica Paulista e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) e tendia a perceber a política como um ramo da sociologia.

Esse quadro vai sendo alterado gradativamente, na medida em que vão surgindo cursos de pós-graduação voltados para políticas. Por outro lado, a característica particular do governo autoritário no Brasil, gerou a necessidade intrínseca de se sair do debate social para uma premente discussão e formação política, o que gerou uma reação de necessidade de se compreender os mecanismos políticos que nos conduziram até aquele momento histórico.

Esse período coincide com a estabilização da democracia no Brasil: eleições e governos se sucedem, sem interrupção ou suspensão. Partidos alternam-se no poder. Trata-se de um caso bem-sucedido a ser comemorado, considerando a história recente. Ao mesmo tempo, trata-se de um período de intensa pesquisa. Pela primeira vez o problema da transição foi posto para ciência política: no que se transformam países recém-saídos de ditaduras? A resposta a essa pergunta foi dada, inicialmente, pelas teorias da transição.

Segundo essa análise, a retomada da estabilidade política dependeria da resposta dada a três momentos decisivos, a saber: a transição propriamente dita, via abertura com o retorno dos direitos políticos e sociais. A consolidação, ou seja, eleições livres, sucessão eleitoral e alternância de poder. Seguido das análises sobre a qualidade da democracia, ou seja, em que medida o governo eleito alcança governança e governabilidade, para responder às crescentes demandas sociais.

Considerando o período em questão, a experiência brasileira foi um sucesso no que diz respeito ao cumprimento dessas tarefas. A sucessão de governos e a rotinização do processo de tomada de decisão abriu um novo campo de investigação

na ciência política brasileira. Os novos institucionalismos sucederam às teorias da transição, uma vez superados os problemas da consolidação. Permitindo, portanto, estudar o processo de tomada de decisão ao longo da sucessão dos governos. Ou seja, o que confere governança e governabilidade ao presidencialismo brasileiro?

A resposta a essa pergunta permanece dividida entre os que analisam a efetividade do presidencialismo brasileiro (PALERMO, 2016). Contudo, para os objetivos do presente artigo interessa mais os limites deste enfoque, do que as diferentes avaliações que cada abordagem oferece sobre o quão efetivo o presidencialismo brasileiro é.

Nesse sentido, o presente ensaio alerta para a urgência de avanços analíticos na Ciência Política brasileira, diante da consolidação de interpretações da década de 90 que afirmaram a estabilidade do regime e a racionalidade dos atores políticos. Estes estudos investiram na descrição do presidencialismo de coalizão, com características próximas ao parlamentarismo: nosso sistema funcionaria com a formação de amplas coalizões que permitiriam a aprovação da agenda governamental. O medo da instabilidade rememorada na transição democrática criou um domínio que defende o modelo pela sua capacidade preditiva nas respostas ao Executivo.

Além disso, os achados cobrem apenas uma área do sistema político e nos impede de aprofundar compreensões. A crise política que se aprofunda nos leva a reflexão desse paradigma e nos revela que nossa crise é também analítica e interpretativa, ocasionada pelo realce e suficiência de análises empíricas que constata a consolidação do sistema (LUCAS e SAMUELS, 2011): Junho de 2013 parece ter sido um marco, com impactos no pensamento social.

Mas e a ciência política brasileira, como responde a efervescência da última década? Essa é uma questão importante a ser colocada, uma vez que autores como Moisés (1995), ainda nos anos 90 do século passado, numa leitura crítica das teorias da transição chamava a atenção para os fenômenos de mais longa duração, para a

explicação do funcionamento dos sistemas políticos e os limites de um enfoque centrado na ação estratégica dos atores políticos e na capacidade institucional de responder às diferentes demandas.

De outra maneira, cabe perguntar se não nos acomodamos na estabilidade das práticas institucionais e ignoramos uma visão mais analítica de nossas mazelas? "[...] nos habituamos à rotinização de práticas pouco justificáveis perante a opinião pública" (REIS, 2007) Claro que a ciência política nasce preocupada com a estabilidade institucional, desde Maquiavel (1979) a manutenção do poder depende do quão o príncipe é virtuoso para prever e responder aos conflitos que possam comprometer a estabilidade institucional. Mas ao mesmo tempo Maquiavel chama a atenção para as forças que podem comprometer a permanência do príncipe no poder, a esse respeito o autor dedica o seu mais famoso livro.

No que se segue buscaremos problematizar o enfoque do novo institucionalismo trazendo de volta a variável cultura, e esta não é uma tarefa trivial. Nossa recente história democrática mostra crescente descrença nas instituições políticas e nos partidos políticos que contextualizam a pesquisa dentro de uma meta-agenda que prioriza os avanços democráticos. O parlamento ao transformar as contestações sociais em oposição parlamentar, garante o dinamismo e a duração dos sistemas democráticos. Um sistema falha, portanto, ao não acomodar as disputas a nível institucional, estimulando o desenvolvimento de uma oposição extraparlamentar que pode levar ao colapso de todo um sistema.

O que se pode pensar, nesse sentido, de uma relação entre poderes que funciona institucionalmente e que é desacreditado pela maioria da população? Argumentamos que 1) a cultura é uma variável importante e deve ser levada em consideração para qualquer análise política, em especial, a da democracia e suas instituições. As instituições não operam num vácuo, assim como nenhuma outra área de ação. Seria um erro pensar que as instituições não são resultado do sentido que se

dá a democracia. 2) é impossível não reexaminar as constatações que reverberaram com grande amplitude até então, sobre estabilidade e governabilidade do sistema político, tão cara aos estudos institucionalistas e 3) que é urgente retomarmos os debates teóricos, buscando análises mais abrangentes, com uma abordagem variada que contemple fenômenos de mais longa duração.

Nesse sentido, a proposta do artigo está organizada em três partes: 1) entendemos que a década de 90 do século passado dá início ao momento de estabilização da democracia brasileira, mas nossa compreensão do processo necessita da análise do que antecedeu esse momento, ou seja, dos passos que, por assim dizer, têm início com a transição, passando pela consolidação e qualidade da democracia; 2) Num segundo momento, o artigo se concentra na análise do enfoque do novo institucionalismo. Essa abordagem assume, no nosso artigo, importância central, uma vez que:

Neo-institucionalistas argumentam que suas análises incorporam os cenários e situações sociais correntes ao nascimento das instituições, as quais, uma vez criadas, acreditam os autores, seriam autônomas em relação à sociedade, e seu desenvolvimento seguiria um caminho independente. (NASCIMENTO, p. 107-108, 2009).

Nosso argumento procura mostrar que as instituições continuam sendo constantemente dependentes da sociedade e, essa dependência, pode ser observada tomando como referência a cultura, ou seja, em que medida há uma maior ou menor adesão dos cidadãos aos valores democráticos; Nas conclusões afirmamos a importância das instituições ao passo em que procuramos mostrar que a cultura importa, quando se trata de pensar sobre a qualidade da democracia e sua estabilidade.

2. Da transição a consolidação e da consolidação a incerteza

Para ciência política esse é um período de intenso trabalho. No plano internacional, a ciência política teve que se haver com a dinâmica produzida pelas reformas do Estado e a liberalização da economia, agora globalizada. A terceira via (GIDDENS, 2001; 1999) apareceu como um novo arranjo entre os interesses públicos e os interesses privados, na nova relação entre Estado e sociedade. No plano nacional, há 30 anos os brasileiros e brasileiras já tinham escolhido o primeiro presidente pelo voto direto em 1989, depois de mais de vinte anos. A nova Constituição foi promulgada em 1988 e as expectativas em torno do novo arranjo institucional eram grandes, porque as dificuldades também eram grandes (WEFFORT, 1992; MOISÉS, 1989; KINZO, 2001).

Do ponto de vista econômico, o período autoritário deixou o país em severas dificuldades (SINGER, 1977). O contexto internacional contribuiu e muito, como sempre, para o agravamento da situação. Os anos 70 do século passado foi uma década de crise econômica nas democracias da Europa e Estados Unidos (HARVEY, 1989). Na época o principal argumento concentrava-se sobre a crise fiscal. Os Estados quanto mais arrecadavam mais tinham dificuldades crescentes em saldar seus compromissos, gerando o desequilíbrio nas contas públicas (HABERMAS, 1975; OFFE, 1984; PRZEWORSKY, 1995).

A solução para a superação do problema passava pela redefinição das políticas de bem-estar social, o famoso Estado de bem-estar social. A esse respeito o argumento, girou em torno do monopólio exercido por esse Estado em várias áreas da prestação de serviços públicos, como: bancário, da educação, saúde, etc. Segundo o argumento, isso inviabilizaria a ação empreendedora e sufocava a capacidade criativa dos indivíduos (HELD, 1987, 201-219).

No Brasil, essa crise refletiu-se sobre as linhas de créditos que financiaram os projetos desenvolvimentistas em andamento. Como se não bastasse, não somente os

créditos minguaram como a dívida externa aumentou. Isso nos leva a segunda dificuldade: os efeitos dessa crise perduraram nos governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), melhorando apenas no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Foi uma verdadeira sucessão de planos de estabilização econômica, sem sucesso. Até que, ainda no governo Itamar Franco, alcançou-se a tão esperada estabilidade econômica em 1994 com o Plano Real. As dificuldades em responder à crise econômica a curto prazo, aprofundou as desigualdades sociais. Os níveis de desemprego associados às altas taxas de inflação perduraram por longas duas décadas.

A demora em dar resposta ao problema da crise econômica constitui a nossa terceira dificuldade. O arranjo político e partidário que dava sustentação ao regime autoritário entrou em crise com a redemocratização (NOBRE, 2013). O bloco de sustentação identificado com o desenvolvimentismo encontrou um ferrenho opositor. Ao contrário, os neoliberais viam a resposta para os nossos problemas em um amplo programa de reformas do Estado e mais abertura comercial (PEREIRA, 1997; FIORI, 1992).

A questão levantada na ocasião recaía sobre a capacidade das instituições garantirem estabilidade necessária para o processo de tomada de decisão e governabilidade, no novo arranjo institucional. Inicialmente houve um debate em torno dos problemas e dificuldades na manutenção do presidencialismo como forma de governo. Os críticos desse governo identificaram uma série de dificuldades: concentração de poder no executivo, conflitos entre executivo e legislativo, dependência de amplas coalizões e dificuldades na resolução das crises políticas, quando estas estão associadas à perda de apoio político (ABRANCHES, 1988; LAMOUNIER, 1991; LINZ, 1991, MAINWARING & SUGART, 1991).

Parlamentarismo e presidencialismo configuraram uma primeira agenda de debate no período que estamos analisando. No entanto, a consulta popular em 1993

referendou o presidencialismo como sistema de governo, ou seja, o sistema bicameral – câmara e senado -, executivo, voto aberto, e eleições proporcionais para as legislativas e majoritárias para o executivo.

Ainda nesse período, outra agenda de pesquisa mais preocupada com a tomada de decisão e, em que medida, o Brasil conseguiria atravessar o período da transição rumo à consolidação, sem interrupções ou retrocessos se concentrou na capacidade dos atores relevantes tomarem decisão e no respeito às regras do jogo. As teorias da transição informaram as variáveis e a agenda de pesquisa nessa área (LINZ & STEPAN, 1999; O'DONNELL, SCHMITTER, WHITIHEAD, 1986).

Havia certo otimismo nessas análises que se apoiavam numa concepção minimalista da democracia. Para esse enfoque a democracia se restringia a alguns indicadores: eleições livres e periódicas, congresso aberto e competição eleitoral. A unidade de análise desse enfoque considerava os indivíduos como racionais, isso implica em dizer que a tomada de decisão, no caso a escolha de um representante ou de uma forma de governo, é resultado de um cálculo estratégico que sempre leva em conta a otimização da ação e a maximização dos resultados. De modo que a estabilidade ou não de um determinado sistema político dependeria da ação estratégica dos atores relevantes e o respeito às regras do jogo, como condição para a tomada de decisão (PRZERWORSKI, 1984).

Superado os problemas de incerteza, contexto no qual os atores relevantes tomariam decisões, e afastada a hipótese de retorno autoritário após a condenação de Fernando Collor por impeachment e a condução que foi dada rumo à estabilização econômica, permitiram que o Brasil passasse a gozar de estabilidade política. A consolidação da agenda eleitoral, a inclusão dos analfabetos e dos adolescentes avançou como parte da democratização e extensão da cidadania. As eleições se sucederam e os partidos políticos se alternavam no poder. Avanços foram alcançados e problemas foram se acumulando.

Uma vez que os problemas de transição e consolidação foram sendo superados e a dinâmica política e eleitoral deram condições para a sucessão e alternância de poder. O enfoque centrado nas incertezas cedeu lugar a uma nova agenda de pesquisa. Trata-se do novo institucionalismo em suas três vertentes: sociológica, histórica e de escolha racional (HALL & TAYLOR, 2003; NASCIMENTO, 2009).

Essa agenda de pesquisa consolidou-se a partir das seguintes variáveis: relações entre o executivo e o legislativo, sistema eleitoral e partidário de um lado, e os regimentos internos da Câmara e do Senado, bem como os poderes do executivo, particularmente o de legislar, e sua capacidade de formar coalizões a permitir governabilidade, de outro. Em geral, das três variantes do novo institucionalismo, predominou o da escolha racional.

A centralidade das instituições sob o lema de que as instituições importam tem o seu centro difusor na ciência política norte americana. Diferentemente dos enfoques anteriores seja o estruturalismo ou a análise comportamental, o novo institucionalismo ao passo em que confere importância às instituições na garantia das condições para a ação, não deixa de considerar o papel ativo dos indivíduos.

No Brasil, o novo institucionalismo forneceu quatro interpretações sobre o presidencialismo brasileiro: a) duas delas afirmam, por razões diferentes, que o nosso presidencialismo não funciona; b) duas outras, também por razões diferentes, afirmam que o presidencialismo funciona (PALERMO, 2000). No entanto, a despeito dos resultados valiosos fornecidos por essa pesquisa os acontecimentos dos últimos anos impuseram sérias dificuldades para a análise do novo institucionalismo e suas variáveis para pensar a crise que se avizinhava. Em 2013 amplos movimentos de protesto contra o governo tomaram as ruas das principais capitais brasileiras (ALONSO, 2017). Inicialmente, tratava-se de uma demanda pontual, aumento das passagens de ônibus, e circunscrito à esfera administrativa municipal. Logo novas

pautas aderiram ao movimento inicial e tomou proporções gigantescas migrando da esfera municipal para a federal. Três anos depois a presidenta eleita Dilma Rousseff foi alvo de impeachment e retirada do cargo assumindo, portanto, Michel Temer o vice-presidente (SANTOS, 2017; SANTOS & GUARNIERI, 2016; AVRITZER, 2016).

O parlamento ao transformar as contestações sociais em oposição parlamentar, garante o dinamismo e a duração dos sistemas democráticos. Um sistema falha ao não acomodar as disputas a nível institucional, estimulando o desenvolvimento de uma oposição extraparlamentar que pode levar ao colapso de todo um sistema. Nossa recente história democrática e a descrença nas instituições políticas e nos partidos políticos contextualizam nossos questionamentos dentro de uma meta-agenda que prioriza os avanços democráticos.

3. Revendo caminhos, destacando ausências: há uma crise analítica na Ciência Política Brasileira?

A preocupação dominante com a governabilidade na transição democrática criou um ambiente propício para o investimento na investigação da capacidade preditiva nas respostas ao Executivo. A consolidação da democracia, de acordo com essa perspectiva, dependia, portanto, da capacidade do desenho constitucional incentivar a coordenação de partidos e indivíduos em torno de uma vontade nacional, expressa por uma coalizão de governo majoritária.

A consolidação dos estudos neoinstitucionalistas, predominantes a partir de meados da década de 90, constatam que poderíamos superar as preocupações iniciais do regime democrático. Novos estudos investiram na descrição do presidencialismo de coalizão, com características próximas ao parlamentarismo: nosso sistema funcionaria com a formação de amplas coalizões que permitiriam a aprovação da agenda governamental. Constaram que os parlamentares eram disciplinados nas votações nominais, seguiam as orientações de suas lideranças e que os Presidentes da

República formavam coalizões estáveis e coesas, aprovando sua agenda, devido a duas dimensões institucionais que favoreceriam a centralização das decisões no Parlamento: os poderes legislativos do Presidente e as regras do processo legislativo (ex. FIGUEIREDO E LIMONGI 1999, 2007; SANTOS 2003; PEREIRA e MELO 2013).

“Em vinte anos, o presidencialismo de coalizão deixou de ser descrito como um ‘dilema’ para ser entendido como a ‘política ordinária’” (POWER, 2011, p. 138), mas mantiveram seu foco principal na governabilidade (BEZERRA, 2017). Argumentamos que outros fatores merecem igual atenção, questões fundamentais de ordem da própria essência democrática do regime (LUCAS E SAMUELS, 2011), como o desenho institucional se relaciona com outros atributos imperativos, ou seja, como o aparato institucional pode ao mesmo tempo cumprir requisitos democráticos e ser eficiente (REIS, 2007):

O debate político brasileiro em seguida ao fim do regime de 1964 tem privilegiado o tema da ‘governabilidade’. Esse debate se cerca de impropriedades e confusões, a começar por impropriedades semânticas em que a expressão é tomada para indicar uma característica da aparelhagem do Estado (sua eficiência ou capacidade governativa, identificada às vezes ao mero apoio prestado ao governo no Congresso), omitindo-se o fato de que o atributo de ser mais ou menos governável é um atributo daquilo que é governado, ou seja, da sociedade” (REIS, 2007, p. 462).

As análises sobre o legislativo preocupam-se com o apoio ao Executivo de maneira colegiada e se os interesses regionais não suplantam os nacionais, acreditando dessa maneira que suas possibilidades são negativas, de que seu espaço não seria o de discussão e proposição de melhorias e mudanças sociais (DINIZ, 2005).

A acumulação decisória anula significativamente os incentivos negativos gerados na arena eleitoral, mas apenas artificial e conjunturalmente – “o partido somente apresenta-se forte enquanto plebiscita as proposituras do Executivo” (NUNES, 2011, p. 37). Reafirmam, ao invés de questionar, a indisponibilidade do legislativo, já que sua cooperação se faz a partir da imposição de poderes Executivos (não só de agenda, mas de barganhas eleitorais), indicando uma ‘patronagem

consentida'. Ademais, os incentivos gerados pela centralização decisória corroem as possibilidades de paroquialismo e individualismo, mas também as ideológicas, já que a clivagem dominante é a estratégica:

[...] Permite argumentar no sentido de que as bancadas atuais funcionam como máquinas políticas legislativas – e os parâmetros institucionais muito colaboram nisso, tendo no líder da bancada escolhido pelos seus membros o papel de gestor da empresa. Sua principal função na coesão da bancada está na aplicação das recompensas e punições na distribuição de oportunidades a que tem acesso, sejam estas de natureza regimental, sejam de outras (NUNES, 2011, p. 37).

A literatura destaca o incentivo para a concentração decisória nas mãos dos líderes partidários, o que favorece estratégias de delegação de poder. Mas se o sistema só consegue anular os paradoxos da conexão eleitoral e produzir maiorias sistematicamente com o uso permanente de dispositivos excepcionais, pode-se afirmar que esta conclusão não desautoriza análises pessimistas da negociação política (REIS, 2007). Qual seria, ademais, o motivo para mantermos uma 'engenhosa engenharia' pluralista (multipartidarismo, federalismo, bicameralismo, proporcionalidade, lista aberta, etc.) se sua existência só é possível pelo poder disciplinador das mãos executivas e da mão 'invisível' das lideranças?

As regras regimentais forçam a negociação via partidária, mas não se reflete na estruturação eleitoral – “[...] o eleitor acaba sendo levado a designar o agente *errado* na defesa de seus interesses” (MELO, 2007, p. 293). Por que não questionar um modelo que separa em teoria os poderes, mas funciona com a sua fusão? Como é possível afirmar a sedimentação de um modelo que se constitui na impreterível fusão de poderes que impede uma responsabilização dos atores? “Certamente isso incide sobre a qualidade dos vínculos entre eleitores e representantes não sendo a atuação partidária capaz de orientar claramente o voto” (NUNES, 2011, p. 37).

Além disso, os resultados das votações nominais são apenas um aspecto da dimensão do comportamento partidário, e não poderia ser o indicador para afirmar a funcionalidade e sustentabilidade do regime. Ressaltamos o questionamento da

confiabilidade e da capacidade de medir o nível de disputa partidária (GREENSTEIN e JACKSON, 1963; CARRUBA et al, 2006; HUG, 2010; JONES, HWANG e MICOZZI, 2009), já que 1) esse tipo de votação é consequência de negociações, ou seja, são o final de uma disputa anterior e, portanto, guardam um viés de seleção; 2) a ocorrência de votações não registradas poderiam divergir das conclusões das votações registradas, "[...]many legislatures only conclude a minority of decisions by roll call" (CARRUBA et al, 2006); 3) poderíamos ver as nominais como um estrato significativo do conflito, porque certos assuntos são mais comuns de serem trazidos para votações nominais.

O foco da defesa do atual modelo centra-se na importância da superação de problemas da ação coletiva, sem observar outras características importantes para a qualidade da democracia (REIS, 2006 e 2007), e não dissolvem diversas incertezas sobre a política brasileira

Is it because formidable politicians such as Cardoso and Lula elevated presidential leadership to a new level – a hypothesis that Figueiredo and Limongi (2007: 182) explicitly reject? Is it because the post-1994 economic stabilisation created far more favourable conditions for legislative support of presidents? Is it because global and domestic factors have moderated ideological polarisation in Brazil over time? Or is it simply due to a cumulative process of political learning – democracy by trial and error? Only with time and further research will we know if Brazil's '*presidencialismo de coalizao*' is 'the only game in town', or if history has simply been playing tricks on us. (POWER, 2010, p.30)

Argumentamos por uma visão que vá mais longe na compreensão da relação entre partidos-sociedades-poderes. Afinal, o Congresso Nacional apesar de garantir a governabilidade e seu desempenho ser positivamente avaliado neste quesito, continua sendo uma instituição avaliada negativamente pela população de uma maneira geral:

O que afeta a qualidade da democracia não é a inexistência de conflito entre os poderes executivo e legislativo, ou o saudável bloqueio da paralisa decisória, mas o fato de que muitas ações adotadas pelos representantes populares deixam à margem o necessário escrutínio dos rumos e das políticas adotadas pelos governos (MOISÉS, 2011, p. 27,).

Não se pretende aqui desmerecer o potencial explicativo e o impacto nos estudos políticos brasileiros, gostaríamos apenas de ressaltar que estas conclusões

abrangem algumas áreas do sistema e podem (e deve) ser problematizadas para avançar em direção a questões que remetem a eficiência e a representatividade do nosso modelo (idem).

Um desses imperativos que parece esquecido nessas análises é a atuação da oposição. Seu comportamento reverbera na coalizão de apoio e torna as negociações árduas. Ou seja, a coesão nas votações depende de um cenário externo muito mais ampliado e não apenas de condições internas aos partidos. A oposição não é uma força marginal ao processo de decisão, mas é fator importante na determinação das negociações e dos resultados (BEZERRA, 2017).

Embora presidencialismo e parlamentarismo tenham dinâmicas semelhantes, quando coincidem no multipartidarismo, as bases e os incentivos para as coalizões podem ser diferentes no que se refere à sua persistência ao longo do mandato. Parece que nos aproximamos cada vez mais do modelo de 46, nesse aspecto: o Congresso com mais poder de organização pode forçar o Poder Executivo, ficando essa relação refém de fatores situacionais, de ordem política ou ideológica (MIRANDA, 2008), dependente do desempenho da liderança governista do que mesmo dos atributos institucionais (POWER, 2010). As ameaças, punições e a busca por mais vantagens, acabam por enfraquecer o poder centralizador do presidente.

4. Considerações finais

A transformação do entendimento da pesquisa científica fomentou o desenvolvimento da pesquisa comparada e de análises temporais ampliadas, a partir da construção de modelos e do teste empírico de hipóteses, marco metodológico e epistemológico profundo, fundamentando o status de ciência para o estudo da política. Esses questionamentos levaram a um aprofundamento das relações entre estruturas econômicas e sucesso da democracia, se distanciando da apreciação dos componentes culturalistas, a assim chamada “Teoria da modernização” é um marco

importante na Ciência Política. Os estudos passam a assumir a conexão entre instituições políticas sociais e seu marco histórico da modernidade.

Desde o surgimento da chamada terceira onda democrática, a partir de meados dos anos de 1970, surgiu uma nova frente de estudos que procura correlacionar a mudança social com a transformação política de mesma orientação, qual seja, combinar desenvolvimento político com desenvolvimento social e econômico. Com a transição do regime autoritário para a democracia, uma transformação política, portanto, a preocupação agora era a escolha do melhor arranjo institucional para que as novas democracias pudessem se consolidar. Surge, assim, a preocupação da Ciência Política com as instituições formais do desenho constitucional, em especial a forma de governo e o sistema partidário.

O novo institucionalismo assume o protagonismo, com a retomada das instituições e da centralidade do ambiente político. Elas são entendidas como variáveis que impactam em resultados e comportamentos. O desenvolvimento político não implicaria a transformação de valores e identidades pessoais, mas sim o desenho criativo de instituições políticas para garantir os direitos das minorias e uma paz democrática.

No início da década de 1980, tiveram início diversas transições pactuadas que incentivaram os analistas a investigar as condições e práticas que tornam possível a transição democrática e a consolidação de regimes democráticos. Preocupados, portanto, em identificar padrões nos processos de transição política.

Na outra frente de estudos e proposições normativas, temos autores vinculados às pesquisas sobre cultura política, cuja maior preocupação era precisamente a identificação das condições culturais para que a sociedade moderna, capitalista e democrática, pudesse emergir e se consolidar. Esses estudos ganharam relevância depois que ficou claro que o modelo preconizado pelos defensores da intervenção norte-americana nos países do terceiro mundo não gerava os resultados

esperados. A defesa de que investimentos na infraestrutura desses países, bem como no aparelho de Estado, resultariam no desenvolvimento político não se confirmaram. Simplesmente adotar o modelo capitalista juntamente com o arranjo institucional democrático nos modelos liberais não reproduzia os mesmos padrões de comportamento observados nos Estados Unidos.

Esse debate enfatiza o problema de uma compreensão minimalista da democracia apenas como processo eleitoral, não se preocupando com os efeitos sociais do sistema. Depois de uma década de foco nas estruturas do Estado, os latino-americanos redescobriram a sociedade civil: como os cidadãos escolheram se identificar e se organizar para a ação política em resposta à repressão estatal, solidariedades horizontais novas e antigas. Essas foram movimentações questionadoras importantes dos marcos da democracia moderna e de seus esforços para promover igualdade, justiça e inclusão.

Nos últimos dez anos, as preocupações com a consolidação da democracia ganharam fôlego renovado. E tem razão de ser. O mundo assistiu eventos políticos traumáticos e radicais. Uma rápida passada pelos debates de diversas abordagens da ciência política nos faz perceber que a indicação de uma crise da democracia representativa não é algo novo. Na verdade, poderíamos dizer que a democracia liberal contemporânea teve poucos dias de paz sem prognósticos pessimistas ou catastróficos. A análise aqui desenvolvida é importante para que possamos compreender os marcos teóricos e metodológicos do debate central da Ciência Política: a efetivação democrática. Desse modo, para concluir, indicamos contribuições importantes das áreas antropológicas e filosóficas para pensar a política brasileira.

O olhar antropológico sobre a política no Brasil teve um desenvolvimento marcante nos anos 90, sobretudo com os trabalhos de antropologia política do Núcleo de Antropologia Política (NuAP) da UFRJ, que envolveu outras universidades federais brasileiras, tais como a do Ceará, Brasília e Rio Grande do Sul, entre outras. O ponto

de partida desse núcleo era o fato de que a categoria política é sempre etnográfica, o que implicava num olhar crítico sobre a forma como a modernidade, ideologicamente, desenvolveu uma percepção da política como uma categoria separada das demais esferas sociais.

A política foi tratada por muitos, como um meio para se conseguir acesso aos recursos públicos, e o político era o mediador desse processo, assim se desenvolveu o que academicamente se designou como a política do clientelismo, do coronelismo etc. Numa outra direção, os estudos realizados pelo NuAP, apontavam para a importância de considerar categorias da política brasileira, tais como clientelismo e coronelismo, não como atrasos ao processo de democratização, mas como realidade cultural das relações pessoais, o que quer dizer que essas categorias não se colocam numa esfera política à parte, mas que faz-se necessário investigar o processo etnográfico que envolve essa sociedade, pois a política atua sobre valores religiosos, familiares e culturais de uma forma mais abrangente. A questão seria compreender tais práticas, para só então operar sobre elas e avançar no processo político brasileiro de forma mais efetiva, conduzindo a um entendimento de como as relações de poder se desenvolvem dentro de determinadas circunstâncias.

Essa forma de influência da antropologia sobre a política se reflete sobre as produções acadêmicas e pesquisas realizadas nos últimos anos da história da Ciência Política no Brasil. Não apenas pelo citado núcleo da UFRJ, mas por outras entidades que refletem a produção acadêmica da ciência política no Brasil, tais como a ABCP e a ANPOCS.

Por último, mas não menos importante; sobretudo para a Ciência Política na UFRPE, podemos considerar as contribuições da filosofia, em particular da filosofia política para a formação de uma Ciência Política consagrada especialmente para a questão democrática no Brasil. Com sua tradição moderna republicana, a filosofia

política sempre foi uma disciplina que influenciou fortemente o imaginário, o Direito e, conseqüentemente, a política dos estados modernos.

Aqui cabe uma ressalva, a distinção entre republicanos e democratas, não parece tão fortemente marcada na política nacional, pós-reabertura democrática, quanto na tradição filosófica. O pensamento político filosófico que demarca a república como uma forma de governo, enquanto a democracia como uma forma de estado, parece ter ficado borrada ou mesclada na história democrática nacional. Isso é uma importante característica do sistema brasileiro, porque o caráter republicano traz consigo uma marca indelével de conservadorismo, ao passo que a democracia é um governo inclusivo, feito pelo povo para o povo.

Muito se fala sobre a democracia brasileira e suas instituições, mas ficou bem claro que nas últimas eleições, em especial para o governo federal, que ela ainda se mostra na debilidade de um discurso inclusivo nos moldes do republicanismo que acolhe, mas escolhe a quem acolher.

A fragilidade do momento presente da democracia e das suas instituições, que sofrem ataques diários a sua autonomia e existência, mediante atos inconstitucionais, nos conduz a analisar com mais atenção essa mistura entre o ideal republicano moderno elitista e a democracia contemporânea necessária para uma definitiva inserção social mais justa e igualitária.

Recebido em 20 de julho de 2020.
Aprovado em 25 de setembro de 2020.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio H. H. de. "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol, 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- ALONSO, Angela. A política das ruas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Especial, 49-58, junho 2017.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BEZERRA, Gabriella M. L. **Oposições Parlamentares no Brasil: Uma Análise dos Incentivos Institucionais e de suas Práticas (1995-2014)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- CARRUBBA, Clifford J. et al. "Off the record: Unrecorded legislative votes, selection bias and roll-call vote analysis". In: **British Journal of Political Science**, v. 36, n. 4, p. 691-704, 2006.
- DINIZ, Simone. "Interações entre os poderes executivo e legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial". In: **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, p. 33-369, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. "Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira". In:____; SAÉZ, Manuel Alcántara. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ____. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Editora FGV, 1999.
- FIORI, José Luís. "Poder e credibilidade: o paradoxo político da reforma liberal". In: **Lua Nova**, n. 25, 1992.
- GREENSTEIN, Fred I.; JACKSON, Elton F. "A second look at the validity of roll-call analysis". In: **Midwest Journal of Political Science**, v. 7, n. 2, p. 156-166, 1963.
- GIDDENS, Anthony: **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Buenos Aires: Amorrout Editores, 1975.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1987.

HUG, Simon. "Selection effects in roll call votes". In: **British Journal of Political Science**, v. 40, n. 1, p. 225-235, 2010.

JONES, Mark P.; HWANG, Wonjae; MICOZZI, Juan Pablo. "Government and opposition in the Argentine Congress, 1989-2007: Understanding inter-party dynamics through roll call vote analysis". In: **Journal of Politics in Latin America**, v. 1, n. 1, p. 67-96, 2009.

KINZO, Maria D'Álva G. "A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição". In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. (Org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: Sumaré, 1991.

LINZ, Juan J. "Presidencialismo ou parlamentarismo. Faz alguma diferença?" In: LAMOUNIER, Bolívar. (Org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: Sumaré, p. 61-120, 1991.

_____; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia – a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. "A coerência ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009". In: POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. (orgs.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2011.

MAINWARING, Scott & SUGART, Matthew. "Juan Linz, presidencialismo e democracia: Uma avaliação crítica". In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro, p. 191-213, 1993.

MACHIAVELLI, Nicolò, **O príncipe; Escrito Políticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MELO, Carlos Ranulfo. "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro". In:____; SAÉZ, Manuel Alcántara. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MIRANDA, Geralda Luiza de. **O comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (1991-2007)**. Tese de Doutorado. Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

MOISÉS, José Álvaro. "O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão (1995-2006)". In: ____ (org.). **O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão**. São Paulo e Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas/USP e Fundação Konrad Adenauer. 2011. pp. 7-28.

_____. “Introdução”. In: ____ (org.). **O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão**. São Paulo e Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas/USP e Fundação Konrad Adenauer. 2011. pp. 3-6.

_____. “Dilemas da consolidação democrática no Brasil”. In: **Lua Nova** – São Paulo – Março, n. 16, 1989.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NUNES, Edison. “Fragmentação de interesses e morosidade no parlamento brasileiro”. In: Moisés, José Álvaro (org.). **O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão**. São Paulo e Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas/USP e Fundação Konrad Adenauer. 2011. p. 30-42.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore, John Hopkins University Press, 1986.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PALERMO, Vicente. “Brazilian political institutions: an inconclusive debate”. In: **Brazilian Political Review**. v. 10, n. 2, 2016.

_____. “Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo”. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-558, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Reforma da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

POWER, Timothy J. “Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: Debating the institutional design of Brazilian democracy”. In: **Bulletin of Latin American Research**, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

REIS, Fabio Wanderley. “Dilemas da democracia brasileira”. In: MELO, Carlos Ranulfo et al. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. 2007.

_____. “CPIs e Investigação Política”. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2006. pp. 90-93

SANTOS, Fabiano & GUARNIERI, Fernando. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. In: **Journal of Latin American Cultural Studies**, 25:4, 485-494, 2016.

SANTOS, Fabiano. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, Paul. **A crise do "milagre" brasileiro: interpretação crítica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



30 ANOS DE MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Paulo Afonso Barbosa de Brito

Doutor em Sociologia UFPE
Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais
E-mail: britopauloafonso910@gmail.com

Clari Ana Horita

Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Sociais
da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
E-mail: clarihorita@hotmail.com

Leonardo Luiz do Egito Santos

Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Monitor da disciplina Métodos Qualitativos das Ciências Sociais.
E-mail: leonardo.luiz.83.98@gmail.com

RESUMO

O objetivo central do presente artigo é analisar a trajetória da participação estudantil nos 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE, utilizando-se de dados da pesquisa com o mesmo título, realizada através de métodos qualitativos de pesquisa social – análise documental e entrevistas – resultando numa minuciosa descrição, e análise de lutas e conquistas estudantis, demonstrando os vínculos sociais construídos, o forte dinamismo, a capacidade criativa, a contribuição para o debate, e a inovação sociológica.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Ciências Sociais; Juventude; Dinamismo; Conquistas.



30 YEAR OF STUDENT MOVEMENT IN SOCIAL SCIENCE AT UFRPE

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the trajectory of student participation in the 30 years of social sciences at UFRPE, using research data with the same title, carried out through qualitative methods of social research - document analysis and interviews - resulting in a meticulous description and analysis of student struggles and achievements, demonstrating the social bonds built, the strong dynamism and creative capacity, the contribution to the debate and sociological innovation.

Keywords: Student Movement; Social Science; Youth; Dynamism; Achievements.

Introdução

Ao completar 30 anos de presença orgânica das Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), enquanto um campo do conhecimento científico, o Departamento de Ciências Sociais (DECISO) dessa universidade realiza uma série de atividades comemorativas, bem como de reflexões, estudos e eventos acadêmicos, científicos, publicações. Deste modo, não poderia ficar de fora a participação dos estudantes como uma das dimensões fundamentais da vida universitária e acadêmica, também nesta ciência e nesta universidade. Por outro lado, estudantes e juventudes se afirmaram como importantes “objetos sociológicos”, constituindo o que ficou conhecido como “sociologia da juventude”, privilegiando-se neste campo os estudos das ações coletivas, a construção de identidades sociais, os processos de mudança social. Da confluência entre esta justificativa histórica – 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE – e da justificativa sociológica – estudantes e juventudes como objetos sociológicos – nasceu o projeto de pesquisa: “30 anos de Movimento Estudantil nas Ciências Sociais da UFRPE”.



O presente artigo é parte dos resultados da referida pesquisa, ainda não concluída. Reconhecemos que o Movimento Estudantil (M.E.) se constitui como um espaço onde estudantes se encontram, constroem vínculos e tecem seus laços de amizade, de companheirismo, de camaradagem, e ao enfrentarem diversos problemas sofridos no curso e na universidade, tecem ainda espaços de lutas e reivindicações, mas também momentos de disputas, de controles, de competições. Frente a este reconhecimento, nos colocamos como questão inicial da pesquisa e do presente artigo: qual a incidência da participação estudantil para a melhoria da vida dos estudantes no curso e na universidade, através de suas dinâmicas, reivindicações e enfrentamentos nestes 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE? Frente a esta questão, pressupomos que, essa dinâmica, essas reivindicações, esses enfrentamentos são responsáveis por importantes conquistas, tanto nas condições de funcionamento e infraestrutura do curso e da universidade, quanto na capacidade de intervenção de diversos estudantes na condução Diretório Acadêmico (D.A.).

Para enfrentar esta questão, colocamos como objetivo principal do presente artigo analisar a trajetória da participação estudantil nos 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE, suas principais iniciativas, contribuições e dificuldades para o exercício de seu protagonismo e para dinamização da vida universitária. Decorrente deste, assumimos os seguintes objetivos específicos: reconstruir a trajetória da participação estudantil, através de suas organizações, suas principais bandeiras de lutas, reivindicações, contribuições para dinâmica estudantil no curso; identificar o papel das relações entre a participação estudantil das Ciências Sociais da UFRPE, com o conjunto do movimento estudantil desta universidade e do movimento nacional; discutir esse processo organizativo mobilizador estudantil na perspectiva da sociologia da juventude e da teoria dos novos movimentos sociais.



Para alcançar esses objetivos, assumimos o caminho metodológico baseado nos métodos qualitativos das Ciências Sociais, utilizando as técnicas da análise documental e de entrevistas. E para a análise dos dados, nos ancoramos em duas referências teóricas, conforme anunciado acima, a sociologia da Juventude, e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

O artigo está distribuído nessa rápida introdução, mais quatro sessões: Rebeldes com causas: inovações e tradições estudantis, que resgata a trajetória das ações do ME das Ciências Sociais a UFRPE, com destaque para aquelas atividades corriqueiras consagradas também na maioria das organizações estudantis; Quatro cantos, quatro tempos, quatro inovações criativas, que registra e problematiza quatro ações bem particulares de estudantes de Ciências Sociais e da UFRPE nesses seus 30 anos; O Diretório Acadêmico: uma esquina de quatro cantos – a sala de aula, a universidade, a sociedade, a disputa política, onde discute-se as várias relações construídas pelo Movimento nesses 30 anos; Estudantes e jovens como sujeitos sócio-políticos, juventude como categoria sociológica: afirmações e contradições, onde se relaciona os dados da pesquisa com o referencial teórico assumido. Por fim, apresentamos algumas conclusões, onde são destacados alguns resultados da pesquisa, demonstrando como, a partir de problemas comuns vividos na universidade, parcela dos estudantes se junta, constrói vínculos sociais mediatizados por uma série de ações e símbolos, age com algum método, conseguindo uma série de conquistas que melhoram as condições da vida estudantil, inclusive influenciando os rumos da educação no Estado de Pernambuco.



2. Rebeldes com causas: inovações e tradições estudantis

“(...)Se o mundo andar pra trás; Vou escrever num cartaz;
A palavra rebeldia;
Se a gente desanimar; Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia (...)” (Ceumar).

Tornou-se senso comum a caracterização dos e das jovens contemporâneos como “rebeldes sem causa”, contudo, ao visitar a trajetória de ação e organização de estudantes do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE, percebe-se uma espetacular capacidade de ação, com causas bem delimitadas, objetivos bem definidos, estratégias determinadas, num misto de espontaneidade e organização, criatividade e repetição. Às vezes a rebeldia e os enfrentamentos combatentes prevalecendo, outras vezes, a negociação consciente e a construção de acordos e consensos, em função de alcançar a realização de suas causas. A grande maioria destes estudantes se encontra na faixa etária de jovens¹. Mesmo que não seja a sua totalidade, o Movimento Estudantil em geral, e, especificamente, o de Ciências Sociais estão caracterizados entre os Movimentos de Juventudes.

Considerando que o Movimento Estudantil no Brasil já tem uma tradição quase secular, pode-se deduzir que já existe uma tradição consolidada, com diversas iniciativas que se repetem em diversas ocasiões, não exatamente da mesma maneira, mas algumas práticas, símbolos, rituais, confecção de panfletos, e de cartazes, estratégias de intervenção, formas de comunicação da direção com a base estudantil,

¹ Segundo o Estatuto da Juventude no Brasil, são considerados jovens no país, pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Tal estatuto se refere à lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.



com toda a universidade, e até mesmo com a sociedade, formas de organização interna, se repetem ou são corriqueiras em movimentos de diversos cursos, de diversas universidades, de diversos períodos históricos, ou seja, certo “*modus operandi*” estão consolidados como uma tradição do Movimento Estudantil.

Nossa pesquisa de campo constatou a presença de algumas dessas iniciativas que se repetem, às vezes de forma distinta, em cada uma das três décadas de existência da organização de luta estudantil das Ciências Sociais da UFRPE, entre estas, destacam-se: reuniões e assembleias, debates, calouradas, Semanas de Ciências Sociais, atos culturais, Semanas dos Calouros, Cine-debates, boletins, jornais murais, mediação nas relações entre estudantes e professores, seja pela tensão ou pela colaboração, participação nos espaços de representação estudantil no curso, no departamento e na universidade, conquista e/ou manutenção da sede física do Diretório Acadêmico, participação e/ou realização de Congressos, Encontros, Seminários, Festivais.

Os exemplos das calouradas, ou Semana dos Calouros, ou recepção aos calouros são enigmáticas, conforme podemos constatar em algumas falas de antigos representantes do Diretório Acadêmico:

(...) Uma vez uma colega que nem era da diretoria veio falar para organizar a recepção dos calouros, argumentando que foi muito bom para ela a forma como nós - do diretório - tínhamos recebido as pessoas que estavam chegando na universidade (...) Eu mesma também me lembro que quando cheguei aqui o Danilo fez aquela recepção, falou sobre o curso, sobre a universidade (...) nunca soube se ele fez aquilo como D.A. ou foi mesmo uma atitude pessoal, voluntária, sei que foi muito boa àquela recepção, que aquilo marcou a minha vida de estudante. (Informante nº 02).

Todos os representantes entrevistados, para a presente pesquisa, das três décadas de existência do movimento, teceram comentários se referindo às tais calouradas e sempre dando ênfase a uma ou outra questão:

As calouradas que já estavam virando tradicionais, mas, infelizmente, por causa das questões institucionais que a universidade proibiu festividades



culturais, a gente não pode mais ter, foi um ganho, a nossa primeira calourada teve mais de três mil pessoas (...). (Informante nº 01).

O Diretório Acadêmico mantém uma tradição de realizar mediações em uma relação muitas vezes tensas, muitas vezes colaborativas entre estudantes e professores, e os representantes do Movimento ora tratam de mediar conflitos, ora de potencializar os mesmos, quase sempre enfatizando as dimensões citadas de tensão ou colaboração, como podemos ver nos dois depoimentos a seguir:

O D.A. fazia a mediação porque havia muitos conflitos, por exemplo, houve vários processos, porque havia muitos professores reacionários, muitas atitudes reacionárias, professores que perseguiram mesmo, o que agravava a relação com alguns estudantes, eu mesma vivi, quer dizer assim (...). (Informante nº 05).

Duas décadas depois, registram-se comentários semelhantes, mesmo que em outros termos: “(...) muitos professores que olhavam pro D.A. sem dar credibilidade (...) tinha professor que era relutante demais, até dar um simples aviso em sala de aula o professor colocava impedimento”. (Informante nº 01). Contudo, registram-se também diversos comentários que evidenciam colaboração, estímulo, camaradagem entre estudantes e professores, incluindo a relação com o D.A.: “Professores muito envolvidos, sempre muito dispostos a ajudar, participando, estimulando a participação, mediando pra gente construir as melhores ideias e propostas.” (Informante nº 02).

Outra questão que parece consenso em diversos depoimentos diz respeito à luta pela conquista ou pela manutenção da sede física do Diretório, uma referência organizativa do Movimento, o espaço onde as pessoas se reúnem, elaboram os documentos, panfletos, cartazes, guardam arquivos, máquinas, computadores, instrumentos de trabalho, e de apoio às mobilizações.

Uma ação imediata e necessária foi a retomada da sala da sede, que havia virado uma sala de entulhos, quando a gente conseguiu forçar a porta, o forro



já tinha cedido, era um monte de cadeiras quebradas entulhadas, restos de computadores... e a gente não sabia o que fazer com aquilo, pois era material tombado, não podia simplesmente jogar fora (...) a gente mesmo, comprou material de limpeza, vassoura, rodo, e vinha para universidade até ao sábado para limpar a sede e deixar em condições de funcionar. (Informante nº 02).

Chama a atenção que, quase uma década depois, novo depoimento demonstra que houve um hiato, uma descontinuidade, pois a nova direção sequer sabia da existência da sede, e a mesma já estava, de novo em condições bem precárias:

Quando a gente descobriu que o Diretório já teve uma sede, a gente viu que na real a sala estava um lixão, com várias coisas velhas, um depósito (...) quem arrumou a sede fomos nós mesmos, foram dois dias necessários pra tirar os entulhos, pintar, organizar. Ajudou muito porque a gente passou a ter um espaço pra se reunir, é bom ter uma estrutura mínima pra se organizar, pra guardar material, foi um espaço massa (...). (Informante nº 01).

As viagens são outras iniciativas que sempre empolgam, envolvem, animam muito os estudantes. Trataremos aqui especificamente das viagens para participação em Congressos e Encontros dos estudantes de Ciências Sociais, pois são ações que se repetem nas três décadas.

A participação nos Encontros Regionais de Estudantes de Ciências Sociais (ERECS) e nos Encontros Nacionais de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS), que muita gente pensava que era só pra viajar, e é também porque viajar é bom, foi de grande estímulo, pois já na preparação, fazia-se debates com os estudantes, estimulando para elaborar trabalhos para serem apresentados nos GT's dos Encontros. Inclusive os longos processos de negociação com a Reitoria para conseguir ajuda financeira, ou para conseguir ônibus, pois chegar com o argumento de que a gente tinha 'tantos' trabalhos para serem apresentados pesava na negociação. A gente queria aumentar muito o número de inscrições e o número de gente apresentando trabalhos, muita gente que iniciou a apresentação de trabalhos para um público mais amplo num ERECS e isso era emocionante e desafiante (...) (Informante nº 02).

Mas a participação em tais Encontros e Congressos não se trata apenas das viagens dos estudantes como comumente é bastante enfatizado, sobretudo, para



dirigentes do Movimento Estudantil das Ciências Sociais. Tais eventos são espaços pedagógicos e políticos, espaços de iniciação e treinos para o exercício de algumas atividades acadêmicas e científicas, como a elaboração de artigos, a apresentação de trabalhos para um público mais amplo e mais estranho que suas salas de aula. A dimensão política se revela desde a escolha do tema de tais eventos, da localidade, dos convidados, evidenciando os esforços de hegemonia das diversas forças políticas e de cursos presentes no Movimento Estudantil da área:

(...) naquele período o D.A. estava tanto em evidência que parecia ser um centro irradiador do Movimento Estudantil da Universidade Rural, que também era um movimento muito forte na conjuntura de Pernambuco. (...) No Nordeste, a gente era uma referência, como indicação a gente conseguiu trazer pra cá, pra dentro da Universidade o Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (ENECS) do ano de 2001 (...) Mesmo que a Federação Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (FENECS) fosse muito controlado pelo eixo USP – UNICAMP, a gente sempre pautou diversos temas, diversas questões, como a relação com os Movimentos Sociais. Aqui na Rural, fizemos várias atividades com o MST. (Informante nº 4).

O Encontro citado, e todas as articulações, debates, referências em torno do mesmo, é revelador de que o Movimento Estudantil das Ciências Sociais da UFRPE conquistou, em determinado momento de sua história, uma forte referência regional e nacional, pautando temas e questões, delimitando metodologias de ação, incorporando parcerias e alianças, influenciando os rumos da formação dos estudantes de ciências sociais no País.

Percebe-se, portanto, que as atividades realizadas são quase previsíveis, pois já fazem parte da tradição do Movimento Estudantil. Contudo, essa previsibilidade não anula a inovação, a criatividade, a invenção, pelo contrário, cada geração demonstra uma forma de realizar tais ações, dedica tempo de preparação para também deixar sua marca. Mas o fundamental é que tais iniciativas demonstram uma enorme capacidade de dedicação ao movimento, um esforço significativo para manter suas estruturas



organizativas, para elevar a capacidade reflexiva e a intervenção dos demais estudantes, a colaboração para que o movimento permaneça forte e vibrante, e que o curso melhore permanentemente sua capacidade de formar bons profissionais das Ciências Sociais, mais capazes profissionalmente, mais progressistas em sua visão de mundo, mais comprometidos com a mudança social, a justiça, a solidariedade, e a busca por mais igualdade.

2. Quatro tempos e quatro inovações criativas

“Nos quatro cantos cheguei, E todo mundo chegou
Descendo ladeira, Fazendo poeira, Atiçando o calor”
(Alceu Valença)

Não só de tradição vive o Movimento Estudantil das Ciências Sociais da UFRPE, tem também muita originalidade, muita criatividade, muita inovação. Para efeito da presente análise, escolhemos quatro iniciativas que: ou são completamente particulares dos estudantes da UFRPE, e que não aconteceram em nenhum outro lugar do mundo, ou são decorrentes de contextos acadêmicos e políticos bem específicos, mas, que no interior da UFRPE tiveram mobilizações bastantes particulares, e onde os estudantes de Ciências Sociais assumiram protagonismo, quais sejam: luta pelo reconhecimento do Curso; A Marcha das Velas Acesas contra as constantes quedas da energia; a campanha pela obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio; a Ocupação da Universidade contra a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241 (Lei do Teto de Gastos Públicos) e o PL (Projeto de Lei) 44 (“Escola Sem Partido”). Discorreremos sobre cada uma dessas lutas a seguir.



2.1) Luta pelo reconhecimento do curso

A luta pelo reconhecimento do Curso de Ciências Sociais, com concentração em Sociologia Rural (1º nome do curso), pode ser considerada a primeira luta de grande envergadura dos estudantes, dado que o Curso teve início pela ação de alguns professores interessados em ocupar o espaço vazio deixado pelo entulho da Ditadura Militar, através do ensino de “Estudos dos Problemas Brasileiros” (EPB).

Duas ações centrais na nossa gestão: a reforma curricular e o reconhecimento do curso(...) Eu me lembro quando o curso não era reconhecido, então tinha um problema de estima também, a realização desses eventos era tentar afirmar, olha, a gente é tão bom quanto qualquer (...) a gente fazia o enfrentamento necessário para que os estudantes e as outras gerações pudessem sentir o orgulho de ser alunos e alunas do curso de ciências sociais da Rural. (Informante nº 06).

Portanto, mesmo que o processo de reconhecimento do Curso foi conduzido pela Coordenação do mesmo, por um longo período, pode-se constatar que os estudantes também tiveram intensa participação.

2.2) A marcha das velas acesas contra as constantes quedas da energia

Durante as primeiras duas décadas do Curso, o mesmo era completamente noturno. Existem várias referências aos perfis dos estudantes serem pessoas que trabalhavam o dia inteiro, e estudavam, na UFRPE, à noite. A universidade é muito distante da maioria dos bairros da cidade, com várias pessoas tendo que pegar dois ou três transportes para chegar na mesma. O Circular Barro – Macaxeira é emblemático do problema dos transportes públicos que atendem a Universidade Rural, pois faz um corredor entre os terminais de integração, com diversas linhas de ônibus e uma linha do metrô. Segundo o informante nº 04, muitos estudantes depois de um dia exaustivo



de trabalho e da saga para chegar na universidade, devido a precariedade dos transportes públicos, muitas vezes, ao chegar não havia aula ou as mesmas eram interrompidas pela frequente queda da força, e conseqüente falta de energia.

Esse era um dos problemas mais corriqueiros que apareciam nas reuniões do Conselho de Representantes de turmas. “O Conselho de representantes funcionava bem, com reuniões permanentes, e era bem participativo, com dois representantes de cada turma” (Informante nº 04). “(...) Mesmo que a galera acreditasse na gente, os representantes de turmas funcionavam, a galera participava, quando a gente convocava a galera chegava junto” (Idem). Depois de diversas iniciativas como audiências, abaixo-assinados, assembleias, sem conseqüências práticas, o Diretório, junto com o Conselho de Representantes, preparou uma ação mais contundente, mais combativa, conhecida como a “Marcha das Velas Acesas”.

Um exemplo forte foi o protesto contra as frequentes quedas de energia naquela área, conhecida como curral onde havia as aulas de Ciências Sociais, numa dessas noites, a gente fez uma marcha do ‘curral’ para a Reitoria, parecia uma procissão de Nossa Senhora da Conceição, com tantas velas acesas (...). (Informante 04).

O impacto e a visibilidade daquela ação contribuíram para a resolução do que era considerado entre os principais problemas do período na universidade, sobretudo para os estudantes noturnos.

2.3) Campanha pela obrigatoriedade do ensino das disciplinas sociologia e filosofia no Ensino Médio

Essa campanha faz parte de uma luta histórica das Ciências Sociais no Brasil, na UFRPE, e em Pernambuco ganhou uma trajetória bem particular, pois após a Lei ter



sido vetada em nível nacional, em Pernambuco, ela é aprovada e sancionada, mas como resultado de uma luta espetacular.

Ainda durante a Ditadura Militar, as Associações e Sindicatos de sociólogos, depois de várias batalhas, conseguiram o reconhecimento da profissão, através da Lei nº 6.888 de 10 de dezembro de 1980 (BRASIL, 1980). A partir daí, nova luta se intensificou pelo retorno do ensino da Sociologia no ensino médio, a campanha dos estudantes da UFRPE vem se inserir nessa trajetória:

A luta principal naquele período foi pela regularização do ensino das disciplinas de Sociologia e de Filosofia no ensino médio de Pernambuco. Porque em nível nacional a gente havia perdido. FHC havia vetado a Lei aprovada na Câmara, pressionado pelo lobby das escolas particulares que argumentaram que o aumento das disciplinas de Sociologia e Filosofia gerariam mais despesas, foi o que FHC argumentou para vetar. (...) Ora, o deputado Padre Roque tinha conseguido a proeza, com forte capacidade de articulação e de argumentação, com uma bancada bem minoritária, mas conseguiu aprovar a disciplina na Câmara (...) Criou para o presidente o constrangimento moral para vetar a Lei, pois o mesmo era sociólogo, daí veio o a famosa frase 'esqueça o que eu escrevi', revelando sua fidelidade a cartilha política dele no governo. (Informante 04).

Faz-se necessário reconhecer que esta luta histórica havia ganhado novo fôlego com a promulgação da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), Lei nº 9393/96, que indica o necessário conhecimento de Sociologia, e de Filosofia como importante instrumento ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996. Artigo 36, primeiro §), já que para tal Lei o sentido da educação deve ser formar para o trabalho e para a cidadania. Indica, mas não regulamenta, abrindo-se a perspectiva de um novo *round* de lutas. Entre os últimos anos da década de 1990 e 2001, tramita na Câmara e no Senado nova proposta de obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, passando por todas as instâncias daquelas casas legislativas, sendo encaminhada para a sanção do então presidente, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso em setembro de 2001, que veta a lei. (RÊSES, 2004).



O argumento do veto confere com o depoimento do informante nº 04 acima apresentado, conforme estudos de Erlando S. Rêses (2004), registrando o Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2001. (Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2001, apud RÊSES, Erlando da Silva, 2004 p. 21).

Apesar dessa derrota nacional, a luta em Pernambuco prosseguiu. Professores e estudantes continuavam argumentando em torno das indicações da LDB, retomando-se as lutas nas universidades em diálogo com a sociedade, para convencer da justiça e da necessidade de tais disciplinas nos currículos escolares. Evidentemente que, como categoria profissional, estudantes e professores consideram tanto o elemento de campo de trabalho para suas profissões, quanto também a necessidade dos conteúdos sociológicos como forma de estimular o pensamento crítico e melhorar o exercício da cidadania. “(...) uma disciplina que ajude a elevar o pensamento crítico dos estudantes do ensino médio, pois o que se vê é que muita gente chega na universidade com uma visão rasa e superficial da realidade social”. (Informante 04). Tais convicções levaram estudantes a uma luta sem tréguas durante vários meses, com debates na universidade, na sociedade e na Assembleia Legislativa:

(...) fizemos o trabalho na universidade, mas fizemos o trabalho de formiguinha, percorrendo a Assembleia, visitando de gabinete em gabinete, dialogando, argumentando, porque queríamos que o Projeto de Lei fosse aprovado por unanimidade, para criar constrangimento político para o governo vetar. Várias visitas, sessões, Plenário Menor, Plenário Maior... Até a aprovação por unanimidade, e a Lei foi sancionada pelo então governador Jarbas Vasconcelos. (Idem).

Essa vitória em Pernambuco animou para retomar e seguir a luta nacional, conseguindo-se novo parecer do Conselho Nacional de Educação, em 10 de julho de 2006, que torna obrigatória a inclusão das disciplinas de Filosofia e de Sociologia na grade curricular do ensino médio brasileiro em todas as escolas públicas e privadas. E, finalmente, é sancionada a Lei 11.684 de 2 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), em que as



disciplinas de Sociologia, e de Filosofia tiveram seu lugar garantido como disciplina obrigatória no ensino médio.

2.4) Ocupação da universidade contra o projeto de lei do teto de gastos públicos

Uma luta nacional com forte expressão na UFRPE, e que contou com a participação de estudantes de Ciências Sociais, está ligada com as ocupações das Universidades (já havia um acúmulo de ocupações de Escolas Secundárias em quase todo o país, contra medidas e “ajustes” dos governos estaduais), com o avanço da tramitação da PEC 241, ou a Lei do Teto de Gastos Públicos que, entre outros ajustes, previa o congelamento dos chamados “gastos públicos” por 20 anos, entre estes os recursos da educação, desencadeou-se resistências no país inteiro, cuja tática principal de luta era as ocupações das Escolas e Universidades.

(...) o movimento estudantil do DACS me proporcionou participar da ocupação da universidade, que foi em prol de uma pauta nacional que estava acontecendo no Brasil inteiro, a gente participou porque na Rural teve um pessoal que achou importante mobilizar, e, por isso, a gente parou a universidade. Eu aprendi, levei pra vida o quanto é forte a mobilização coletiva, de você compreender que quando as pessoas se juntam, a força dessa junção pode transformar a realidade. (Informante nº 01).

Mais de 220 universidades foram ocupadas no Brasil inteiro, entre agosto e novembro de 2016. Em Pernambuco, foram 17 prédios ocupados em três universidades e em duas unidades do IFPE (ESTARQUE, 2016). Na UFRPE, quatro prédios tomados pelos alunos, de forma a comprometer a realização do ENEM, mesmo que a Reitoria tenha insistido na realização desse exame tendo que realocar para outros prédios que ainda não estavam ocupados.



A ocupação na UFRPE do campus localizado no bairro de Dois Irmãos, na Zona Norte do Recife, teve início na noite da segunda-feira (24). Até o momento, o movimento ocorre nos prédios Professor Tarcísio Eurico Travassos, Professor Manoel Amaro, Centro de Ensino de Graduação Obra-Escola (Cegoe) e na Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Os alunos chegaram ainda a colocar correntes e cadeados na unidade Professor Rildo Sartori (Ceagri I) e na João Vasconcelos Sobrinho (Ceagri II) para interromper o acesso. Entretanto, esses prédios não foram ocupados (ESTARQUE, 2006: 06).

Estas quatro lutas e campanhas, acima mencionadas, mostram que os estudantes de Ciências Sociais da UFRPE têm demonstrado espetacular capacidade em vários momentos de sua trajetória, revelando criatividade e inovação, tanto para realização das lutas locais, especificamente, dentro da universidade e dentro do Curso de Ciências Sociais, quanto em lutas gerais e nacionais de todo o Movimento Estudantil, bem como da conjuntura política mais geral que ameaça a democracia e as políticas públicas.

Tanto aqui, como na sessão anterior, percebe-se que, nos trinta anos de Movimentos Estudantil analisado, constata-se ênfases ou atitudes distintas quanto à relação entre o ME com outros movimentos, com a sociedade, e com as disputas políticas mais gerais. Não se pode afirmar que haja profundas divergências a esse respeito, entre as diversas gerações atuantes no movimento nestes 30 anos, mas que haja ênfases diferenciadas. Ênfases que se relacionam com duas questões caras à trajetória e à atualidade do ME: a autonomia e independência da entidade estudantil frente aos partidos políticos, mas também frente aos órgãos dirigentes da Universidade e do Curso; e a prioridade das lutas, se dentro da universidade, ou na defesa geral da educação, que necessariamente indicaria a relação com as lutas políticas mais gerais. Embora muitos militantes carreguem nas tintas exaltando a importância da independência e autonomia, contra a subordinação às forças políticas externas, outros consideram que esse é um falso dilema, uma vez que, ninguém



defende tal subordinação, mantendo-se o debate entre o discurso e a prática; o mesmo ocorre quando à ação dentro da universidade ou na sociedade em geral.

Essa trajetória revela, de distintas formas, o lugar do Diretório Acadêmico como uma referência de diversas relações, em alguns contextos mais dedicado às ações, principalmente, internas na universidade, em outros, com uma intensa pauta e ações extramuros. Destaque-se que, nas questões extramuros, ora se relaciona com aliados de um campo político progressista ou libertário, ora se relaciona com um amplo leque de forças políticas (todos os deputados em função da aprovação da obrigatoriedade dos ensinamentos de Sociologia, e de Filosofia no ensino médio). Estas experiências nos confirmam o lugar do Diretório Acadêmico, numa esquina de quatro cantos, entre a sala de aula, a universidade, a sociedade e as disputas políticas sobre os rumos do Curso, da Universidade e da nação.

3. Estudantes e jovens como sujeitos sócio-políticos, juventude como categoria sociológica: afirmações e contradições

Até aqui tratamos de diversas afirmações, demonstrando uma imensa capacidade mobilizadora dos estudantes das Ciências Sociais da UFRPE, suas estratégias de ação para manter uma tradição organizativa e ativista nessa trajetória, as iniciativas demonstram criatividade, inovações, modificando a trajetória e construindo novas formas de ação, que são responsáveis por importantes conquistas para melhorar a situação dos estudantes bem como a situação do curso, e influenciar a conjuntura mais geral. Contudo, em nossa pesquisa de campo foi possível reconhecer também, diversas contradições, dificuldades, problemas. Mesmo que na memória dos estudantes entrevistados, prevaleceu o entusiasmo pela expressão do seu protagonismo, de suas realizações, de suas conquistas, constata-se também o



reconhecimento das dificuldades, dos desânimos, das limitações, conforme podemos observar em algumas destas falas:

A impressão que dá é que a gente está sempre começando, não sabe como funciona certas coisas, parte da burocracia da universidade. (Informante nº 02).

Apatia do pessoal em querer acreditar nisso porque tinha muita gente que sentia necessidade do DACS, mas tinha gente que não apoiava (...) Aquelas lâmpadas de fora foi a gente que conseguiu botar, aquele caminho era escuro e tinha um esgoto, ninguém passava por ali, depois que abriu aquele prédio e botou as luzes todos os professores começaram a passar por ali, ninguém diz, que foi o DACS que conseguiu isso, a falta de reconhecimento é (...), mas a gente continua porque a gente acredita. (Informante nº 01).

Grande decepção é o pouco engajamento da massa estudantil, mesmo nas Ciências Sociais isso acontece. (...). Em turmas de 20 ou 30 pessoas, tinham sempre 5 ou 6 que participavam ou colaboravam com a gestão". (...) Muita preocupação, muito esforço, muito trabalho, mas tem pouco resultado em termos de engajamentos permanentes dos estudantes. (Informante nº 04).

Outra questão sempre presente é a questão financeira, a falta de dinheiro. O fato de não ter um CNPJ, que talvez pudesse captar recursos externos (...). (Informante nº 04).

Para uma análise mais serena da participação estudantil, faz-se necessário considerar esse conjunto de afirmações, mas também suas contradições. Para a análise desse movimento, que inclui a euforia e a estagnação, dinamismo e descontinuidades, podemos nos beneficiar da produção já elaborada em torno de uma tradição teórica articulada em torno da "Sociologia da Juventude".

As elaborações de Karl Mannheim podem ser consideradas como uma referência fundadora desse arcabouço teórico e metodológico. Abrindo caminhos para diversos estudos, como Wivian Weller (2007), essa autora chama a atenção para os riscos de uma leitura estática da obra de Mannheim, considera que sua acurada elaboração sobre a posição, a conexão e a unidade geracional rompem, por um lado,



com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa. A autora faz ressalvas sobre a militância estudantil apontando outras possibilidades da juventude: “O momento parece mais propício às manifestações juvenis voltadas para aspectos culturais e identitários ou para questões ambientais”. (WELLER, 2007, p.12). Em geral busca-se considerar os caminhos explicativos para o “poder da juventude”, articulando uma série de elementos em torno do conceito fundador das gerações. Segundo Brito (2018),

Mannheim (1968) agrega as derivações de “posição geracional”, “conexão geracional” e de “unidade geracional”. Neste sentido, a posição geracional não pode ser configurada como um amontoado de experiências comuns vivenciadas por grupos de pessoas, mas, apenas, como possibilidades de experimentarem atitudes semelhantes. O conceito de conexão geracional destaca a atenção para a criação de vínculos mais permanentes entre indivíduos com idades biológicas comuns, articulando esta semelhança temporal com o contexto histórico social. Já a “unidade geracional” é encarada com a criação consciente de pertencimentos despertados na conexão geracional, tais atitudes sofrem influências do contexto social, mesmo não tratando de posições de grupos, mas de tendências possíveis. (BRITO, 2018, p.177).

A análise da experiência que estamos estudando, nos faz crer que, não basta nos ancorarmos num conceito potente como o de geração. Ao considerarmos que outras expressões do protagonismo juvenil, como o cultural ou o ambiental, assumem grande apelo para os jovens do mundo contemporâneo, isso não diminui as possibilidades da dimensão estudantil, das suas lutas cotidianas em sala de aula, e das diversas relações com a sociedade e a política envolventes. Evidenciando que, a posição, a conexão e a unidade geracional são realmente posições dinâmicas que se movem.

Para uma análise mais segura do objeto que estamos tratando, que se move em várias direções, conforme explicitamos acima, consideramos importante agregar ao arcabouço teórico e metodológico das gerações parte da referência dos estudos dos movimentos sociais. Alberto Melucci (2001) relaciona a ação juvenil e estudantil no interior dos movimentos sociais, lembra ele que tais movimentos são cheios de paixão,



constituem ‘formas quentes’ de ação e que não podem ser explicados simplesmente pela sua redução a ação social organizada, desprezando-se o restante como irracional. “Eles não são irracionais, mas, são uma forma apaixonada de ação que é bastante significativa para a mudança social. Afinal, se não houvesse paixão, por que alguém se importaria em transformar?” (MELUCCI, 2001, p. 160).

Especificamente sobre estudantes e juventude Melucci (1997) lembra que,

(...) ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença. (...) Esse excesso de possibilidades, que nossa cultura engendra, amplia o limite do imaginário e incorpora ao horizonte simbólico regiões inteiras de experiência que foram previamente determinadas por fatores biológicos, físicos ou materiais. Nesse sentido, a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída. (MELUCCI, 1997, p. 09).

O entusiasmo apaixonado marca os diversos momentos dos 30 anos de participação estudantil nas Ciências Sociais da UFRPE, e indica gerações que se sucederam, evidenciando alguns elementos comuns em toda a trajetória, em todas as gerações, encarando uma “unidade geracional” como uma criação consciente de pertencimentos despertados na conexão geracional, tais atitudes sofrem influências conjunturais, cujas ações não garantem posições dos grupos, mas de tendências possíveis.

Ainda sobre “o poder da juventude”, a pesquisadora brasileira Helena Abramo (1997), registra que:

É curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito ‘de modernização’ do país (dos anos 30 aos 70), destacada presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconsequente. (ABRAMO, 1997, p. 27)



Ao agregar a dimensão movimentalista e suas “formas quentes de ação”, cheias de paixão e entusiasmo, combinando espontaneidade de ação com definição de estratégias para intervenção intencional, elementos racionais do planejamento da ação, com as diversas subjetividades não previamente relacionadas, a racionalidade da reivindicação, com a emotividade dos processos e relações construídas, em torno de justificativas de valorização da ação e da vida. A expressão de uma das representantes do D. A. ainda na década de 1990, indica essa assertiva: “(...) Momento de muita efervescência, de muita representatividade do movimentos estudantil, vindo da luta pelo reconhecimento do curso. Tinha forte presença na universidade” (Informante nº5). Ou seja, se verifica entre os jovens que vivenciaram a experiência participação estudantil, possibilidades amplas de ação, buscas sempre maiores de conquistas, bastante distintas dos discursos de uma geração vazia de sentidos, individualista, consumista, mesmo que esses valores não estejam ausentes, o que se percebe como mais forte é o significado de plenitude, de solidariedade, de compromisso, de buscas inquietas e permanentes por transformações.

4. Algumas conclusões

Embora a pesquisa que dá origem a esse artigo ainda não esteja completamente concluída, já podemos identificar alguns resultados e indicar algumas conclusões. Frente à questão inicial apresentada - Qual a incidência da participação estudantil para a melhoria da vida dos estudantes no Curso e na Universidade, através de suas dinâmicas, reivindicações e enfrentamentos nestes 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE? – as entrevistas realizadas e os documentos consultados indicam uma lista enorme de conquistas como resultado da ação dos estudantes, quase sempre como



protagonistas das ações, e, algumas vezes, em colaboração com outros agentes. Questões básicas como melhorar as condições na sala de aula, como para “consertar um ventilador”, colocar “lâmpadas para iluminar os percursos”, necessitavam de várias reuniões, audiências, abaixo-assinados, às vezes exigindo atitudes aparentemente mais radicais, como a “Marcha das Velas Acesas”, para evitar as frequentes quedas de energia que deixavam prédios inteiros na escuridão, sem condições para realização das aulas. E ainda: “R.U., moradia estudantil, tinha muito aluno da gente que vinha do interior (...) veja, aumentou o número de bolsas de PIBIC, não como a gente desejava, mas, quando a gente saiu, já tinha mais alunos e alunas com bolsa de iniciação científica”. (Informante nº 06).

Além dessas “questões básicas” para tornar as salas de aula mais agradáveis, o espaço universitário com mais condições de funcionamento, os estudantes com mais condições de estudos, pesquisas e intervenção, com a obtenção de bolsas, aumento de vagas na residência estudantil, acesso ao restaurante universitário. Outras conquistas mais gerais são importantes resultados da ação dos estudantes organizados em movimento, dois exemplos emblemáticos são: o reconhecimento do Curso de Ciências Sociais com concentração em Sociologia Rural; e a obrigatoriedade dos ensinamentos de Sociologia, e de Filosofia no ensino médio no Estado de Pernambuco. Duas lutas assumidas em parcerias com professores, coordenação do Curso e outros agentes, mas que teve na participação estudantil um forte elemento dinamizador e mobilizador, que muito fortemente influenciou os resultados daqueles processos de lutas. Essa última conquista, além de aumentar as perspectivas de trabalho para os profissionais das Ciências Sociais, modifica a matriz curricular do ensino médio no Estado de Pernambuco, demonstrando capacidade de incidir sobre os rumos da Educação no Estado. Outras duas conquistas que serão aprofundadas em artigos posteriores, mas é



importante registrar aqui, se referem à consolidação da entidade representativa dos estudantes do curso e de outros grupos mais informais em seu interior, e a melhoria na capacidade de iniciativa e intervenção dos participantes do Movimento Estudantil, inclusive tornando-os mais seguros e capazes para futura intervenção profissional. Confirmando assim os pressupostos apresentados no projeto de pesquisa.

Consideramos que a metodologia de pesquisa assumida, com as técnicas de coleta de dados e informações – análise documental e entrevistas – foi acertada para o desenvolvimento da pesquisa, pois possibilitou chegar a estes resultados com forte convicção e diversos indicadores de sua assertiva acadêmica. E consideramos também que, o referencial teórico assumido contribuiu para uma análise sociológica responsável para explicação desse importante fenômeno social, das relações e vínculos construídos, nos permitindo afirmar com convicção que estamos diante de experiências sócio-políticas marcadas por grande dinamicidade social, conduzida pela vivência coletiva, pela participação em processos reivindicativos e lutas estudantis, e pela garantia de resultados e conquistas para a vida estudantil e acadêmica. Deste modo, as categorias de “gerações”, e de “movimentos sociais” se inter-relacionam e se complementam para a interpretação do referido fenômeno social.

Mas a análise também nos permitiu identificar algumas contradições ou problemas na experiência, como: diversos momentos de hiatos e discontinuidades dos processos organizativos e de lutas; a distância entre a capacidade mobilizadora das ações e o envolvimento de mais estudantes nos processos organizativos permanentes; o pouco cuidado com a memória e os registros das experiências; conflitos nem sempre construtivos entre lideranças e forças políticas presentes na experiência. Mas, tais problemas não diminuem o efeito dinamizador e construtivo dos 30 anos de Movimento Estudantil das Ciências Sociais na UFRPE.



Assim, consideramos que os objetivos previstos para o presente artigo foram plenamente atingidos, uma vez que conseguimos reconstruir a trajetória da participação estudantil, através de suas organizações, suas principais bandeiras de lutas, reivindicações, contribuições para dinâmica estudantil no curso; discutir esse processo organizativo mobilizador estudantil na perspectiva da sociologia da juventude e da teoria dos novos movimentos sociais. O que nos possibilitou uma análise sociológica consistente em torno da experiência estudada, e útil para novos estudos que se queira realizar sobre os Movimentos Estudantis.

Recebido em 14 de julho de 2020.

Aprovado em 06 de Novembro de 2020



Referências:

ABRAMO, Helena Wendel. - **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação - Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6, Rio de Janeiro, 1997 p. 25 a 36.

BRASIL. **Lei nº 9.394 20, de dezembro de 1996:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 6.888.** Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6888-10-dezembro-1980-365941-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12/06/2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852,** de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei>. Visitado em 11/06/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.684,** DE 2 DE JUNHO DE 2008. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei>. Visitado em 12/06/2020.

BRITO, Paulo A. B. **100 anos de participação estudantil: Um balanço sociológico.** In: BRITO, Paulo A. B. e CRIBARI CARDOSO, Maria G. (org's) UFRPE: 100 anos de Participação Estudantil. Recife, Editora da UFRPE: 2018 - no prelo. p. 161 – 179.

ESTARQUE, Thays. **G1 Pernambuco** 01/11/2016 12h33 - Atualizado em 01/11/2016 12h36. Visitado em 12/06/2020.

MANNHEIM, Karl. **O Problema da Juventude na Sociedade Moderna,** in Sociologia da Juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

RÊSES, Erlando da Silva. **...e com a palavra: os alunos: estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília: 2004.

VELLER, Wivian. **Karl Mannheim: Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude.** XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Apresentação ao GT 26 – Sociologia da Infância e Juventude. Recife, UFPE: 2007.



8 ANOS DA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS: O DIÁLOGO DAS HUMANIDADES NA UFRPE

Tarcísio Augusto Alves da Silva

Dr. em Sociologia UFPE

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE

Editor da Revista Cadernos de Ciências Sociais

E-mail: deescada@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo traz uma reflexão sobre a história da revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Da publicação de seu primeiro número, até os dias atuais, acenando para a importância do periódico no âmbito dos 30 anos das Ciências Sociais da UFRPE e dos desafios necessários a sua permanência como veículo de divulgação científica no futuro.

Palavras-chave: Revista; 30 anos; Ciências Sociais.

ABSTRACT

The article reflects on the history of the journal Cadernos de Ciências Sociais of UFRPE. Publication of its first issue and up to the present day for the importance of the journal in the scope of UFRPE's 30 years of social sciences and the challenges necessary for its permanence in the future.

Keyword: Journal; 30 years; Social Sciences.

Introdução

A comunicação da ciência está no cerne do trabalho dos diversos periódicos, livros e revistas das mais variadas áreas do conhecimento científico e consiste, segundo Costa (1985:1421), “em comunicação de informação científica e tecnológica, transcrita em códigos especializados para um público seletivo formado por especialistas”.



Essa ação se diferencia da divulgação científica que foca um público mais amplo de leitores e atende ao objetivo de popularizar a ciência. Para Albagli(1996) esse processo compreende “a tradução de uma linguagem especializada para uma leiga, visando atingir um público mais amplo”.

Embora assistimos hoje o surgimento de um amplo campo de divulgadores científicos, alçados ao panteão de celebridades nas redes sociais, o caráter assumido pelo trabalho dessas personalidades contribui para desconstruir as estratégias de fake news, tão comuns nas plataformas e aplicativos de internet disseminados entre os negacionista. Outro aspecto relevante desse trabalho está associado às ações contra de desqualificação da própria ciência, como são exemplares os casos diários de negação da eficácia das vacinas e da defesa do terraplanismo. Aliás, se faz necessário questionar o que se encontra por traz das ações anti-ciência, indagando quem financia a disseminação de ideias, por exemplo, contrárias ao conhecimento sobre mudanças climáticas e seus impactos.

No entanto, desejamos aqui, pensar a importância da comunicação científica como meio pelo qual os cientistas conseguem dialogar entre si permitindo a um conjunto de indivíduos submeter os resultados de suas pesquisas a avaliação dos pares e, conseqüentemente, socializar seus trabalhos, acessar outras pesquisas e cruzar dados. Nesse sentido, embora se identifique uma certa mercadorização do conhecimento em revistas especializadas cobrando dos autores e leitores, valores para publicação e acesso ao conhecimento ali apresentado, uma outra tendência defende a democratização desse conhecimento por meio de periódicos e revistas de acesso aberto.

Não obstante essa ideia a defesa do livre acesso ao conhecimento científico por via desses periódicos, se deve ao fato dele ser produzido, quase sempre, pelas



vias do financiamento público corroborando para o entendimento de que o cidadão ao pagar impostos é, portanto, o grande financiador e, por isso, devem voltar a ele os benefícios desse processo.

Muitas bases de acesso livre ao conhecimento têm sido utilizadas pelas universidades no sentido de permitir o amplo acesso aos resultados de pesquisas dessas instituições. Seu uso como ferramenta de pesquisa é bastante incentivado à medida que pesquisadores e estudantes também as utilizam para obterem acesso aos trabalhos de outros investigadores.

Por sua vez, a revista Cadernos de Ciências Sociais está hospedada no Open Journal Systems (OJS) que é um aplicativo de software de código aberto para gerenciar e publicar periódicos acadêmicos. Esse diretório permite o acesso gratuito a revistas científicas e acadêmicas de qualidade. Nela é possível, também, realizar buscas por artigo.

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação foi possível eliminar parte do impacto da produção das revistas acadêmicas, pois todo o material a ser impresso pode ser baixado em formato pdf e lido diretamente de smartphones, tablets e computadores.

2. Revista Cadernos de Ciências Sociais – 8 anos de história

A revista Cadernos de Ciências Sociais da UFPE nasceu no contexto de reestruturação administrativa da Universidade Federal Rural de Pernambuco em idos dos anos de 2010-2012, quando diversos departamentos foram criados, a exemplo do de Letras, História e Ciências Sociais originados do desmembramento do antigo Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH).



O nascimento da revista corresponde aos esforços de estruturação do então recém-formado Departamento de Ciências Sociais (Deciso) e teve a professora Dra. Marfisa Cysneiros de Barros como diretora *pro tempore* e a função de diretor assumido, em sequência, pelo professor Dr. João Morais de Souza. No início da segunda gestão do departamento ocorreu a aposentadoria do professor Dr. Francisco de Paula Falcão e Castro e sua reintegração à Universidade por meio do Programa de Professor Sênior, pela Resolução da UFRPE 209/2012.

Esse professor presidiu a recém-formada comissão editorial do Deciso, constituída pelos professores Francisco de Paula Falcão e Castro (Dr. em Sociologia), Fernando Joaquim Ferreira Maia (Dr. em Direito) e Tarcísio Augusto Alves da Silva (Dr. em Sociologia), Felipe Arruda Sodré (Dr. em Filosofia) e Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Dra. Antropologia) e teve como objetivo estabelecer disciplinamentos para publicação de trabalhos dos docentes do departamento, como livros, artigos etc, a serem submetidos ao financiamento pela Universidade.

Registra-se, nesse período, a demanda da Editora da UFRPE de instituir em sua estrutura um Conselho Editorial, esvaziando a razão de existir da comissão editorial que foi, pouco a pouco, perdendo funcionalidade.

Desse modo, parte dos membros da comissão editorial (Fernando Joaquim Ferreira Maia e Tarcísio Augusto Alves da Silva) foi eleita para representar o Deciso no Conselho Editorial da Editora da UFRPE, mas antes mesmo que isso ocorresse a comissão conseguiu elaborar e aprovar a criação da revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE tendo, após definidos seus objetivos e normas, o primeiro número publicado em setembro de 2012.

Desde de a sua criação assumi o papel de editor do periódico, contando com o apoio da Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo (UAST, hoje UFCG) e



depois, a partir de 2017, com a professora Andrea Lorena Butto Zarzar (Dra. em Sociologia), como co-editora.

3. Funcionamento e bastidores da revista

Com periodicidade semestral, a revista tem publicado uma edição aberta (primeiro semestre) e outra temática (dossiê - segundo semestre). O primeiro dossiê versou sobre estudos de juventudes, porém não possuía um(a) organizador(a) específico para essa edição. Isso só vai ocorrer com o volume 2, edição 09, de 2019 tendo a sua frente o professor Dr. Humberto Silva Miranda, do Departamento de História da UFRPE, com o Dossiê: infâncias, direitos e educação: entre o passado e o presente.

Na verdade, os números temáticos dos dossiês passam a ser decididos nos plenos do departamento de Ciências Sociais, lugar de onde definimos os temas e os(as) possíveis organizadores(as). Um dos destaques políticos dos dossiês publicados foi a edição número 13 de 2018. Nela trazemos um apanhado de textos escritos por professores no curso de extensão oferecido pelo Deciso, em parceria com outros departamentos e a Associação de Docentes da UFRPE (Aduferpe), intitulado O golpe de 2016 e o futuro da democracia.

A primeira capa da revista contou com a arte feita pela Editora da UFRPE e, o v. 1, n. 2 (2013) até edição v. 2, n. 7 (2015), com a autoria do ex-aluno do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE, Thiago de Souza Cabral. Com a publicação do número especial relativo aos 30 anos das Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco chegamos a marca de 17 revistas disponibilizadas no portal de periódicos da nossa instituição, visando garantir o



acesso aberto, bem como a não cobrança de taxas de submissão aos(as) autoras(es).

4. Relevância da Revista Cadernos de Ciências Sociais

A importância dessa publicação para os 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE está situada justamente na trajetória de afirmação dessa área de conhecimento em uma instituição centenária, mas que possui sua origem nos cursos agrários. Dai, a necessidade de projetarmos um debate e diálogo sobre o lugar da Sociologia, Antropologia e Ciência Política na formação dos profissionais que confiaram parte de seu desenvolvimento intelectual e técnico à nossa Universidade.

Nos últimos anos temos assistido à reformulação dos projetos pedagógicos, de muitos cursos da UFRPE, e verificados a diminuição ou exclusão das ciências sociais nos currículos oferecidos aos(as) estudantes. Isso acena para um empobrecimento na formação humanística, pensamento crítico e compreensão da diversidade cultural tão em evidência nos dias atuais.

Por outro lado, o periódico Cadernos de Ciências Sociais cumpre a tarefa de ampliar as possibilidades de diálogo extramuros da Universidade Federal Rural de Pernambuco e entre o campo mais amplos das humanidades. Compreendemos essa estratégia como uma ferramenta auxiliar ao ensino uma vez que permite aos docentes a utilização do periódico como referência bibliográfica para a elaboração de aulas.

A decisão de reduzir custos com a versão impressa da revista fez com que optássemos por publicar apenas sua variante on-line. Ademais, percebemos que o alcance dos artigos por meio da oferta de textos disponibilizados na internet



possui um caráter extremamente democrático pelo qual entendemos ser o caminho próprio pelo qual o conhecimento científico deve percorrer.

Nesse sentido, o percurso de uma pesquisa científica encontra em sua comunicação via congresso, livros, jornais e revistas uma das suas etapas mais promissoras uma vez que nesses espaços as premissas, hipóteses, metodologia e resultados da investigação são colocados em xeque por meio do debate público sendo esta uma das formas mais legítimas de afirmação dos achados, ou mesmo sua refutação. Sobre isso, queremos registrar aqui o esforço que direcionamos ao longo desses anos de procurar indexar a revista a algumas bases, a exemplo daquelas que aparecem em nossas edições como:

Sumários de Revistas Brasileiras (<https://www.sumarios.org/>);

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>);

Períodicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br);

Diadorin (<https://diadorim.ibict.br/>);

Google Acadêmico (<https://scholar.google.com/>);

5. Os desafios do presente e do futuro

O problema do financiamento da ciência vem sendo problematizado nos últimos anos, sobretudo, quando assumiu à presidência do país um governo negacionista. O cenário mais dramático que os cortes no orçamento impôs “à ciência brasileira nos últimos anos escancarou o abismo de comunicação que existe entre a comunidade científica acadêmica e a sociedade da qual ela faz parte e à qual ela deveria servir” (ESCOBAR, 2018:31).

Como não houve financiamento para publicação da revista pela universidade ou órgãos oficiais, sobretudo, porque a avaliação do Qualis



periódico (2013-2016) classifica-a no extrato B4 nas áreas de Sociologia, Administração, Interdisciplinar, Planejamento urbano a sua existência só é possível graças a contribuição financeiras da maior parte dos docentes do Departamento de Ciências Sociais.

Por meio dessa ação conseguimos realizar a diagramação e produção das capas que compõem o desenho gráfico de cada edição, ao mesmo tempo em que garantimos um certo padrão visual a publicação. Se considerarmos a revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE (RCSUFRRPE) em números teremos os seguintes dados:

Quadro 1 – RCSUFRRPE em números

Item	Números
Artigos	96
Autores	100
Co-autores	63
Dossiês	07
Edições abertas	09
Entrevistas	05
Resenhas	04

Fonte: O autor

A busca por uma melhor qualificação da revista conduziu a redefinição de parte de seus objetivos restringindo o acesso a publicação, na condição de autores, os graduandos, graduados e especialistas. Nas novas regras, ao menos, o primeiro autor deve possuir título de mestre, de forma a garantir um melhor resultado dos artigos e sua articulação com a pós-graduação.

Por outro lado, a fim de compensar essa restrição, o Deciso criou em 2019 a revista acadêmica, dos(as) discentes, Caboré, editorada pelo professor José Carlos Gomes Marçal Filho (Dr. em Filosofia). O objetivo da revista é servir de



canal e estímulo à publicação de artigos científicos pelos(as) estudantes de Ciências Sociais da UFRPE.

Em que pese a responsabilidade de manter viva uma revista acadêmica, na área de Ciências Sociais, no contexto de um governo fascista, que corta recursos para pesquisa e persegue declaradamente o campo das humanidades, se faz necessário cultivar a resistência e manter-se como memória viva de um dos piores momentos de nossa história, não apenas no Brasil, uma vez que o acirramento das forças progressistas e a ultradireita tem se mostrado presente em várias partes do mundo.

Para além desse desafio outros se apresentam como necessários, a fim de que possamos oferecer uma publicação de qualidade ao público leitor de nossa revista. A esse respeito, destaco aqui a demanda por internacionalização do periódico com a participação e o alcance de autores(as) para além dos brasileiros(as). Esse deve ser um foco importante do trabalho a ser realizado: permitir que novos(as) leitores(as) e autores(as) possam ter acesso aos artigos e, ao mesmo tempo, permitir o diálogo com outros pesquisadores(as) e profissionais no continente americano e fora dele.

Ressaltamos com isso que para atingir tal objetivo se faz necessário pensar urgentemente fontes de financiamento da revista para que assim seja possível se projetar para outras fronteiras. Isso demanda, possivelmente, a tarefa de tradução e revisão em outras línguas o que rebate, por sua vez, sobre os aspectos financeiros da proposta.

Nessa mesma direção se encontra aquisição do Digital Object Identifier (DOI) para os artigos publicados. Mesmo tendo iniciado esse debate com os(as) editores(as) de revistas da UFRPE, a administração do portal de periódicos afirma que os encaminhamentos para este fim foram paralisados em



decorrência dos cortes orçamentários que atingiram as universidades nos últimos anos.

Noutro plano está situada a dificuldade de parecerista e o cumprimento dos prazos por eles. De um lado, o problema está em encontrar professores/pesquisadores disponíveis para atuarem como pareceristas da metodologia de avaliação por pares e às cegas dos artigos submetidos. De outro, temos as dificuldades de, quando aceite, o parecerista cumpra o prazo estipulado e realize uma avaliação criteriosa. Esse parece um obstáculo para que a própria publicação das edições seja feita em tempo hábil.

Por fim, outro problema é a constituição de uma equipe mais ampla de editores, conforme exigência do portal de periódicos da UFRPE, hospedado na plataforma Open Journal Systems (OJS). Todavia, acredito ser esse um dos menores problemas que se apresentam no horizonte de nosso periódico.

Para além desse conjunto de desafios sou esperançoso no futuro e importância que a Revista Cadernos de Ciências da UFRPE tem e poderá, com sua relativa trajetória, continuar a contribuir para disseminar os conhecimentos e diálogos estabelecidos no campo das humanidades, como vem ocorrendo desde sua primeira publicação.

Recebido em 14 de junho de 2020

Aprovado em 06 Novembro de 2020



Referências

ESCOBAR, Herton. Divulgação científica: faça agora ou cale-se para sempre. In: VOGT, Carlos, GOMES Marina, MUNIZ, Ricardo (Organizadores). **ComCiência e divulgação científica**. – Campinas, SP: BCCL/ UNICAMP, 274 p. 2018.

ALBAGLI, S. Divulgação Científica: Informação Científica Para A Cidadania?. **Ciência da Informação**, v. 25, n.3, p. 396-404, 1996.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico conceitos e funções. **Revista Ciência e Cultura**, 37(9), setembro de 1985. Disponível em:

<https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 10 de maio de 2020.



DA SOCIOLOGIA RURAL ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM PERCURSO PARA O TEMPO PRESENTE E O CONHECIMENTO PLURAL

Giuseppa Maria Daniel Spenillo

Doutora em Ciências Sociais UFRRJ
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Professora do Departamento de Ciências Sociais
E-mail: gspenillo@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo, escrito na efusão dos 30 anos do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, busca oferecer uma leitura desde as suas origens, na qual investigamos, por um lado, as questões mais aparentes e com as quais a Sociologia se ocupou, e, por outro lado, as posições científicas assumidas pela Sociologia para responder a tais questões. A investigação destaca o percurso para um re-colocar da Sociologia, no tempo presente e em diálogo com outras formas de conhecimento.

Palavras-chave: Ciências Sociais; tempo presente; transições; conhecimento plural.

FROM RURAL SOCIOLOGY TO SOCIAL SCIENCES: A PATH TO THE PRESENT TIME AND THE PLURAL KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article, written in the 30th anniversary of the Bachelor of Social Sciences at UFRPE, seeks to offer a reading from its origins, in which we investigate, on the one hand, the most apparent issues with which Sociology has dealt with, and, on the other hand, the scientific positions taken by Sociology to answer such questions. The research highlights the path to a re-placing of Sociology, in the present tense and in dialogue with other forms of knowledge.

Keywords: Social Sciences; present time; transitions; plural knowledge.



Introdução

1990 – 2020. O período em que as Ciências Sociais instalam-se, definem-se e amadurecem como uma área de saber presente na Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE é, sem dúvidas, um período peculiar da história recente, tanto no plano local como no plano mundial. Nesses 30 anos, vivemos uma passagem de século e de milênio – algo que agita sempre os ânimos, seja na perspectiva sincrética de energias que se renovam ou de profecias que se anunciam, seja na expectativa por mudanças mais racionais no sentido da vida, trazidas por acúmulos de conhecimentos técnicos e comunitários, de aprendizagens culturais e políticas.

A passagem do século XX para o século XXI foi vivida de modo amplo e abrangente pelas ciências, que se sentiram desafiadas pelas muitas transições dadas em nível mundial, em decorrência dos acelerados avanços da informática. Da economia (globalizada num ritmo acelerado) à medicina (reposicionada pela biotecnologia e pela física), a percepção geral era de que todas as instâncias da vida humana passavam por modificações significativas. Esta percepção levou a formulações paradigmáticas nas Ciências Sociais, como as noções de fim das certezas (PRIGOGINE, 1996), fim da história (FUKUYAMA, 1992), fim do trabalho (ANTUNES, 2002), nova era da informação e do conhecimento (DRUCKER, 1999, SCHAFF, 1995), fim do político e do social (BAUDRILLARD, 2011).

Nesse cenário de inquietações, as ciências de modo geral – e particularmente as Ciências Sociais – foram questionadas, revisadas, exigidas, ressignificadas. Da origem cartesiana ao pensamento hermético e distante das realidades sociais e culturais, a Ciência nem sempre tem o seu melhor desempenho diante das expectativas dos indivíduos e das sociedades. No entanto, cabe a persistência em busca da validação



social do papel da Ciência e, em particular, da Sociologia enquanto tal, como uma resposta capaz de interceptar e de atualizar os sentidos, os ânimos, as expectativas e as necessidades da aventura humana. E de, neste fazer sobre a realidade social, ser também capaz de dialogar e de interagir com as demais formas de conhecimento e de sabedorias, humanas e não humanas, reconhecendo-as em suas atribuições, originalidades e valores.

Abordamos aqui a presença da Sociologia e das Ciências Sociais nos últimos 30 anos na UFRPE, conforme os contextos locais e nacionais, as possibilidades institucionais e temporais, os desafios de interpretação e proposição sobre as realidades que nos circundam. Aproveitamos esta reflexão para colocar em discussão, uma vez mais, os limites da Ciência e do conhecimento científico, ao apoiarem-se nas noções de conhecimento válido, de universalidade, de inovação, de projeção para o futuro, em detrimento das concepções de pluralidade do conhecimento, de singularidade das experiências, de senso comum (SANTOS, 2010), e de tempo presente.

Desenvolvemos, nesse artigo, uma leitura sobre os 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE e, em particular, sobre a trajetória da Sociologia nessa construção. É um desafio profissional e afetivo apresentar nas próximas linhas uma interpretação do percurso de 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE. Não será, portanto, um balanço unívoco ou consolidado de uma história que já vai em 30 anos, mas nuances de uma história social vivida em processos e dinâmicas (ELIAS, 1994, 1997) que se complementam e que configuram um fazer possível das Ciências Sociais na UFRPE. Um percurso que aponta, também, para o tempo presente.



1. As origens

Em 1990, como parte de um movimento de expansão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi criado e aprovado o Bacharelado em Ciências Sociais. Naquele momento, a formação científica ganhava fôlego na sociedade brasileira e as universidades respondiam a uma demanda social por qualificação profissional acadêmica. É de se notar, no entanto, que este lugar social da Ciência vinha na seqüência de seu ajuste ao modelo capitalista e tecnológico do pós Segunda Guerra Mundial – objetivamente a partir do Consenso de Washington, ocorrido em 1989. A Ciência, no século XX, alinhou-se fortemente ao modo de produção capitalista em larga escala e globalizado. Isto levou a esgotamentos paradigmáticos dentro da prática científica, o que apontou para a necessidade, já latente, de se repensar e debater a Ciência.

Em 1987, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007) antecipava esse debate, com a denúncia da necessidade de um novo pensar para as ciências, ancorado num uso renovado da racionalidade. Esta era e continua sendo uma tarefa urgente de enfrentamento dos limites teóricos e metodológicos impostos pela racionalidade e pela ciência modernas. I interessa destacar aqui uma necessidade sempre latente no terreno científico, embora muitas vezes ignorada: a da reformulação das bases do conhecimento científico, nomeadamente do uso instrumental e técnico da razão, que a tem reduzido em suas potencialidades e levado a Ciência a um patamar distante das demais formas de conhecimento.

A Ciência moderna utiliza-se da razão de modo instrumental e técnico para impor-se politicamente como a única forma de conhecimento válido, levando a ser desconsiderado ou menosprezado tudo o que não adote as características da



objectividade, da universalidade e da falibilidade demonstrável. O que isto significa? De imediato, tem-se a construção de um locus do conhecimento assentado em categorias universais e teorias gerais, que se produzem a partir de padrões metodológicos restritos e específicos. É, também, um conhecimento intervencionista, por entender que o mundo deve ser ajustado aos conceitos científicos universais, únicos a permitir o progresso e o bom funcionamento das sociedades.

Nesse sentido, desenvolvemos a seguir uma leitura tensionada sobre as origens do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, em que pretendemos confrontar as questões mais aparentes, que se impuseram no percurso da Sociologia, com as condições científicas da Sociologia para oferecer respostas aos problemas sociais. Tratamos especificamente das questões: a ênfase inicial em Sociologia Rural; as lutas sociais como contexto histórico; os direitos sociais como demandas locais; as transformações nas condições do trabalho (ANTUNES, 2002), os impactos dos processos de globalização e de mundialização, a informatização do cotidiano como novas questões que se anunciam ao longo dos anos de existência das Ciências Sociais na UFRPE.

1.1. A questão do rural

Na origem, a vocação institucional para o estudo do *rural* foi preponderante na configuração do novo Curso e, por isso, o Bacharelado em Ciências Sociais comportava uma ênfase em Sociologia Rural – o que persistiu até 2005. O que é e porque justificava-se uma ênfase em Sociologia Rural? Como isto foi construído e trabalhado ao longo de 15 anos? Quais as contribuições possíveis da Sociologia para o tratamento das questões sociais relacionadas com o mundo rural?



O rural, e em complementaridade, o urbano, são dois conceitos que adquiriram conotações sociológicas quando o mundo passou a deslocar-se com velocidade da vida nos campos para a vida nas cidades, a partir do século XIX. A configuração de uma vida urbana, a partir da implementação das indústrias como modo de produção de bens de consumo, obedeceu a duas dinâmicas complementares: a ocupação de centros urbanos pelas burguesias econômicas que sustentavam e ostentavam um modo de vida público – em oposição às nobrezas, com suas vidas palacianas – e a ocupação dos subúrbios das cidades pelas famílias trabalhadoras, que passaram a estar concentradas em torno das fábricas (Luxemburgo, 1988).

Estas dinâmicas de ocupações e ordenamentos das cidades vêm num continuum desde o século XIX europeu e expande-se por todo o mundo, que chega em 2019 com 55% de sua população vivendo “em áreas urbanas” e com estatísticas que apontam para “que esta proporção aumente para 70% até 2050”, conforme dados da Organização das Nações Unidas (2019). O atrelamento da vida nas áreas urbanas aos formatos da industrialização (HARVEY, 2008) e ao modo burguês de estar, consumir e interagir em ambientes públicos confere às cidades o sentido do moderno, do belo, do integrado, do desenvolvido. E, nesse processo histórico-social, o rural recebeu o sentido oposto, expresso nas conotações de atrasado, ultrapassado, pobre, triste, desintegrado do projeto de modernidade.

Os conceitos de rural e de urbano, de campo e de cidade, transitam no imaginário coletivo como duas formas opostas de estar e integrar-se socialmente, com a desvalorização constante e crescente dos elementos que caracterizam o ambiente rural, como o ritmo de vida, a proximidade com a natureza, o trabalho manual, os conhecimentos empíricos, a alimentação e a medicação não industrializadas. O rural e suas manifestações culturais adquiriram uma condição residual e folclórica para as



sociedades industrializadas modernas e, gravemente, também, para as ciências institucionalizadas e disciplinadas no mundo acadêmico.

Isto porque o acordo epistemológico fundante da Ciência moderna aceita a homogeneização de um formato de produzir conhecimento, o científico, sobre os demais conhecimentos e configura, assim, uma monocultura do saber, ou, como expressa Santos (2010b) “a transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente.” (SANTOS, 2010b, p. 95).

Esta é uma reflexão necessária sobre a Ciência moderna e seu papel no mundo atual – e, particularmente, para a Sociologia. Qual epistemologia sustenta a posição de validade rigorosa do conhecimento científico? Uma epistemologia fundada politicamente num projeto dominador, que pretende justificar a imposição de um modo de pensar e ver o mundo sobre os demais. Dominador também porque impõe teorias gerais, construídas a partir do estudo de realidades particulares e com especificidades locais e que se generaliza por meio de conceitos tornados artificialmente universais. O lugar epistêmico a partir do qual se produzem verdades científicas enquanto teorias gerais será o da racionalidade exercida na forma da monocultura do saber e do universalismo conceptual, conforme percebe-se nas palavras de Santos (2010):

O distanciamento e a estranheza do discurso científico em relação, por exemplo, ao discurso do senso comum, ao discurso estético ou ao discurso religioso estão inscritos na matriz da ciência moderna, adquiriram expressão filosófica a partir do século XVII com Bacon, Locke, Hobbes e Descartes e não têm cessado de se aprofundar como parte integrante do processo de desenvolvimento das ciências. (SANTOS, 2010, p. 11).

A crítica de Santos (1993, p. 19) recai sobre o “tempo científico presente”, marcado pelo que classifica de “fase de crise de degenerescência”, ou seja, um período



de incertezas paradigmáticas profundas e generalizadas, em que não são algumas teorias, métodos ou instrumentos científicos que se questionam, mas são as bases mesmas em que se assentam a justificativa e a natureza do conhecimento científico. Conforme o autor, tem-se, portanto, que “A crise da ciência é, assim, também a crise da epistemologia”, uma vez que o tempo presente estaria a esgarçar o valor de verdade rigoroso e excludente da ciência, que a elevou politicamente ao status de única forma de conhecimento válido, sob o primado da Modernidade.

Assim, noções como bucólico, pastoril, ingênuo, encantador foram atribuídas aos meios rurais e aos seus moradores, com sentimentos de distanciamento e estranheza por quem vive alheio à realidade da vida no campo. Assim viveu-se o século XX até que a indústria chegou aos campos e construiu um rural empresarial – o agronegócio – provocando novas alterações na vida e no trabalho, no ambiente e na compreensão do que é o rural. Ao final daquele século, quando o Curso de Ciências Sociais foi criado na UFRPE, o cenário de desassistência, de abandono e de problemas sociais era intenso e gritante nos meios rurais brasileiros e, particularmente, em Pernambuco.

Em breves linhas, podemos afirmar que o Estado de Pernambucano desenvolveu uma relação tutelar e pouco construtiva com suas populações rurais. Em 1975, havia sido instituída, pela Lei Nº 7.007, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco/Emater com o objetivo de “planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas”. Na Lei referida acima estão externadas as condições simbólicas da desigualdade entre os meios rurais e os meios urbanos, ao



destacar a necessidade de “melhoria das condições de vida no meio rural do Estado de Pernambuco” e de “políticas de assistência técnica e extensão rural”.

A Emater foi extinta em 1999 e sucedida pela Empresa de Abastecimento e Extensão Rural de Pernambuco/Ebape (WANDERLEY, LOPES, 2012), também extinta, em 2003. A noção de extensão estava imbuída pela compreensão de que os avanços e os desenvolvimentos da modernidade são necessariamente gerados nos meios urbanos e levados para os meios rurais, estendidos até lá (BORDENAVE, 1988, FREIRE, 2002), guardando aí um sentido de superioridade cultural e intelectual da cidade em relação ao campo.

Esta noção foi combatida na literatura especializada do século XX, fortemente pelo paraguaio Juan E. D. Bordenave, autor de **O que é Comunicação Rural?** e pelo pernambucano Paulo Freire, autor de **Extensão ou Comunicação?** – duas obras de referência que serviram para promover reflexões críticas e, no âmbito acadêmico, a revisão das práticas de extensão universitária e das concepções e atribuições da assistência técnica e da extensão rural. Há aqui uma séria justificativa para a Sociologia abraçar as questões rurais, tomada a perspectiva da superação paradigmática apontada por Santos (2007), de modo a problematizar a naturalização do rural e do urbano, do saber e do conhecer, do social e do cultural.

Nesse sentido, a Sociologia Rural cumpre o papel de estudar e debater de modo crítico e reflexivo a estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos na construção de grupos sociais como o campesinato, a agricultura patronal e a agricultura familiar; os conflitos sociais, as políticas públicas e os movimentos sociais nas áreas rurais. Algumas contribuições como aquelas oferecidas por José de Souza Martins, José Eli da Veiga, Maria de Nazareth Wanderley, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Francisco Graziano Neto fizeram avançar um vivo pensamento sociológico



acerca da problemática do rural nas sociedades modernas e industrializadas, particularmente na sociedade brasileira. Este pensamento, no entanto, não basta. É ainda necessário trilhar o restante do caminho para um diálogo intenso e aberto entre as diversas ciências sociais e humanas, e também com as demais ciências, da natureza, exatas, da linguagem, e com as demais formas de conhecimento não científico, de modo a que o rural não seja residual nem para a sociedade nem para a academia, não seja relegado a um adjetivo ou a uma ênfase.

1.2. A questão das lutas sociais

Há que se lembrar que, em 1990, quando da criação do Curso de Ciências Sociais na UFRPE, havia-se concluído há apenas dois anos, com as assembleias constituintes, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, e as eleições diretas presidenciais em 1989, o ciclo de lutas por redemocratização do Brasil. As bandeiras de luta pela abertura política do país, levantadas nas mobilizações que ficaram conhecidas como Diretas Já, levaram a sociedade brasileira à descoberta de atores sociais como a criança, a mulher, o idoso e outros. Curiosamente, as cidades descobriram os trabalhadores rurais nesse processo de redemocratização. Esses atores sociais foram recebidos como novidades que começavam a marcar o cenário público do país e a dar significados para o exercício da cidadania.

Assim, ao longo dos anos de 1980, as mulheres, as crianças, os idosos, os trabalhadores rurais, os desempregados, os indígenas tornaram-se visíveis na esfera pública brasileira como potenciais portadores de direitos de cidadania. Este reordenamento da esfera pública (HABERMAS, 1984) desafiava a Sociologia, à época. Nesse sentido, a criação na UFRPE do Curso de Ciências Sociais respondia aos ânimos



agitados da sociedade que, como em outros momentos da história mundial, careciam de interpretações.

No Estado de Pernambuco, em particular, havia forte inclinação para as lutas sociais, seja no sentido da organização para o combate ao grande capital, seja no do combate à ditadura militar, que já ia pela segunda década. Lembremos que o primeiro ato público a favor das eleições presidenciais diretas aconteceu em 1983 em Abreu e Lima-PE. Outro fato histórico social marcante é que a retomada das Ligas Camponesas, silenciadas por forças políticas, ocorrida em 1954, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, manteve-se como resistência local ao desprezo pelas questões rurais (BASTOS, 1984). E, nesse feito, é também preciso registrar a contribuição do pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) para os direitos dos camponeses (AGUIAR, 2014).

Todos estes acontecimentos justificaram um olhar desperto da Sociologia, durante a década de 1990, para o mundo rural. Naquele período, também justificava-se o debate interno à Universidade quanto a sua função na formação de profissionais aptos a atuarem criticamente nos meios rurais, sobre um cenário de desigualdades e injustiças sociais estruturadas pelo modelo moderno de oposição entre o campo e a cidade. A ênfase em Sociologia Rural, portanto, respondia a uma evidência dos problemas rurais na sociedade brasileira – e, em particular, no Estado de Pernambuco. No entanto, os chamados problemas rurais logo se revelaram como parte de um contexto mais amplo, que pode ser entendido como uma questão de lutas sociais por direitos, que vinha se desenhando na virada do século XX para o XXI. Um desses problemas, persistente e pouco enfrentado, é justamente o do conhecimento.

O conhecimento construído nas lutas sociais nem sempre adquire um patamar valorizado socialmente e muitas vezes não é compreendido ou aceito pela academia,



porque não científico. De acordo com Santos (1993), a Ciência moderna autoimpôs-se uma camisa-de-força, da qual só sairá quando desenvolver uma “consciência teórica da precariedade”, ou seja, uma consciência do conhecimento científico “como uma prática de saber entre outras, e não necessariamente a melhor.” (SANTOS, 1993, p. 18). Para isto, ainda conforme o autor, cabe à Ciência trilhar o caminho do “conhecimento-emancipação”, em que a se concretize “uma dupla ruptura epistemológica”, necessária para a superação das distinções assimétricas entre ciência e senso comum, de modo a que a Ciência venha a se transformar “num senso comum novo e emancipatório” (SANTOS, 2002, p. 101).

1.3. A questão dos direitos sociais

Para além dos direitos civis, na década de 1980 os movimentos em torno da Assembleia Constituinte que escreveu a Constituição Federal, apelidada de constituição cidadã, abriram a nação para as lutas por garantias de direitos sociais (MACHADO, 2013). O que são os direitos sociais? Um dos três direitos de cidadania, os direitos sociais referem à herança social de que um indivíduo dispõe por fazer parte de um grupo social – por exemplo, a alfabetização no mundo letrado.

Uma interessante leitura acerca dos direitos sociais pode ser encontrada em Marshall (1967, p. 114), que os apresenta a partir do “desenvolvimento da cidadania democrática” e, especificamente, do “impacto (...) dos direitos da cidadania sobre a estrutura da desigualdade social”. O autor leva a uma reflexão sobre o *status* de cidadão, que surge como igualdade formal e convive com as estruturas da desigualdade real. Para Marshall (1967: 62-63), as desigualdades percebidas no exercício dos direitos de cidadania são devidas à falta de direitos sociais, necessários à



efetivação dos direitos civis. Para o autor, direitos civis (ou a “liberdade individual”), direitos políticos (ou o “direito de participar no exercício do poder político”) e direitos sociais (ou o “direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) são elementos do conceito de cidadania que se desenvolve no ocidente durante o século XIX.

Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos. (MARSHALL, 1967, p. 66).

Conforme Marshall, a noção de direito nasce, nas sociedades contratuais, do sentimento de injustiça decorrente das condições desiguais de acesso a bens sociais. O sentimento de injustiça é, portanto, um móbil social que leva a situações como a reivindicação, a desobediência civil, as lutas sociais. Considerado o percurso histórico apontado por Marshall (1967), o século XX foi marcado pela percepção de injustiças sociais, o que levou a lutas por direitos sociais. Na experiência brasileira de finais da década de 1980, os direitos sociais responderam pela percepção de que para além dos indivíduos, a sociedade é formada por grupos sociais com interesses ou características comuns que não se restringem às condições de trabalho, ao local de moradia ou às heranças genéticas.

O reconhecimento dos direitos sociais de desempregados, por exemplo, foi algo marcante para o mundo e para a sociedade brasileira no decorrer do século XX. No Brasil, em particular, os trabalhadores rurais sem posses (sem direitos previdenciários e trabalhistas, sem local fixo de trabalho, sem identidades profissionais) apareceram



como grupos com direitos sociais que precisavam ser garantidos. Dentre estes direitos e as lutas por suas garantias, as questões agrárias inerentes a uma estrutura latifundiária naturalizada ao longo da história do Brasil vieram à tona na esfera pública política, saíram da invisibilidade em que as coloca a oposição campo-cidade e tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras com a bandeira da Reforma Agrária (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004).

Ainda como parte do processo da Assembleia Constituinte, organizações como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/IBASE e a Pastoral da Criança, fundada em 1983 por Zilda Arns no âmbito da Conferência dos Bispos do Brasil, passaram a fazer parte da esfera pública política brasileira como porta-vozes de grupos sociais desassistidos. Nessa mesma perspectiva, o Movimento dos Sem Trabalhadores Rurais Sem Terra ganhou projeções nacionais e ocupou não apenas terras, mas espaço nas mentes e nas televisões brasileiras. Fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná, o movimento reuniu trabalhadores rurais “com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>).

Este efervescente cenário social provocava as Ciências Sociais, e particularmente a Sociologia, no sentido de desenvolver pesquisas que permitissem a elaboração de interpretações e respostas sociológicas a uma sociedade em reconstrução, ou em transição, ou ao menos perplexa com sua complexidade. Até 2005, a sensação de que um novo mundo viria a se estabelecer fazia parte da experiência de virada de século e de milênio. Havia nessa sensação difusa um sentimento de esperança. A criação do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE em 1990 fez parte da resposta social, política e acadêmica a este cenário de lutas e de reconhecimento de atores sociais e seus direitos num país que não apenas reencontrava os caminhos da



democracia, mas que começava a enxergar seus problemas sociais e a necessidade de reconhecê-los e enfrentá-los. Do ponto de vista da Ciência, para agir nessa nova sociedade é necessária uma ruptura epistemológica com a herança racional moderna – tarefa ainda em processo.

Isto porque a racionalidade subjacente ao modelo epistêmico da Ciência moderna assenta-se na chamada razão indolente, conforme Santos denomina, desde Leibniz, a um comportamento fatalista porque voltado para si e para o que conhece. A razão indolente, ao dominar os formatos de fazer Ciência na Modernidade ocidental, escondeu outras formas de fazer conhecimento e outros mundos a serem conhecidos, tendo elegido o mundo ocidental e eurocêntrico e o método experimental, direto ou indireto, como *locus* e *modus operandi*. A reflexão crítica sobre a Ciência moderna é, pois, uma reflexão sobre seus fundamentos epistemológicos enquanto funções da razão iluminada, linear, antropocêntrica e eurocêntrica, e que se faz indolente. Conforme Santos:

A razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo constituíram o contexto sociopolítico em que a razão indolente se desenvolveu. (SANTOS, 2010, p. 89).

Atentar para o diagnóstico da razão indolente, acima, e promover as formas de sua superação no âmbito da Ciência e da Universidade é um desafio que perpassa todo o período de implantação do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE. As questões relacionadas com o rural e com o urbano, as lutas sociais e dos direitos sociais não encontram colaboração da Ciência se esta não avançar para fora desse lugar para o qual foi levada pelo conjunto da Modernidade.



A razão indolente é uma espécie de embotamento ou emagrecimento da razão. Um embotamento que pode dificultar à Sociologia a realização de um papel mais efetivo na colaboração e na compreensão das lutas sociais, não apenas naquelas que marcaram a passagem dos séculos, mas as novas lutas sociais, que continuam a surgir numa sociedade que se faz a cada dia mais complexa e desafiante. E que cobra da Sociologia uma atuação que se faça no presente e para o presente em que estamos, ou seja, que atue com base numa razão não indolente, o que significa romper com a certeza da superação linear do presente, no futuro, dada pelo estrito desenvolvimento tecnológico industrial.

1.4. Novas questões

Entre 1990 e 2005 à questão do rural, das estruturas latifundiárias, dos trabalhadores rurais sem terras, somaram-se outras questões que demonstram a complexidade da vida na virada de século e de milênio. Como desdobramentos da percepção de atores sociais ligados ao chamado mundo rural, a sociedade brasileira e a Sociologia passam a lidar com novas questões como as dos quilombolas e demais populações tradicionais, as das mulheres trabalhadoras rurais, as das mulheres camponesas, as das juventudes, as das novas ruralidades construídas pelo turismo rural e pela reconquista do campo como lazer, praticada pelas classes médias urbanas, e, ainda, as questões da preservação e da sustentabilidade ambiental, e as questões colocadas pelo agronegócio e pela expansão do uso de agrotóxicos na produção rural, associadas a um crescente movimento por agriculturas orgânicas, biodinâmicas, ecológicas, bem como as questões trazidas por um mundo conectado em redes (MATTELARD, 2000) suportadas por plataformas digitais e o decorrente novo



reordenamento da esfera pública e dos sentidos de público, de privado, de comum, de urbano e de rural, de tempo e de espaço.

O mundo e o Brasil tornaram-se mais desafiadores nesses primeiros 15 anos de atividades do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE. Transformações econômicas e ajustes nas condições de trabalho, forçadas pelos processos de globalização, foram sentidas na maioria dos países. No mesmo sentido da prevalência de um modelo econômico globalizado e monetarizado, a democratização da vida política foi vivida em distintos países, de distintas formas – porém sem suficientes aprofundamentos. Ainda assim, as sociedades civis organizadas buscaram respostas e resistências às mudanças trazidas pela nova ordem econômica mundial e seus fenômenos sociais, políticos e culturais.

No início dos anos 2000, havia já um cenário de proliferação de movimentos sociais, associações, fóruns, redes e entidades que abraçavam uma pluralidade de frentes de lutas sociais. Surgiram novos temas e a exigência de novos direitos sociais, como o direito à água, o direito à comunicação, o direito de resposta, o direito ao ar puro, o direito à vida doméstica segura e em paz, os direitos sexuais, dentre outros. A primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, pode ser entendida como uma tentativa de mostrar aos próprios movimentos sociais e a seus simpatizantes a dimensão múltipla e plural dos problemas sociais, das questões coletivas e das lutas já organizadas. Serviu também como uma reclamação às Ciências Sociais, para que avance em suas interpretações para além do paradigma moderno que singulariza, totaliza e despersonaliza a diversidade das lutas sociais, conforme expressado por Santos (2005):

A teoria política da modernidade ocidental, tanto na versão liberal como na marxista, construiu a unidade na acção a partir da unidade dos agentes. De acordo com ela, (...) o sentido da transformação social baseou-se sempre na capacidade de o agente privilegiado da transformação, fosse ele a burguesia



ou as classes trabalhadoras, representar a totalidade da qual a coerência e o sentido derivavam. De uma tal capacidade de representação provinham, quer a necessidade, quer a operacionalidade de uma teoria geral da transformação social. (SANTOS, 2005, p. 118).

Este é o legado mais específico que fica para as Ciências Sociais com as transformações ocorridas na virada de século e de milênio e fortemente nos 15 primeiros anos de existência do Bacharelado na UFRPE. Com um movimento mundial acelerado de transformação da vida econômica, política e social dado pela informatização da produção e já do conhecimento, associado a novas reivindicações sociais elaboradas por novos atores sociais e novas percepções dos sentidos de pertencimento, inclusão, direitos e garantias, participação, necessidades e expectativas, chega o momento, no início dos anos 2000, de reconhecer que a ênfase em Sociologia Rural já não respondia às demandas sociais para um Curso de formação de bacharéis em Ciências Sociais. Era preciso rever o Projeto Político, a matriz curricular, as competências a serem desenvolvidas nos egressos do Curso. Assim, o Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE escreve sua história de adaptações, adequações, revisões e enfrentamentos, o que aparece objetivamente expresso nos momentos marcantes das transições entre matrizes curriculares.

2. As transições

A matriz curricular aprovada quando da criação do Bacharelado em Ciências Sociais foi atualizada sete anos depois, mas não chegou a ser implementada, uma vez que o Curso aguardava o reconhecimento do Ministério da Educação/MEC, o que só veio a acontecer em 1999, através da Portaria MEC nº 1169. Por motivos de diversas ordens, internas e externas à Universidade, o Bacharelado em Ciências Sociais na



UFRPE manteve a mesma matriz desde a criação, em 1990, até 2004, quando passou pela segunda atualização, tendo sido implementado um novo Projeto Pedagógico no primeiro semestre de 2005. Este novo Projeto Pedagógico suprimiu a ênfase em Sociologia Rural e propôs, em contrapartida, que o Curso tivesse duas áreas de concentração: 1. estudos rurais e 2. estudos urbanos.

O segundo Projeto Pedagógico foi, então, vivenciado de 2005 a 2012. Neste período, outra grande alteração ocorreu no Curso de Ciências Sociais, desta vez por imposição do MEC para todos os Cursos universitários: foi abolida a complementação do Bacharelado, para os estudantes já formados, com disciplinas pedagógicas que lhes conferia a habilitação em Licenciatura. Uma perda para as Ciências Sociais e para a sociedade, que deixou de dispor de novos profissionais preparados para o ensino das Ciências Sociais – situação agravada pelo fato de que em praticamente todos os Estados brasileiros, e em particular em Pernambuco, a Sociologia compõe o currículo do Ensino Médio.

Entre setembro de 2011 e agosto de 2012, com um processo iniciado no Núcleo Docente Estruturante do Curso, um novo Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciências Sociais se desenvolveu como expressão das necessidades e das expectativas do corpo docente e dos estudantes do Curso. O trabalho teve por objetivo atender a duas demandas: 1) um equilíbrio entre as três disciplinas sociais que compõem o Curso, ou seja, a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia, e, 2) o fortalecimento da formação profissional para a pesquisa social. Conforme o documento **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**, produzido pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE em 2012:

(...) pretende-se, com este Projeto, atender à demanda atual da sociedade brasileira por formação específica e qualificada de cientistas sociais para atuação nos três eixos de competência, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Este PPC propõe formar cientistas sociais aptos a trabalhar com



as ciências humanas e sociais, de acordo com os parâmetros do Conselho Nacional de Educação (COORDENAÇÃO, 2012, p. 8).

No Projeto Pedagógico de 2012 ficou estabelecido que Antropologia, Ciência Política e Sociologia atuariam articuladas em torno de duas linhas de concentração: 1. Desigualdades sociais, identidades e cultura e 2. Estado, cidadania e políticas públicas. Estas linhas de concentração tiveram a função de facilitar a articulação entre as áreas, tanto no âmbito do profissional egresso como no âmbito do exercício da docência atrelada ao Bacharelado, “de modo a possibilitar uma formação em Ciências Sociais em que possa trabalhar de modo imbricado e produtivo as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão” (COORDENAÇÃO, 2012, p.12).

Os processos de revisão da matriz ao longo dos 30 anos demonstram o amadurecimento da proposta, expresso na sequência dos projetos políticos do Bacharelado em Ciências Sociais, no sentido da formação de cientistas sociais habilitados a atuar criticamente sobre a diversidade social, política e cultural de realidades. A preocupação com o exercício profissional dos egressos desse Bacharelado advém da preocupação com o papel das Ciências Sociais no cenário contemporâneo. A pesquisa sociológica, o estudo antropológico, a participação na avaliação e no planejamento de políticas públicas aparecem como fortes demandas de um mundo populoso, interconectado, globalizado, heterogêneo, desigual, múltiplo. Para estas demandas, esperam-se respostas de uma Ciência interdisciplinar, entendida a interdisciplinaridade como uma associação exponencial de colaborações num sentido comum para cada uma das partes.

Acresce-se à necessidade profissional dada pelas características do mundo que se consolidou nos últimos 30 anos, uma igualmente exigente militância pedagógica para a formação de inteligências críticas e criativas. Uma demanda social que adquire



sentidos de obrigatoriedade para os professores das Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, um dado do amadurecimento do projeto político do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE pode ser percebido na inclusão de atividades de pesquisa, extensão e ensino que se desenvolvem para além das salas de aula, com a orientação dos professores do Curso.

Eventos, palestras, mini-cursos, grupos de estudo, grupos de pesquisa, intervenções comunitárias e, em tempos de pandemia, *lives*, compõem, desde 2012, parte expressiva do fazer docente e discente. Estas atividades preenchem a vida acadêmica e oportunizam o enfrentamento de temas e problemas do mundo atual, como a democracia, os novos atores sociopolíticos e os novos direitos, os processos de globalização, a informatização e a mediatização do cotidiano, da comunicação e da justiça, o meio ambiente e a sustentabilidade, as violências urbanas, as redefinições de espaço/tempo, as ruralidades e as urbanidades, as políticas públicas, as lutas sociais, as novas identidades e tantos outros.

Estas atividades compõem um redesenhar das Ciências Sociais diante de um mundo que carece de interpretações e de ações propositivas originárias de uma Ciência capaz de dialogar com o mundo e nele co-atuar. Nesse sentido, resgatamos a seguir o trecho de uma entrevista concedida por Darcy Ribeiro, à época já ex-ministro da Educação, ao Programa Abertura, da extinta TV Tupi, em 1979. Com ele pretendemos destacar a reflexão sobre a necessidade das Ciências Sociais e particularmente os cientistas sociais brasileiros adotarem uma posição propositiva diante do mundo:

A responsabilidade das Ciências Sociais, num caso de um país como o Brasil, é explicar porque o nosso atraso. (...) Então, o que a ciência nos coloca hoje é o seguinte: se não é o clima, se não é a raça, se não é a origem portuguesa a causa do atraso em que nós estamos, qual é a causa? A causa somos nós, os bonitos, a causa somos nós os educados, os ricos, que fizemos o país para nós contra o povão. Então, Ciências Sociais é para estudar isso. Agora a maior



parte dos cientistas sociais brasileiros não faz nada disso. São uns cavalos de santo, como eu costumo dizer. Cavalo de santo de Foucault, cavalo de santo de Levis-Strauss. Pela boca deles, o Levis-Strauss está falando todo o tempo. Não olham para o Brasil. O importante para eles é citar o Poulansas ou dizer o que o Poulansas pensaria. Ou ler o 18 Brumário, do Marx, e a partir dele fazer discursos acadêmicos, às vezes muito inteligentes, muito auspiciosos. Mas são incapazes de olhar a realidade brasileira, de tentar entender. (...) Então, há um tipo de Ciência Social que é tão infecunda quanto a erudição antiga. Essa erudição dos que sabiam latim, falavam todas as línguas do mundo, de gente que não sabia nada, só citava, só se lembrava de um texto ou de outro. Essa gente indignificava a inteligência, porque convertia a inteligência, que é um instrumento de compreensão e de transformação do mundo, convertiam a inteligência num ato de fruição. (...) Eu sou cientista social, confesso, modesto e acanhado. (RIBEIRO, 1979 in: <http://bit.ly/AberturaDarcyRibeiro>).

Sem colocar aqui em discussão a noção de atraso, que pode ser substituída por várias outras formulações sociológicas sobre as condições sociais da existência – e que responde, na entrevista, ao momento em que a mesma foi concedida – o trecho acima aponta para a necessidade das Ciências Sociais ocuparem-se com o mundo real e suas discrepâncias entre teoria e empiria. Uma tarefa definitivamente pendente e urgente para nós hoje. Observar e debater amplamente os fenômenos do mundo contemporâneo, em suas manifestações globais, regionais e locais, em suas dinâmicas de inclusão e exclusão social, em sua acelerada reconfiguração e descartabilidade, são atribuições do cientista social e, particularmente, uma ação sobre o tempo presente com a qual as Ciências Sociais podem e devem contribuir. Atuar no tempo presente, produzindo conhecimentos dialógicos e significativos, responde tanto a uma prática reflexiva da vida acadêmica na UFRPE, no sentido da cidadania ativa, da autonomia universitária e da responsabilidade social, como a uma prática crítica, criativa e propositiva da Ciência.

Nesse sentido, encontramos em Santos (2010) duas sugestões particularmente interessantes para a prática sociológica: 1. a hermenêutica da suspeição e diatópica e



2. a ecologia de saberes. Ambas podem vir a constituir um universalismo negativo, em resposta ao universalismo conceitual da Ciência moderna. O universalismo negativo responde de forma contra-hegemônica à tendência universalizante da Ciência moderna, que cristaliza conceitos e aplica-os a diferentes realidades e situações. Com o universalismo negativo pretende-se alterar a forma dedutiva de conclusões aparentemente lógicas em que se fundamenta o pensamento e o espírito científico, promovendo, assim, a inteligibilidade do diverso que está escondido no universal.

Num breve balanço sobre as transições vivenciadas pelo Projeto Político do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, temos que a supressão da ênfase em Sociologia Rural e o fortalecimento das áreas da Antropologia e da Ciência Política, permitido pela política de contratação e qualificação de professores na UFRPE, nos anos 2000, trouxeram para a Sociologia uma nova realidade: a dinâmica do diálogo com outras áreas e formas de saber, como prática docente e científica. Este nos parece um passo interessante no sentido do exercício de outras formas de fazer Ciência, tal como o universalismo negativo, que avancem na busca pela superação do legado cartesiano e inativo do pensamento moderno. Uma aprendizagem que pode valer pelos 30 anos de vivência do Bacharelado em Ciências Sociais.

3. À guisa de conclusão: 30 anos, e agora?

2020. Pandemia. Confinamento. Distanciamento social. Crise econômica. Crises políticas. Máscaras. Novo normal. Palavras, conceitos e experiências que recolocam e ressignificam a vida em sociedade e exigem das Ciências Sociais novos investimentos investigativos. No plano institucional, pairam ainda sobre nós as exigências de proposição e aprovação da Licenciatura em Sociologia e do Mestrado em Ciências



Sociais. E chegam as demandas por trabalho remoto, no rastro da pandemia e do distanciamento social.

Estas tarefas, locais e globais, desafiam a Sociologia a não apenas ampliar os seus alcances teóricos e metodológicos, mas, sobretudo, a assumir o papel de desnaturalizar o mundo social – conforme buscamos demonstrar nas denúncias de Ribeiro (1979) e de Santos (2002, 2005, 2010). Das novas formas de ensino-aprendizagem e das novas sociabilidades, ao novo urbano e ao novo rural e, neles, os novos espaços públicos, o mundo exige uma Sociologia que responda aos chamamentos sociais de modo propositivo e em colaboração com as diversas realidades e os diversos saberes – nem ao largo, nem acima, nem avante, mas *com* a pluralidade contemporânea da vida em sociedade, em diálogos permanentes.

À Sociologia, ciência moderna por nascimento, colocam-se hoje os desafios da superação dos limites inerentes ao formato moderno do conhecimento válido: 1) a ideologização do conhecimento científico; 2) a desconsideração das demais formas de saber e a recusa ao diálogo com as estruturas sociais não científicas; 3) a inação da razão, indolente, que se estabelece como uma repetição de formulações pouco atualizadas sobre o mundo social; e 4) a consequente certeza da superação linear do presente, no futuro.

Os 30 anos que fazem a história de vida do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE foram anos peculiares na história mundial e nacional. Como visto, problemas e ebulições sociais e necessidades de colaboração da Sociologia na construção da sociedade brasileira – e, localmente, da sociedade pernambucana – serviram de guia para o percurso da Sociologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A continuidade deste percurso parece chamar por um novo posicionamento da Sociologia não apenas diante da sociedade, mas, sobretudo, diante de sua forma de ser



Ciência: um posicionamento menos hermético e enciclopédico e mais colaborativo e proativo. Numa breve síntese para o presente, três movimentos aparecem já como urgentes: 1) a reconstrução da noção de conhecimento válido, 2) a reorientação do conhecimento científico para além da oposição ao chamado senso comum, de modo a que o conhecimento sociológico seja resultante de diálogos entre os diversos saberes sociais, e 3) o redimensionamento das noções de tempo e de espaço, de modo a que a Sociologia se estabeleça no presente (espaço) e para o presente (tempo) das sociedades contemporâneas.

Recebido em maio de 2020

Aprovado em outubro de 2020.



Referências

- AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BORDENAVE, Juan E. D.. **O que é comunicação rural?** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8ª edição. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- COORDENAÇÃO do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Documento interno, setembro 2012.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review** 53, set. out. 2008, 23-40. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>, 2008. Acesso em: 29 junho 2020.
- LEI Nº 7.007, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1975. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=33313>.
- LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. São Paulo: Record, 2004.



LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Vol. 1 e 2. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, Otávio Luiz. **Educação e Constituinte de 1988**: a participação popular nos quadros da democracia da Nova República e a reflexão de Florestan Fernandes. Frutal: Prospectiva, 2013.

MARSHALL, T.H.. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossa História. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 25 junho 2020.

MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MATTELART, Armand. **Networking the World, 1794-2000**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, Fevereiro 2019. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 29 junho 2020.

PASTORAL da Criança. Disponível em www.pastoraldacrianca.org.br/pt/. Acesso em: 23 junho 2020.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

RIBEIRO, Darcy. Entrevista. Programa Abertura, TV Tupi. Disponível em <http://bit.ly/AberturaDarcyRibeiro>, 1979. Acesso em: 30 junho 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 15ª edição. Porto: Afrontamento, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Vol. 1. 2ª edição. Porto: Afrontamento, 2002.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3ª edição. Porto: Afrontamento, 1993.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VEIGA, José Eli da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização, in **Estudos Avançados** nº 51, maio/agosto/2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, Múcio de Barros, LOPES Geraldo Majella Bezerra. As relações institucionais entre pesquisa e desenvolvimento e assistência técnica e extensão rural no IPA. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, vols. 8 e 9, p.37-41, 2011/2012.



HISTÓRIAS CRUZADAS: VIVÊNCIAS ENTRELAÇADAS DE DOCENTES E DISCENTES NOS 30 ANOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS-UFRPE

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Doutora em Estudios Iberoamericanos - Universidad Complutense de Madrid

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professora do Departamento de Ciências Sociais

E-mail: maria.aleitao@ufrpe.br

RESUMO

O artigo consiste em um resgate do curso de bacharelado de Ciências Sociais da UFRPE, elaborado a partir do fio condutor vivências coletivas de docentes e discentes no que se refere a ensino, pesquisa e extensão. A narrativa está fundamentada nas em documentos e memórias. Buscou-se a partir de fragmentos visibilizar pessoas, atividades e parcerias desde a gênese do curso, estabelecendo diálogos com a pesquisa, a interdisciplinaridade, a internacionalização; a extensão universitária como uma forma de estar presente em outras territorialidades; em síntese realizar a partir de um lugar de fala um balanço dos 30 anos de Ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Ensino, Pesquisa; Extensão.

CROSSED STORIES: INTERTWINED EXPERIENCES OF TEACHERS AND STUDENTS IN THE 30 YEARS OF THE SOCIAL SCIENCES COURSE – UFRPE

ABSTRACT

The article consists of a redemption of the Bachelor's Degree in Social Sciences at UFRPE, it has been elaborated on the guiding thread of collective experiences of teachers and students with regard to teaching, research and extension. The narrative is based on documents and memory. It was sought from fragments to make people, activities and partnerships visible since the genesis of the course, establishing dialogues with research, interdisciplinarity, internationalization; university extension as a way of being present in other territorialities; in short, carry out a review of the 30 years of teaching, research and extension from a place of speech.

Keywords: Social Sciences; Teaching, Research; Extension.



Introdução

O período de escrita deste texto, de resgate da memória sobre a trajetória do curso de Sociologia da UFRPE, acontece numa fase de introspecção e reflexão sobre a vida, o cuidado e a morte de mais de 90 mil pessoas no Brasil. Durante o afastamento social necessário a prevenção da disseminação da Covid-19 no Brasil.

Vive-se um hiato, no qual há um presente diferente de todas as memórias até então vividas, sem ter muita ideia do que será o que se tem denominado de “novo normal”. É nessa espera do que será o futuro que se estabelece algumas rotinas, uma delas tem sido, todas as noites às 18h, escutar a AVE MARIA (SCHUBERT), da minha janela, algum morador/a do prédio em frente, nos brinda com este momento sublime em uma época de isolamento físico e de muitas perdas acumuladas.

O evento diário, vivenciado de forma coletiva, cada um em seu espaço individual, me traz lembranças de minha infância, naquela época, em minha casa a rádio anunciava, todos os dias, religiosamente “a hora do Angelus”. Acredito ter sido a primeira memória agradável neste momento de pandemia.

A sensação de resgate de uma memória afetiva me traz conforto e me propicia a associação do meu momento à janela com um texto que havia lido recentemente “Como explicar à minha filha que vejo o fim de uma era?”, o autor argumenta sobre as mudanças ocorridas na sociedade, em tempos de covid-19, a partir das imagens captadas em sua janela, em Milão/Itália/2020.

Estou em outro continente, especificamente em Boa Viagem/Recife/PE, numa capital de um estado do Nordeste brasileiro, eu e o autor temos em comum, o índice de mortalidade pela Covid -19 em Recife e em Milão e a vontade de interpretar a realidade a



partir das imagens, das cenas, dos ruídos, das leituras que fazemos em diálogo com os nossos referências empíricos e teóricos.

Importante situar o que vejo a partir das seis janelas, situadas no primeiro andar de um prédio de esquina. À frente está uma galeria de lojas, aquelas construídas possivelmente nos anos 70 do século XX, antes da inauguração do primeiro shopping da cidade. Na outra esquina consigo ver pelo espaço de afastamento do outro prédio, o mar e a av. Boa Viagem. Cotidianamente acompanho por estas janelas o movimento das pessoas indo e voltando à praia, outras fazendo entregas, outras dirigindo-se aos seus trabalhos e regressando as suas casas.

Movimento de pessoas que foi ficando escassos a partir das medidas governamentais de valorização, orientação e decreto sobre o isolamento social para conter a progressão geométrica de contaminação da população.

Pouco a pouco as ruas, que vejo das minhas janelas, vão ficando vazias, apenas moradores e trabalhadores dos prédios locais, além dos entregadores de farmácias e dos diversos setores de alimentação. Esta mudança instiga-me a pensar: Quem são as pessoas que permanecem ou que ficam em casa e quem são as que circulam pelo bairro? Problematizo sobre as pessoas que circulam: são em sua maioria moradores/as do bairro? ou pessoas que necessitam passar horas no transporte público para exercer diariamente as funções de trabalhadoras domésticas, de cuidadoras, de porteiros e zeladores dos prédios, de entregadores de aplicativos ou dos mercados e farmácias? São em sua maioria, brancos ou negros? Qual a sua renda, gênero, geração? São perguntas que dialogam com as questões sociais, que tem sido marco em minha vida profissional de docência no Curso de Ciências Sociais da UFRPE. É neste contexto que sou estimulada a resgatar e escrever sobre os 30 anos do Curso de Ciências Sociais na UFRPE.



2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujos dados foram obtidos nos currículos lattes e nas memórias arquivadas de memorial para titular. A narrativa dialogou com os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. As etapas de coleta, sistematização dos dados e a escrita do texto estiveram fundamentadas em:

o passado reconstruído não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar (...) a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro; memória social, memória histórica e coletiva. Bosi (2013, p.3)

Uma decisão metodológica respaldada por um aporte teórico que privilegia e advoga a não neutralidade no processo de pesquisa, defendendo-se o diálogo entre os diferentes saberes. Dentre os(as) autores/as que fundamentaram os percursos metodológicos, têm-se:

- Dijk (2008) chama a atenção sobre a necessidade de se refletir sobre a reprodução discursiva relacionada ao abuso de poder e a desigualdade social. O autor defende que o processo e o resultado de pesquisas podem contribuir na apoderação social de grupos dominados;
- Orlandi (2001) nos convida a refletir sobre a construção do dispositivo de interpretação que envolve desde a definição do *corpus* de análise, decisão que consiste numa construção de cada pesquisador/a; confrontando-se o dito com o não-dito; situando-se a posição e o lugar dos sujeitos e valorizando-se as relações sociais em redes de significados;
- Foucault (1987) contribuiu também, ao afirmar que, em toda a sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída por uma série de procedimentos que envolvem exclusão, rejeição e deslegitimação.



3. Desenvolvimento

3.1 A gênese do Curso de Ciências Sociais na UFRPE

O curso é criado na década de 1990, vale ressaltar que os anos 90 do século XX inicia com as repercussões da queda do muro de Berlim, conseqüentemente com fortalecimento do discurso capitalista e ampliação da globalização. Na educação a difusão do computador e da internet, aproxima estilos de vidas, consumos e trabalho em diferentes territórios. No Brasil a eleição e *impeachment* do presidente Fernando Collor marcam os primeiros anos dessa década, posteriormente o país vivencia uma fase de controle da inflação a partir do Plano Real no governo de Fernando Henrique Cardoso, O país assina o Mercosul, um tratado de integração na América Latina. Na saúde a AIDS representa um grande desafio de superação que envolve conhecimento científico e novos hábitos de convivência social.

É no final da década de 1980 que chego a UFRPE, em julho de 1989, começo imediatamente as minhas atividades docentes e, em curto espaço de tempo assumo juntamente com Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Dôra), uma atividade de gestão, na função de primeira vice coordenadora do Curso de Sociologia Rural da UFRPE. Havia planejado que na próxima gestão eu assumiria a coordenação e Dôra me apoiaria na vice coordenação, mas a aprovação no doutorado em setembro de 1993 na Universidad Complutense de Madrid, mudaram estes planos. Regressei do doutorado em 1998, quando assumi as atividades de ensino nos cursos de Sociologia e de História.

A narrativa de inclusão no curso de Sociologia está escrita a partir das atividades de ensino, de pesquisa e extensão e em diálogo com as/os discentes que participaram desta trajetória na qual tenta-se evidenciar as histórias cruzadas nas



vivências entrelaçadas de docentes e discentes durante estes 30 anos do Curso de Sociologia da UFRPE.

3.2 Docência e discentes: quantas lembranças?

Antes de narrar as lembranças de atividades e produções no ensino., pesquisa e extensão, vale ressaltar que a Educação Superior no Brasil está pautada nos últimos 24 anos na Lei 9.394/96 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - em seu artigo 43, no que se refere a:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

Na docência no curso em foco, destaco especialmente três disciplinas: métodos e técnicas de pesquisa, análise do discurso e gênero, trabalho e diversidade.

Uma das boas recordações da “disciplina métodos e técnicas de pesquisa” ao regressar do doutorado, no primeiro semestre de 1998, trata-se da egressa Josenita Luiz



da Silva¹, que me deu um feedback ao lhe devolver um trabalho com muitas indicações de correções, a atividade se constituía em criar um resumo de texto científico. Desta conversa, ela se inseriu no grupo de pesquisa e extensão na UFRPE e posteriormente cursou mestrado e doutorado em Serviço Social na UFPE. Este fato exemplifica o diálogo com a LDB no que se refere ao estímulo, a partir do ensino à inclusão da discente no trabalho de pesquisa e investigação científica, suscitando o desejo de aperfeiçoamento profissional (BRASIL, 1996).

A outra disciplina que marca esta trajetória de docente do curso e gera fragmentos de memórias a serem aqui compartilhadas, refere-se à primeira década do século XXI, quando foi criada a ementa da disciplina optativa “análise do discurso”. Consistiu em uma importante realização na atividade acadêmica, gerou boas reflexões e feedbacks por parte do alunado e estabeleceu vínculos com a pesquisa, resultou em publicações² nacionais e internacionais, algumas com a participação de discentes.

Na segunda década do século XXI, A ementa de outra disciplina optativa “gênero, trabalho e diversidade”, foi elaborada a partir da realização do Curso de Gênero e Diversidade na Escola aprovado em Edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) e da realização nesta instituição do 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, com o tema “Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e nas Práticas Científicas” realizado na UFRPE, a partir do Departamento de Ciências Sociais. Marca outra fase do curso, novos interesses do da docente e do alunado que resultaram em novas pesquisas e publicações no diálogo com a docência.

¹ Manteve da graduação ao doutorado as categorias de pesquisa: violência de gênero e imprensa, iniciada na monografia de graduação no curso de sociologia da UFRPE. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9874/1/arquivo8292_1.pdf

² Serão mencionas no item pesquisas deste artigo.



3.3 Pesquisa, interdisciplinaridade e internacionalização

A pesquisa sempre no diálogo com as outras instancias de Ensino e Extensão, esteve ao longo destes 30 anos no diálogo com discentes e docentes do curso de Ciências Sociais.

O projeto “RECIFE EM IMAGENS: um estudo interdisciplinar” significou lançar-se numa série de experiências que contou com a participação de docentes, arquivistas e discente de diferentes áreas de conhecimento, especialmente de três instituições a UFRPE, UNICAP e o Arquivo Público de Pernambuco - APEJE³, com o objetivo de resgatar, arquivar num banco de dados e divulgar a memória da produção iconográfica sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE.

A pesquisa abarcou as seguintes atividades, mapear e organizar o material iconográfico, para disponibilizar os dados na WEB, assim minimizar o manuseio da documentação e facilitar o acesso a mesma. Contribuíram as discentes do Curso de Ciências Sociais a UFRPE: Rita de Cássia Guaraná Bello e Josenita Luiz da Silva, além da contribuição de discentes do Curso de Licenciatura em História e do Curso de Informática da UNICAP.

Posteriormente no bojo desta pesquisa foi publicado o livro História (nem sempre) bem humorada de Pernambuco⁴, ATAÍDE e ANDRADE (1999) sobre caricaturas do século XIX, desta pesquisa a egressa Renata Carneiro de Almeida, pesquisou durante 2 anos com bolsa de iniciação científica da CNPq/ acervos de caricaturas de jornais humorísticos do século XIX e foi o tema do seu Trabalho de Conclusão de Curso.

³ Nesta época se conseguiu na FACEPE que APEJE consistisse numa área de concessão de bolsas.

⁴ O livro traz 140 caricaturas do século XIX, ganhou em 2000 o 12º Troféu HQ Mix na categoria "melhor livro teórico".



A proposta de observar o cotidiano da cidade do Recife através de suas imagens consistiu numa atividade motivadora e ao mesmo tempo necessária ao processo de educação que objetiva a preservação do patrimônio cultural desta cidade. Os textos produzidos foram apresentados em Congressos e publicados em livros. A monografia da discente do Curso de Sociologia Rita de Cássia Guaraná Bello “As fotografias da Exposição Nacional como resgate da memória social deste evento no Estado Novo”, apresentada em 2002. Posteriormente aprofundada na dissertação em Antropologia “Revisitando o Estado Novo através das imagens da Grande Exposição Nacional 1939-1940”, defendida em 2006. Também foi apresentado o texto elaborado pela equipe composta por mim, Rita e Noemia Luz, “Memórias Arquivadas Pernambuco em Imagens TRP” no X Congreso de la Federación Internacional de Estudios Sobre a América Latina, em Moscou, 2001. Desta pesquisa, iniciada desde o doutorado tem-se as seguintes publicações (2006, 2004, 2002, 2000, 1998, 1997a, 1997b, 1996)

No fim da primeira década do século XXI, durante a elaboração de um livro sobre o prédio central da UFRPE⁵, foi nestes acervos anteriormente organizado pela equipe de docentes e discentes vinculados ao projeto Recife em Imagens, que foram identificadas e fotografadas as plantas do prédio central desta Instituição, um projeto do arquiteto Luís Nunes, localizadas na APEJE, além de fotografias datadas da década de 1930 quando foi construído.

Um outro campo de pesquisa, atrelado ao ensino e a extensão foi iniciado em 2004, inclui as categorias analíticas: mulheres, pesca artesanal e meio ambiente. O ponto de partida consistiu numa pesquisa na Comunidade de Aver-o-Mar, em Sirinhaém, no projeto Internacional de Pesquisa sobre Comunidades Costeiras, financiado pela Coast Community Health Network - CCHN - e pela Research

⁵ Livro publicado sobre o *Prédio Reitoria da UFRPE: Resgate Histórico 1935-2009*, por Conceição Martins e (Orgs.). Recife: UFRPE, 2009. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/7ak02t9ns1779hb/Livro_Predio_da_Reitoria.pdf



Development Initiative, RDI, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil), Universidad Cienfuegos (Cuba) e Universidad de San Sebastián (Chile). Marfisa Cysneiros de Barros, uma das coordenadoras do Curso de Ciências Sociais foi a docente que trouxe o convênio para a UFRPE.

Neste convênio foi realizado com a UFRPE o 3º workshop do projeto em Recife, os anteriores aconteceram no Canadá e em Cuba. Nosso primeiro texto escrito e apresentado nesta nova área de pesquisa e extensão foi “Cotidiano na Comunidade Aver-o-Mar”⁶. Desde 2004, as trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal têm consistido no foco dos dez projetos por realizados, seja na perspectiva do ensino, da pesquisa ou da extensão. Além de manter-se o fio condutor a partir das categorias: trabalho, divisão sexual do trabalho, relações de gênero e classe sociais.

Outro convênio internacional com o Canadá foi o Projeto “Gente da Maré”, iniciado com o convite do Departamento de Pesca da UFRPE, este projeto possibilitou aproximação com o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura e a participação em oficinas no Nordeste brasileiro: 1) Mapeamento Bioregional em Pitibu/PB 3 a 5 de março de 2009 e 2) I Seminário Internacional de Biologia, Cultivo e Manejo de Moluscos de Areia em Paulista/PE 18 a 20 março de 2009. Outros dois eventos do Projeto Gente da Maré, foram realizados no segundo semestre de 2009, um na Bahia e outro em Mossoró/RN, nos quais a participação da equipe de estudos de gênero participou mais intensamente, por se tratar de capacitação de facilitadores locais em metodologias participativas de olhar apreciativo e equidade de gênero e etnia, cujo

⁶ No cotidiano dos trabalhadores da comunidade de Aver-o-Mar, destacam-se as seguintes atividades: 1) da pesca no mar realizada pelos homens; 2) da pesca de mariscos realizada geralmente por mulheres (Foto Manguê); 3) do trabalho doméstico – atividade cem por cento feminina, realizada em residências de veraneio durante a estiagem; 4) do comércio em barracas na praia, também realizado no verão, 5) da aquicultura e 6) outra opção para os mais jovens é trabalharem de vigia nas casas de veraneio. Outras atividades mais pontuais são: criação e plantio para subsistência, produção artesanal, ainda incipiente, e produção de passas de caju, que é realizada no período da safra do fruto.



objetivo consistiu no intercâmbio de experiências e treinamento de facilitadores locais em metodologias de extensão e pesquisa participativas com foco na promoção de equidade de gênero e raça.

Nas pesquisas citadas, há diálogo com a LDB ao “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. (BRASIL, 1996)

Neste contexto, a supervisão do Estágio de Raquel Leite Gomes, na área de violência contra a mulher, consistiu em uma fase de consolidação das primeiras atividades docente na temática de estudos sobre mulheres e relações de gênero. O aprofundamento na temática de gênero e pesca, proporcionou a aprovação dos seguintes projetos, sistematizados no quadro abaixo.



QUADRO I – Projetos de pesquisa, ensino e extensão 2005-2014

Nº	PROJETOS CNPq
1	MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005
2	MCT/CNPq 029/2009 -.
3	MCT/MDS-SAGI/CNPq nº 36/2010
4	MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010 –
5	MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012 -
	PROJETOS SPM/PR
6	“Gênero, Raça e Pesca: o trabalho de marisqueiras no litoral sul de Pernambuco”. Convênio Nº 0172/2008– SPM/PR.
7	“Criação do Núcleo de Pesquisa – Ação Mulher e Ciência”. Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.
	PROJETOS PROEXT
8	PROEXT2010 - Linha temática 3:
9	PROEXT2011 Linha temática 13:
10	PROJETO MEC/SECADI – Curso EAD GDE – “Gênero e Diversidade na Escola”: Jaboatão, Carpina, Ipojuca, Pesqueira e Tabira/PE. Junho 2009 a fevereiro 2010.
11	PROJETO MPA- Ações para consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e aquicultura do MPA - Convênio 078/2009 entre MPA e FADURPE.
12	PROJETO MDA - Contrato: 0309.541-78/2009/MDA/CAIXA,

Fonte: Dados a partir de mapeamento de documentos dos Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão - 2005 a 2014.

O engajamento de discentes, o diálogo entre Ensino, Pesquisa e Extensão, nos diversos projetos contribuíram na dissertação defendida por Cláudia Maria de Lima, no POSMEX, e na monografia de Amanda Gonçalves Pereira, no curso de bacharelado em Ciências Sociais.

Os resultados dos projetos foram publicados em periódicos científicos, em livros, e em forma de cartilhas e radionovelas (2019a, 2019b, 2017, 2015a, 2015b, 2014a, 2014b, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2012, 2011, 2010, 2008a, 2008b). A decisão de elaborar os



produtos em formato de cartilhas e radionovelas consistiu numa inovação com perfil educacional de popularização em ciência e tecnologia social, além colaborar na acessibilidade.

É nesta perspectiva que foi realizado o “ Seminário 30 anos de Carteira Profissional das Pescadoras”, que se constituiu na primeira ação do projeto “Gênero, Raça e Pesca: o trabalho das marisqueiras no litoral Sul de Pernambuco”, e contou com a presença das seguintes colônias de pescadores/as: Colônias Z-10 Itapissuma, Colônias Z-03 Pontas de Pedra, Colônia Z-22 Barreiros, Colônia Z-01 Pina (comunidades de Brasília Teimosa, Bode e Ilha de Deus), Colônia Z- 33 Barra de Catuama, Colônia Z-25 Jaboatão dos Guararapes, Colônia Z-06 Sirinhaém (comunidade de Aver-o-Mar), Colônia Z-09 São José da Coroa Grande, Colônia Z- 20 Igarassu, Colônia Z-05 Tamandaré.

A programação do evento constou com 13 oficinas, das quais serão nomeadas as que foram realizadas por docentes, discentes e egressos/as do Curso de Bacharelado em ciências sociais: 1) Sensibilização étnica, atividades que estimulam o autorreconhecimento da condição de gênero, raça e diversidade. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva. Colaboradores: discentes/ pesquisadores do Grupo de Estudo Afro-Brasileiro; 2) Valores Humanos. Erick Valdevino Bernardo e Luciano Cipriano da Silva⁷; 3) Sexualidade. Claudia Maria Lima⁸ e Kilma Glayce; 4) O que precisamos saber sobre os impactos do Petróleo sobre a pesca. Henrique Barros;

Monografias sobre o tema mulheres, a maioria sobre as pescadoras foram apresentadas por: Glauce Margarida da Hora Medeiros, Maria Solange da Silva, Alexandra Silva de Lima, Danielle Ferreira de Santana, Daniella Silva do Nascimento, Ana Patrícia Silva Camilo, Nadja Soares de Lima Silva, Hevna Joyce Souza de

⁷ Egressos do Curso de Sociologia e mestres em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

⁸ Egressos do Curso de Sociologia e mestres em Extensão Rural e Desenvolvimento Local



Carvalho, Tea Mônica de Almeida Gouveia, Raquel Leite Gomes. Violência Doméstica. O texto de monografia “Futebol Feminino: o hábito não altera o gênero” foi publicado em coautoria com Nascimento (2012).

O curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE, aprovado em 2008, consiste em outra atividade agregadora. As Maria Grazia Cribari Cardoso e Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva participaram na condição de professoras formadoras ao ministrarem aulas de nivelamento para os/as tutores/as a distância sobre Direitos Humanos/ Relações de Gênero e Étnico-Raciais. Resultado deste curso tem-se capítulos na obra “Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais” , publicada pela Editora das Mulheres, publicada em 2012, organizada com Maria Helena Santana Cruz docente da Universidade de Sergipe, com algumas das experiências escritas por tutoras/es. Alguns destes textos foram apresentados e publicados no Fazendo Gênero 9º. Alguns discentes do Curso de Ciências Sociais que atuaram na monitoria do GDE foram: Claudia Maria de Lima, Erik Bernadino e Luciano Cipriano, todos 3 mestres em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Das orientações no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX/UFRPE, têm-se algumas publicações em coautoria na temática das pesquisas mulheres e pesca artesanal GUIMARÃES (2020), VEIGA (2018), LIMA (2014) entre outros.

⁹ Informação disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289187_ARQUIVO_GeneroeDiversidade-DerrubandoBarreirasSocio-CulturaisnaFormacaodeProfessoras-es.pdf.



3.4 A extensão universitária uma forma de estar presente em outras territorialidades

No que se refere às atividades de pesquisa e extensão com as pescadoras, iniciamos o ano com o 1º Ciclo de Debates sobre Gênero e Pesca, realizado em Recife no período de 19 a 21 de maio, evento com proposta de sensibilização relacionada aos projetos sob nossa coordenação:

1) Projeto MPA - Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura do MPA, primeiro Encontro Institucional em Brasília e três oficinas, a primeira em Camaragibe, a segunda em Belém, e a terceira em Santa Catarina;

2) Projeto MDA “Gênero, Raça e Pesca: Produção e Articulação das Pescadoras de PE”, com dois encontros, um em Itapissuma/PE, em 20 outubro de 2010, e outro na UFRPE.

Participaram do encontro em Pernambuco: Claudia Maria de Lima, Marcos Miliano; Maria José Pereira, Maria Solange da Silva, Rejane Maria de Lima, egressos/as do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Estiveram presentes 16 pescadoras, a metade de Itapissuma e a outra parte de Brasília Teimosa, dentre elas: Lindalva Maria Ferreira, Franceline Luiz da Silva, Ana Paula de Souza, Valdire Maria da Silva, Lenilza M^a de Souza Brito, Edileuza Silva Nascimento, M^a José Mousinho Ferreira, Lenilde M^a de Souza Brito, Laudence M^a dos Santos, Joana Rodrigues Mousinho, Ladjane M Souza de Brito, Vilma Gonzaga do Nascimento, Laudenir M^a Santos, Viviane Pereira dos Santos, Ana Lucia Felix Freire, Natércia Mignac da Silva.

O projeto “Relações de gênero e políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: diagnóstico e avaliação na pesca artesanal do litoral de Pernambuco”, aprovado pelo edital MCT/MDS-SAGI/CNPq nº 36/2010, cujas entrevistas foram



realizadas nas visitas às colônias de pescadores/as para a realização dos eventos do MDA. Participaram deste projeto uma equipe interdisciplinar¹⁰.

Foi publicado no site do MDS, um texto final intitulado “O Programa Bolsa Família na Voz das Pescadoras Artesanais do Litoral de Pernambuco, outras publicação em coautoria com ASSUNCAO, V. K. e INÁCIO, P. H. D. (2011).

Foi realizada em finais de 2011 a I Feira de Economia Solidária da Pesca Artesanal de Pernambuco, no Pátio do Carmo, centro do Recife. Esta proposta foi elaborada a partir de Projeto MDA apoiado por: CNPq, CAPES, Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife, Cáritas, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Vigilância Sanitária e grupo de dança “As Sereias de Brasília Teimosa”. A concepção do evento buscou dialogar com questões que envolveram relações de gênero, identidade e direitos sociais das pescadoras. Houve comercialização de artesanato produzido com apetrechos de pesca, comidas oriundas da atividade pesqueira, além de atrações culturais. Para a concretização deste evento, contribuíram, em todo o processo de organização e realização uma equipe interdisciplinar¹¹.

No ano de 2013, o projeto SPM/PR possibilitou a criação do Núcleo de Pesquisa Ação Mulher e Ciência, o qual consistiu no apoio logístico a realização do 18º Encontro da REDOR, em Recife 2014 e a realização do 1º Seminário de Mulheres em Carreiras Universitárias e nos Espaços de Poder, Recife/PE, de 16 a 18 de dezembro.

Enfim, chego enquanto membro do quadro docente do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE na fase que Huberman (1995, p. 36) define como a de

¹⁰ Cláudia Maria de Lima, Clodoaldo de Souza Cavalcante Neto, Maria Solange da Silva todos 3 egressos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais.

¹¹ Cláudia Maria Lima, Clodoaldo de Souza Cavalcante Neto, Maria Solange da Silva, Pedro Langsch egressos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. As pescadoras que participaram todo o tempo no processo de organização e realização do evento foram: Edleuza Silva do Nascimento, Enilde Lima Oliveira, Joana Rodrigues Mousinho, Lidomar Rodrigues de Barros, Maria Aparecida Santana, Maria das Neves Santos, Miriam Mousinho da Paz, Natércia Mgnac da Silva e Rosete Batista de Souza.



consolidação e serenidade do/a docente. Fase na qual o autor mostra também a possibilidade do desencanto e da frustração. Em sua pesquisa, ele indaga: “o que é que distingue, ao longo das carreiras, os professores que chegam ao fim carregados de sofrimentos daqueles que o fazem com serenidade?”. Sinto-nos feliz em poder constatar que, após trinta anos de carreira, sinto-me compelida a trabalhar, a produzir e a me envolver em novas formas de expressões de ensino e aprendizagem, em pesquisas e em produções.

A trajetória docente em diálogo com as vivências e trajetórias de discentes e egressos do curso de Bacharelado em Ciências Sociais tem sido construída em um processo dialético de consolidação e diversificação de temáticas nos âmbitos do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Vale ressaltar entre os eventos realizados, a partir do projetos aprovados, com participação de discentes do curso tem-se o 18º Encontro da REDOR, uma realização ancorada na experiência construída ao longo dos diversos eventos que foram organizados na interação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, no diálogo do processo de consolidação de docentes e discentes do Curso, dentre os eventos realizados têm-se:

1. 30 anos de Registro de Pesca para as Mulheres (2009);
2. 1ª Ciclo de Debates sobre Gênero e Pesca Artesanal (2010);
3. I e II Seminário Institucional Projeto MPA, 2010 e 2012;
4. Encontros em Pernambuco, Pará, Santa Catarina, Ceará e Paraíba, Projeto MPA, 2010 e 2011;
5. Oficinas no Sertão, Litoral Sul e Norte, Região Metropolitana, Projeto MDA, 2011;
6. 1ª Feira de Economia Solidária da Pesca Artesanal – Pernambuco, Projeto MDA (2011);
7. Comissão organizadora do II Simpósio Pesca: Turismo e Meio Ambiente UFSC/Florianópolis (2012);
8. Lançamento do site e cartilha, Projeto CNPq (2013);
9. Eventos de criação e consolidação do Núcleo de Pesquisa “Ação Mulher e Ciência”, março, abril, junho, agosto;



10. 1º Seminário de Mulheres em Carreiras Universitárias e nos Espaços de Poder Recife/PE (2013).

A realização da 18º Encontro da REDOR, realizado de 24 a 27 de novembro de 2014, nas instalações da Universidade Federal Rural de Pernambuco, possibilitou reunir as seguintes instituições na organização do evento: Núcleo de Pesquisa “Ação Mulher e Ciência” (NPAMC/UFRPE); Instituto Papai; Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE); Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

Além das instituições organizadoras, estabelecemos as seguintes parcerias institucionais: Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE); Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM/UFPE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); Secretaria da Mulher de Pernambuco; Secretaria da Mulher do Recife.

Conseguimos reunir nos Grupos de Trabalho da 18ª REDOR especialmente docentes do Norte e Nordeste¹², mas também participaram nas 02 (duas) conferências e nas 07 (sete) mesas, no minicurso e oficinas do evento: a SPM/PR, o CNPq, a UFF, a UFSC, o MDA e 04 (quatro) docentes de Universidades Portuguesas e Espanholas, as quais: a Universidade de Barcelona, a Universidade de Múrcia, a Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Politécnico de Santarém.

A 18ª REDOR contou com a colaboração de 62 docentes que participaram na coordenação dos 19 grupos de trabalho, representando os seguintes estados: Acre, Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

¹² Norte: 04 docentes mulheres e Nordeste: 52 mulheres e 07 homens



QUADRO II - Participantes na 18ª REDOR

GT	INSCRITOS	COMPARECERAM AO CREDENCIAMENTO	OUVINTES	Artigos
1	69	47	30	32
2	30	16	13	17
3	58	38	-	14
4	71	47	22	27
5	22	12	8	12
6	30	15	14	15
7	54	29	3	30
8	46	43	2	22
9	23	18	7	11
10	32	23	20	15
11	26	14	-	9
12	36	16	9	13
13	23	16	9	15
14	34	20	-	15
15	35	15	-	06
16	46	19	-	15
17	22	14	-	9
18	29	18	-	8
19	39	23	-	10
TOTAL	725	443	137	295

Fonte: Dados coletados em documentos do 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR

Na concepção do evento consideramos importante dialogar com outros coletivos de mulheres, entre elas estão as pescadoras, sujeitos sociais com as quais desenvolvemos atividades de pesquisa e extensão há quase duas décadas. As pescadoras compareceram na condição escolhida por elas, sendo na geração de renda ou participação diretamente nas reuniões durante o evento. As colônias foram contatadas e as pescadoras decidiram entre si quem participaria do evento.



A feira Gênero, Raça e Pesca¹³: produção e articulação das pescadoras de Pernambuco foi um espaço no qual os visitantes puderam conhecer o trabalho desenvolvido por mulheres marisqueiras das colônias de pesca do litoral de Pernambuco. Artesanato, comidas típicas com frutos do mar: caldeirada, sururu, peixe frito, bolinho de peixe, torta de peixe, caldinhos de peixe e camarão, lagosta e pixaim de coco.

O 18º Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR, com o tema “Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e nas Práticas Científicas”, se constitui em mais um marco na história desta Rede, criada em setembro de 1992 com o objetivo de congregar, articular e desenvolver os estudos sobre a mulher e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Agrupando mais de 30 Núcleos e Grupos de Estudos vinculados às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa das duas regiões. A Rede define sua atuação em três grandes linhas de trabalho que são: os Estudos e Pesquisas, a Capacitação e Publicações.

A 18ª REDOR contribuiu na consolidação do NPAMC, destacam-se as publicações elaboradas em coautoria com MENDONÇA e SILVA (2016), SOARES e LIMA (2016), NANES e QUADROS (2016), os trabalhos de iniciação científica nos anos

¹³ Participaram da feira as seguintes Colônias de pescadores e pescadoras. **Colônia Z1 – Pina:** Tereza Cristina, Sônia Maria, Ana Lucia, Leu, Maria José, Luzia, Natercia Mignac da Silva; **Colônia Z10 – Itapissuma:** Laudénir Maria dos Santos, Joana Mousinho; **Colônia Z15 – Atapuz:** Lúcia, Claudénir Dias de Oliveira, Ivanilda Maria, Iracema Justino, Aurenita Bezerra, Lucila Braz, Marileide Joaquim, Severina Maria, Nerice Dantas de Araújo, Cristiane de Souza, Adriana Lira, Maria de Lourdes, Adelma Magno Cordeiro, Maria Helena do Nascimento, Raiza Maria do Nascimento, Ana Cláudia, Izaquias, Lucicleide; **Colônia –Z25 Jaboatão:** Maria Aparecida, Norma Maria do Nascimento; Dilvana Veloso. Maria Mariano, Josiane Maria do Nascimento, Maria de Lourdes da Silva, Josefa Ferreira da Silva, Antoninia Korinssky, Leoneide Bernardino dos Santos.



de 2015 a 2018, a dissertação de Glauce Medeiros defendida em 2019, são resultados concretos do referido Núcleo de pesquisa.

3.5 Balanço dos 30 anos de publicações no diálogo com o Ensino, a pesquisa e a extensão

As publicações em periódicos foram 17 artigos publicados no período desde 1997 a 2020, os livros são 9 organizados com participações interinstitucionais e/ou interdepartamentais, de 1999 a 2017, quanto aos capítulos de livros são 44, de 1996 a 2019.

As parcerias entre as instituições estão fundamentadas especialmente com Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Amazônia, entre outras. Na UFRPE as parcerias se deram especialmente com o departamento de Educação e o de Pesca.

São memórias escritas que evocam elaborações com discentes, a exemplo de Claudia Maria de Lima, Daniele Silva do Nascimento e Maria Carolina Lins Mendonça. A maioria dos capítulos são elaborados a partir das parcerias nacionais e 9 são publicações em parcerias internacionais.

Os 50 resumos publicados em Anais contam com a colaboração de muitos discentes entre eles Pedro Langsch, Juliana de Moraes, Claudia Lima, Rita de Cássia Guaraná Bello, Maria José P. Diniz, Eliane Maria Araújo da Silva, Maria Carolina Lins Mendonça, Amanda Gonçalves Pereira, Glauce Margarida da Hora Medeiros, Josenita Luiz da Silva, entre outros. Destes egressos e egressas do curso de Ciências Sociais, uma é doutora e sete são mestres, o que demonstra a eficácia do diálogo com a LDB, ao incentivar a pesquisa científica, divulgar os resultados das investigações científicas, “comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de



comunicação” [...] suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

Além das publicações em periódicos, livros, capítulos de livros e resumos em anais, as cartilhas e radionovelas, constituem-se em textos problematizadores sobre as condições de existências das mulheres pescadoras. A produção e publicação deste material devolutivo à sociedade dialoga com as diretrizes da LDB ao “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente [...] prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”, uma delas é sobre previdência social. Além destas atividades contribuirão na “promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

4. Considerações finais

Voltando as reflexões iniciais sobre o período da pandemia, hoje, enquanto curso estamos nos organizando para iniciar um Período Letivo Excepcional (PLE), 2020.3 no ensino de graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), momento em que envolve a adoção de novos paradigmas nas atividades acadêmicas, o Ensino Remoto Emergencial, necessário por causa da paralização das atividades presenciais devido a pandemia da COVID-19. Modalidade de ensino que remete a inserção de tecnologias digitais e práticas comunicacionais interativas no processo de ensino aprendizagem. Representa um marco na nova trajetória para docentes e para discente! O novo pode gerar insegurança, mas pode ser desafiador! Nós, não podemos prever o que vai acontecer, não sabemos exatamente como serão superados alguns obstáculos, , é provável que não saberemos como resolver algumas situações, mas é preciso continuar sempre em frente, buscando os nossos objetivos que na vida acadêmica está sempre em diálogo com a construção do conhecimento!



Em síntese, resgatar fragmentos dos 30 anos do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, dialoga com Ecléa Bosi (2013), quando a autora expressa que, revisitar o passado pode se constituir em um “manancial de razões para lutar”. Este argumento se expressa em novos projetos que podem gerar novas expectativas para o futuro. Esta memória está conectada à memória social, histórica e coletiva (HALBWACHS, 1990), o que nos reporta ao curso, sua identidade e grupo de pertencimento construídos nestas três décadas de história.

Recebido em 08 de agosto de 2020.

Aprovado em 01 de novembro de 2021.



Referências

ALMEIDA, M. G. A. A., _____. **História nem sempre bem-humorada de Pernambuco**. 1. ed. Recife: Bagaço, 1999.

ASSUNCAO, V. K. ; _____. ; INÁCIO, P. H.D. Comer mais e melhor: os impactos do programa bolsa família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco. **Amazônica: Revista de Antropologia** (Online), v. 4, p. 336-353, 2012

BOSI, Ecléa. Entrevista realizada por Moacir Salomão Bruck. In: **Dispositiva**, v.1 n. 2, nov. 2012/ abr.2013, pp. 196 - 199.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Barcelona. Tusquets, 1987.

GUIMARAES, S. R. ; _____. Pesca artesanal: reflexões sobre políticas públicas na Colônia de Pescadores Z-33 em Porto Jatobá, Pernambuco. **INTERAÇÕES**, v. 21, p. 347-461, 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, _____. Gênero e Cidadania: trabalho e meio ambiente. In **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Silvia Alicia Martinez e Luceni Hellebrandt (org.). Campos de Goytacazes. RJ: EDUENF,2019a, p. 141-162.

_____. Memórias, mulheres e poder na presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco. In: **Cultura [recurso eletrônico]: conceito sempre em desenvolvimento** / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019b, p. 87-98.

_____; CRUZ, M. H. S. (Org.). **Desafios dos feminismos, relações de gênero, trabalho**. 1ª. ed. Recife: EDUFRPE, 2017. v. 01.

_____. Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca e sua. In: Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal. (Org.). **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal**. 1ed.Vitoria: EDUFES, 2015a, v. 01, p. 139-160.

_____. Encontros e Conversas: os pescadores e as pescadoras do rio Tejo e a cultura Avieira em Portugal. In: **Elenise Faria Scherer. (Org.). Aqui estamos. Entre as águas das marés, águas dos rios, terras de trabalho na pesca artesanal**. 1ed. Manaus: FAPEAM, 2015b, v. 01, p. 90-116.

_____; Rial, Carmen (Org.) ; SILVEIRA, C. D. (Org.) ; GODIO, M. (Org.) ; BADEJJO, G. D. (Org.) ; VAILATI, A. (Org.) ; MILLER, F. S. (Org.) ; ALENCAR, E. F.



(Org.); SOUSA, I. S. (Org.); GONCALVES, A. C. T. (Org.); DIOGENES, A. M. R. (Org.); SOARES, S. M. (Org.); SHERER, E. F. (Org.). **Pesca, Turismo e Meio Ambiente**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2014a.

_____. Relações de gênero e de poder na pesca artesanal em Pernambuco. In: Glauca de Oliveira Assis; Luzinete Simões Minela; Susana Bórneo Funck. (Org.). **Entre Lugares e Mobilidades: Desafios Feminista**. 1ed.Tubarão: Copiart, 2014b, v. 03, p. 393-406.

_____. GÊNERO, PESCA E CIDADANIA. *Amazônica: Revista de Antropologia (Online)*, v. 5, p. 98-115, 2013a.

_____; Lima, C. M. ; Pedro Henrique Dias Inácio . **Gênero, Trabalho e Pesca Artesanal: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais**. 305. ed. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2013b.

_____. GÊNERO E TRABALHO: Oficinas com mulheres pescadoras do litoral ao sertão de Pernambuco. In: Elenise Sherer. (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013c, v. 01, p. 51-78.

_____. Movimentos sociais na pesca artesanal: a articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: ANGELO BRAS FERNANDES CALLOU. (Org.). **Movimentos Sociais na Pesca**. 1ed.RECIFE: FASA, 2013d, v. 01, p. 201-222.

_____; CRUZ, Maria Helena Santana. **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1. ed. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2012.

_____. Gênero, trabalho e Políticas Públicas na Pesca Artesanal do Sertão de Pernambuco. *Labrys (Edição Française. Online)*, v. 20-21, p. 1-20, 2011.

_____. Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal. In: Carmen Rial, Joana Maria Pedro e Silvia Maria Fávero. (Org.). **Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Mulheres, 2010, v. 01, p. 103-123.

_____. Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local. - Cartilha. *Labrys (Edição Française. Online)*, v. 13, p. 1-12, 2008a.

_____. A Ver-o-Mar, a construção do diálogo entre universidade e sociedade. In: _____ (Org.). **Extensão Rural & Extensão pesqueira: Experiências Cruzadas**. 1ed.: , 2008b, v. 1, p. 105-112.

_____. Recife: La cotidianid obrera en el varguismo. In: Giselda Brito Silva; Suely Creusa Cordeiro de Almeida. (Org.). **Ordem & Polícia: controle político - social e formas de resistências em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX**. 1ªed.Recife: UFRPE, 2006, v. 01, p. 187-203.



_____. Organización territorial de Recife: el espacio urbano y el habitat obrero. **Territorios** (Bogotá), Colombia, v. 10-11, p. 215-228, 2004.

_____. Recife em Imagens - tricentenário da Restauração Pernambucana - 1654 - 1954. In: Bogumila Lisocka-Jaegermann. (Org.). **El Espacio en la Cultura Latinoamericana**. Varsóvia: Editora da Universidade de Varsóvia, 2002, v. 1, p. 151-161.

_____. Recife de los años treinta: el discurso de una ciudad en proceso de modernización. In: Manuel Correia de Andrade; Eliane Moury Fernandes; Sandra Melo Cavalcanti. (Org.). **Além do apenas moderno: Brasil séculos XIX e XX**. Recife: Massangana, 2001, v. 1, p. 161-196.

_____. Recife: características de la ciudad y de su entorno fabril. In: Andrzej Dembicz; Maria T. Toríbio B. Lemos. (Org.). **El Espacio en la cultura latinoamericana - El Espacio en América Latina: el contrapunto entre lo local y lo global**. 1 ed. Varsovia: CESLA - Universidade de Varsóvia, 2000, v. 06, p. 343-3_____. Recife: Los Centros Educativos Obreros Una experiencia de proyecto educacional durante el Estado Novo - 1937 a 1945.. In: Andrzej Dembicz. (Org.). **El Espacio en la cultura Latinoamericana / Dicionario Analítico**. 1 ed. Varsovia: CESLA - Universidade de Varsovia, 1999, v. 05, p. 140-148.

_____. El Mito de la Modernización en el varguismo - 1930 a 1945. In: Bogumila Lisocka-Jaegermann. (Org.). **El Espacio en la Cultura Latinoamericana - Dicionario Analítico**. 1ed. Varsóvia: CESLA - Universidade de Varsóvia, 1998, v. 4, p. 148-141.

_____. Recife: Una ciudad inserta en el proyecto nacional. Modernización del Estado Novo (1937-1945). **Revista do Arquivo Público**, Recife, v. 42, n.47, p. 55-68, 1997a.

_____. El hábitat obrero. In: Andrzej Dembicz. (Org.). **El Espacio en la Cultura Latinoamericana - Dicionario Analítico**. 1aed. Varsóvia: CESLA - Universidade de Varsóvia, 1997b, v. 02, p. 271-282.

_____. El Obrero y la Prensa católica brasileña: 1935-1945.. In: José Luis García García. (Org.). **Etnolingüística y Análisis del Discurso**. 1aed. Zaragoza: Universidade de Zaragoza - Instituto Aragonés de Antropología y Federación de asociaciones de Antrop, 1996, v. II, p. 43-50.

LIMA, C. M. ; _____. Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil). *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, p. 123-134, 2014.



MARTINS, C.; _____. Prédio Reitoria da UFRPE: Resgate Histórico 1935-2009. 1. ed. Recife: Editora Universitaria da UFRPE, 2009. v. 1. 187p .

MENDONCA, M. C. L. ; _____.; SILVA, E. M. A. . Educação superior sob a ótica da equidade e transversalidade de gênero. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz. (Org.). **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas**. http://editorarealize.com.br/revistas/ebook_redor/trabalhos/gt01.pdf. 1ed.Campina Grande: Realize, 2016, v. v.1, p. 428-438.

NASCIMENTO, D. S. ; _____. Futebol Feminino: o hábito não altera o gênero. In: Maria Mary Ferreira. (Org.). **Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste Brasileiro**. 1ed.Maranhão: NIEPEM, 2012, v. 01, p. 63-82.

NANES, G. (Org.) ; _____. (Org.) ; QUADROS, M. T. (Org.) . **Gênero, Educação e Comunicação**. 1. ed. Recife: UFPE e UFRPE, 2016. v. 01. 355p .

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2001.

SOARES, M. C. F.; LIMA, J. S. G.; _____. RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO ESPAÇO OCUPADO POR MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) E PLATAFORMA LATTES. In: Alfrancio Ferreira Dias, Elza Ferreira Santos, Maria Helena Santana Cruz. (Org.). **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas**. 01ed.Campina Grande: Realize, 2016, v. 01, p. 3829-3839.

VAN DIJK, Tuen. **A. Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VEIGA, M. C. M. ; _____. GÊNERO E POLÍTICA PÚBLICA: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em São Jose da Coroa Grande? PE. **REVISTA FEMINISMOS**, v. 5, p. 53-66, 2017.



AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Rosa Maria de Aquino

Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)

Mestrado em Antropologia e doutorado em Antropologia

Pós-doutorado em Antropologia

Professora associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco

Departamento de Ciências Sociais

E-mail: rosaquino@gmail.com

RESUMO

Este artigo condensa resultados de diferentes pesquisas cujo cerne foi o de identificar manifestações de intolerância no seio de diferentes vieses religiosos. As pesquisas, de caráter qualitativo, foram construídas com o método etnográfico e a observação participante, antecedidas de consultas bibliográficas e apropriações teóricas que dialogaram com a realidade com que se confrontaram. Nas experiências aqui reportadas a intolerância predomina, mas uma experiência de tolerância se destaca.

Palavras-chave: Religiosidade; Intolerância; Tolerância.

SOCIAL SCIENCES AND RELIGIOUS INTOLERANCE

ABSTRACT

This article summarize the results of different researches whose focus was to identify manifestations of intolerance within different religious biases. The researches, of qualitative character, were constructed with the ethnographic method and the participant observation, preceded by bibliographical inquiries and theoretical appropriations that dialogued with the confronted reality. The intolerance predominates in the experiences reported here, but an experience of tolerance stands out.

Keywords: Religiosity; Intolerance; Tolerance.

Introdução

As Ciências Sociais, a partir das suas diferentes abordagens, têm se dedicado a interpretar e clarificar o entendimento das relações sociais advindas da adesão às crenças religiosas. Neste texto sigo o caminho antropológico e busco o diálogo da



religião, um dos primeiros temas estudados pela Antropologia, com questões vinculadas à intolerância, mas também à tolerância. Aliás, não é de agora que Geertz (2001, p. 153) já chamava atenção para o fato de que “Em quase todos os lugares [...], vemos concepções de cunho religioso sobre o que é tudo, sempre e em toda parte, sendo impelidas para o centro da atenção cultural”.

Esta afirmação assume maior significado no momento atual da sociedade brasileira, quando muito do que se identifica como religioso anda de braços dados com a intolerância e segue em várias direções. Uma dessas direções é a política, com maior participação de evangélicos e de católicos conservadores ou ultraconservadores, acompanhados em menor proporção por adeptos de outros vieses religiosos. Embora não seja objetivo deste trabalho, registro de modo subjacente sinais de surgimento da intolerância no meio religioso tendo como alvo a política e alguns políticos. Na verdade, o objetivo primordial deste artigo fica por conta da exposição e da análise de manifestações de intolerância entre atores sociais vinculados a diferentes tendências religiosas e, em paralelo, da apresentação de uma experiência de tolerância.

Do ponto de vista metodológico utilizei a pesquisa qualitativa de caráter etnográfico acompanhada da observação direta e observação participante, no trilha de um arcabouço teórico disponível para o tema em lide. Esse caminho me levou a imergir no campo de estudo de modo mais direto e com maior proximidade com meus interlocutores.

Trago, pois, uma reflexão sobre parte dos resultados de três pesquisas realizadas em diferentes tempos e espaços, tendo como eixo central a captação e a análise das manifestações de intolerância com gênese na opção religiosa dos atores sociais. O trajeto de uma das pesquisas, em 2014, se deu em três grandes eventos públicos religiosos: a 8ª Caminhada dos Terreiros de Pernambuco, a Marcha para Jesus e a “Festa do Morro”, na sua 110ª edição, no Dia de Nossa Senhora da Conceição. As



mesmas perguntas se repetiram no roteiro de entrevista utilizado nesses eventos. A outra pesquisa realizou-se, em 2019, na 13ª Caminhada dos Terreiros de Pernambuco. Tomei por base o roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de 2014, mas inseri outras dimensões relativas ao tema central. A terceira pesquisa, antecedeu as duas anteriores e realizou-se entre 2012 e 2014. Por meio do uso intensivo da observação participante, desenvolvi estudos no Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) para compreender a presença de diferentes tendências religiosas no mesmo espaço físico, sem que houvessem manifestações de intolerâncias recíprocas, se constituindo assim um caso de práticas de tolerância religiosa. Todos esses estudos tiveram como palco a cidade do Recife (PE).

Os resultados das pesquisas colocam em evidência que as religiões de matriz afro-brasileiras e seus adeptos são preferencialmente vítimas da intolerância, principalmente originadas das vertentes evangélicas pentecostais. A católica não sofre praticamente preconceito, o que não surpreende, pois apesar do seu declínio numérico nas últimas décadas, pressionada pelo crescimento do viés evangélico, continua sendo hegemônica no Brasil. Na experiência de tolerância, no NEIMFA, os rituais de budismo, catolicismo, jurema e espiritismo se alternam no mesmo espaço físico e proporcionam a participação das mesmas pessoas, por opção de cada uma. Tal vivência pode se constituir na busca e no encontro de novas rotas para a construção da tolerância. Não se pode ignorar, contudo, que estas são religiões não exclusivistas, em particular o budismo, a jurema e o espiritismo.

Esses resultados mostram o quanto é oportuno a Academia debruçar-se sobre esse tema, mormente quando a sociedade brasileira vive um momento em que as relações de intolerância fervilham, com intensa participação de religiões e de religiosos. Há de fato, uma necessidade premente de reflexões, em estreito diálogo com a realidade, por meio sobretudo de pesquisas empíricas que descortinem os fatos e os



analise à luz dos arcabouços teóricos para uma melhor compreensão do que se passa na sociedade. Pela importância, pois, que a intolerância tem para este texto, permito-me relatar um protesto reivindicatório que teve lugar durante um evento evangélico, a Marcha para Jesus.

2. Sinais de intolerância

Em 2014, na cidade do Recife (PE), durante a Marcha para Jesus (ANJOS, 2019)¹, na avenida à beira-mar da praia de Boa Viagem, evangélicos reunidos à parte, destacando-se da Marcha, muitos com a camisa que identifica a seleção brasileira de futebol, e liderados por um jovem Pastor da Igreja Presbiteriana do Cabo, tornavam visíveis suas reivindicações, sem preocupação alguma se seu *modus operandi* negava o amor, a solidariedade ou a compreensão, lições amplamente abraçadas pelo cristianismo. Com frases e posturas agressivas, portavam cartazes e gritavam: “Fora Dilma” (IMPEACHMENT..., 2016)², “Fora comunistas”, “Não ao Fórum de São Paulo” (VOCÊ..., 2014)³, “Não ao aborto” etc., enquanto os trios elétricos se alternavam com seus “dançarinos e cantores para Jesus”, como faziam questão de identificar.

Na camisa de alguns participantes, junto com a pergunta “Você tem tempo para Jesus?”, já se via discretamente uma espécie de selo, que mais tarde apareceria mais

¹ Evento público organizado pela Igreja Renascer em Cristo, desde 1993, liderado pelo Bispo Estevam Hernandes e por sua esposa Bispa Sônia Hernandes.

² Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidenta brasileira e que sofreu impeachment em 2016.

³ “É um fórum de debates que discute as alternativas à visão neoliberal da economia e da política. Esses grupos e partidos de esquerda trocam experiências e conhecimento a respeito de como construir políticas sociais”.



ostensivamente nas manifestações de rua para derrubar a presidenta da República: uma mão com apenas quatro dedos que simbolizaria o banimento da política de um ex-presidente, ex-metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva (gestões de 2002-2010), que perdera um dedo enquanto trabalhava como operário (AQUINO, 2014).

Naquele momento, tais bandeiras pareciam extemporâneas, sem harmonia com a Marcha, mas ali já se delineava a postura assumida por grande parte do universo evangélico brasileiro, ao ser identificado como um dos mais efusivos eleitores e seguidores do Presidente da República, cuja gestão teve início em 2019. A semente da dissensão já pairava naquele momento sobre aqueles integrantes da Marcha, enquanto o que pregavam estendeu-se até os dias de hoje, na exibição de poder, influência e interferência nos destinos da sociedade brasileira, utilizando diversos meios.

Um caso emblemático de exposição desse poder é o processo de indicação do titular do Ministério da Educação (MEC), amplamente divulgado pela mídia. O primeiro a ser convidado, Mozart Neves Ramos, aceitou o convite, ainda em novembro de 2018, período de transição de governo, mas por reação de evangélicos ao seu nome, acabou sendo desconvidado pelo Presidente da República e substituído por Ricardo Vélez Rodrigues (RAMALHOSO, 2019). Depois de Rodriguez, assumiu Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, substituído por Carlos Alberto Decotelli, evangélico batista, que pediu demissão antes mesmo de ser empossado, pela repercussão das falhas identificadas no seu Curriculum Lattes (CARLOS... (2020). Sua gestão durou 5 dias (SOARES; CAFARDO; LINDNER, 2020). Em um ano e meio de gestão do atual governo, o 4º Ministro assume a pasta. Trata-se do Pastor presbiteriano e professor Milton Ribeiro, para gáudio de evangélicos conservadores ou ultraconservadores. Não se trata de ser ou não ser um Ministro evangélico ou de qualquer outra tendência religiosa, mas de como gerir um Ministério de tamanha importância para o país, laico por definição constitucional, pressionado pelos valores



defendidos pelo conservadorismo religioso. Geertz (2001, p. 155) sinaliza que o “O mundo não funciona apenas com crenças. Mas dificilmente consegue funcionar sem elas”.

O relato deste caso torna evidente relações que cada vez mais tomam corpo na convivência da religião com a política e como a primeira tem exercido seu poder de pressão, tendo por mensageiros políticos evangélicos ou evangélicos políticos, estes últimos representados por Pastores midiáticos-empresários, mas também pela ala conservadora da igreja católica, como ilustra a reportagem da Revista Forum (TVs..., 2020), valendo-se, inclusive, do uso intensivo das redes sociais, além das mídias de massa como a televisão.

3. Concretização do campo de estudo e trajetória metodológica

Como já posto na Introdução, as pesquisas sobre as quais faço as reflexões neste artigo foram realizadas de modo qualitativo, com um procedimento etnográfico e uso da observação direta e da observação participante, esta última com diferentes graduações.

Nas 8^a e 13^a Caminhadas dos Terreiros de Pernambuco, na Marcha para Jesus e no “Festa do Morro”, a inserção foi em um único dia, o da sua ocorrência, razão pela qual predominou a observação participante e a aplicação de um questionário sintético e idêntico para todos os eventos, com pequenos acréscimos de perguntas na 13^a Caminhada. Para este texto foram destacadas a adesão aos diferentes tipos de religião e as possíveis ocorrências de atos discriminatórios, dos quais os entrevistados foram vítimas. Nesses eventos contei com a participação, a título de aula prática, de discentes das turmas das disciplinas de “Teorias Antropológicas Clássicas” e de “Religião,



Sociedade e Cultura” ou de “Antropologia e Direitos Humanos”, mas também de discentes integrantes do Grupo de Estudos de Diversidade Religiosa e Intolerância (GEDRI), que coordeno, do curso Bacharelado de Ciências Sociais da UFRPE.

No que tange às Caminhadas dos Terreiros, são consideradas eventos de maior mobilização da tradição afro-brasileira e têm como objetivo principal combater a intolerância religiosa. Seguidores do Candomblé, da Umbanda e da Jurema, além de apoiadores, admiradores e mesmo curiosos se movimentam para juntos lutar contra qualquer tipo de discriminação. As Caminhadas dão visibilidade aos povos de terreiros, constituem-se em instrumentos de legitimação e de busca da aceitação de suas crenças em uma sociedade de maioria cristã, muitas vezes avessa às religiões de matriz afro-brasileira. Seus participantes ocupam as ruas centrais do Recife e realizam alguns dos seus rituais demonstrando alegria, fervor e, o que mais chama a atenção, pertencimento (AQUINO, 2012). Nossa atuação se deu na 8ª Caminhada, em 04 de novembro de 2014 e na 13ª Caminhada, em 01 de novembro de 2019.

Importante considerar que esses eventos têm também efeito político ao assumirem publicamente sua identidade religiosa, saírem da invisibilidade, da marginalidade e, assim, ocuparem seu próprio espaço na sociedade, mas também darem início às comemorações da Consciência Negra. Fica clara também essa postura política, ao ser escolhido um tema a cada ano. Em 2019, “Mexeu com um mexeu com todos”, tema muito oportuno para o momento político do país. Para a mãe de santo Roxi de Ogum (RIBEIRO, 2019), as Caminhadas se constituem em formas de lutar contra o preconceito e de alcançar o direito do exercício da sua fé. Em suas palavras:

A importância da caminhada é muito grande, porque temos que lutar por aquilo que é nosso. Estamos saindo na rua, dando a cara à tapa, para ver se vencemos os preconceitos. Queremos que nos deixem trabalhar em paz, viver, que a gente abra nosso candomblé e não tenha essa guerra.

Aquino (2012) assinala que esse esforço de tornar visíveis e aceitos pela sociedade os adeptos dessas religiões, já tinha sido expresso pela Coordenadora



Religiosa da 5ª Caminhada, em novembro de 2011, que por meio de declarações dadas a um jornal local afirmou: - *Queremos mostrar que vivemos em um país laico. Através dessa Caminhada, desejamos que a população nos conheça.* São depoimentos que caminham na direção de neutralizar preconceitos, não como concessão, mas pelo exercício do direito de viverem em país laico por definição constitucional.

A Marcha para Jesus surge como evento cristão interdenominacional em 1987, em Londres, com o objetivo de levar a igreja às ruas. Espalhou-se pelo Reino Unido e em 1998 reuniu 10 milhões de pessoas simultaneamente em mais de 30 países. A primeira edição no Brasil aconteceu em 1993, em São Paulo. A Marcha em que realizei a pesquisa aconteceu em 15 de novembro de 2014, na avenida à beira-mar, na praia de Boa Viagem (Recife-PE). Recheada de trios elétricos, “Trio Surf”, “Trio Maranhá”, “Ministério Semear”, “Nação Surf” (este era o preferido da multidão) que, entre outros, desfilavam conduzindo cantores e conjuntos musicais espalhando altos níveis de decibéis. Cada Trio tinha seu público em torno do veículo que, enquanto se deslocava, ostentava propagandas de Faculdades privadas, de estúdios etc. O público, hegemonicamente jovem com muitos adolescentes, dançava e cantava freneticamente, executando simétricas e cadenciadas coreografias. Alguns dançavam sensualmente outros desajeitadamente, sem ritmo algum. Exceto pela aparente ausência de bebida alcoólica (o que mais se vendia era água mineral) e roupas não necessariamente sensuais, em nada ficava a dever em animação e participação aos carnavais que se utilizam de Trios elétricos. Pequenos grupos se identificavam pelas cores e frases na camisa que usavam, a exemplo de “Loucos por alma”, “Jesus te ama”. Os cânticos exaltavam temas bíblicos “igual Davi dançou eu também quero dançar...”, “Formosos são os pés dos que anunciam...”

Por seu turno, em 08 de dezembro de 2014, participei da 110ª edição da “Festa do Morro”, como é mais conhecida a festa de Nossa Senhora da Conceição. Registro a



presença de muitas pessoas que foram fazer agradecimentos por uma hierofania que testemunharam em algum momento de sua vida, valendo-se de rituais. Assim, atos banais como vestir azul e branco, carregar um tijolo na cabeça, andar de costas, ficar de joelhos assumiam a conotação da passagem do estado profano para o sagrado, em busca do “centro do mundo” a que se refere Eliade (1992), naquele momento representado pela igreja, local das missas, onde está próxima a imagem da santa, local em que cada pessoa pode entregar as suas oferendas. A dicotomia profano/sagrado está muito presente naquele evento. Ao lado das demonstrações de fé, pagamento de promessas, entrega de ex-votos, funcionam normalmente os bares e a venda de bebida alcoólica, além de intenso comércio de produtos considerados religiosos.

O Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), onde identifiquei o caso de tolerância religiosa, localiza-se no bairro do Coque (Recife-PE), sobre o qual pesa o estigma da pobreza e do alto índice de violência. Dista 2,5km do centro do Recife e nas suas proximidades estão prédios residenciais de uma classe média em ascensão, o Polo Médico Recife, o Hospital da Associação da Criança Deficiente (AACD), além do luxuoso prédio do Fórum Jurídico Desembargador Rodolfo Aureliano.

O NEIMFA tem uma proposta de transformação da sociedade por meio da construção da paz. Para isso desenvolve, numa perspectiva holística, projetos sociais, atividades educacionais e disponibiliza rituais de diferentes tendências religiosas, numa tentativa de preparar os seres humanos para a inclusão social sem desprezar a espiritualidade, não necessariamente a religiosidade, que os líderes fazem questão de estabelecer a diferença. Os rituais da jurema, do budismo, do catolicismo, do espiritismo, alternam-se sistematicamente e os adeptos participam de quantos quiserem sem a preocupação de se filiar unicamente a um. Não há exclusivismos. A estética dos rituais se modifica de acordo com suas peculiaridades simbólicas e com a



necessidade de layout adequado para acomodar as pessoas na sua dinâmica. O processo metodológico utilizado foi de intensa observação direta nos rituais e alguma observação participante, quando instada em momentos específicos, além do uso de entrevistas semiestruturadas.

4. A intolerância como *modus vivendi*

Resultante de pensamentos que se consolidam em comportamentos conscientes ou não, a intolerância se manifesta inevitavelmente em detrimento do outro. Sua construção trilha por vários caminhos e nasce de diferentes motivações. Mesmo que não remeta seu pensamento diretamente à intolerância, Lévi-Strauss (2008) nos oferece algumas pistas para compreender a recusa que o ser humano sente pelo que não conhece, pelo que é diferente, pelo que não o identifica do ponto de vista cultural, moral, religioso, social, estético. Nas palavras do autor (p. 4):

A atitude mais antiga e que repousa, sem dúvida, sobre fundamentos psicológicos sólidos, pois que tende a reaparecer em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. “Costumes de selvagem”, “isso não é nosso”, “não deveríamos permitir isso”, etc., um sem número de reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhas. Recusa-se, tanto num como noutro caso, a admitir a própria diversidade cultural, preferindo repetir da cultura tudo o que esteja conforme à norma sob a qual se vive.

O que seria essa atitude de repúdio quando se trata de religião? Cosmovisão diferente? *Ethos* estranho? E como repercute nas relações sociais? O autor responde no mesmo texto. Sim, a recusa diante de modos de crer, de pensar desconhecidos, dá a sensação de que se está fora do contexto, de não pertencimento. O autor lembra, contudo, que qualquer que seja o caso há o confronto com a diversidade cultural. Neste artigo, a religiosa, e que diante do desconhecido ou do diferente, a reação pode emergir



até de modo violento, sem clareza de como se comportar e sem entender o comportamento do outro. Penso, então, que a recusa pode atingir as raias da intolerância, a qual pontifica nas sociedades em diferentes estágios.

Aproprio-me, então, da ideia da intolerância como um ato de negação total do outro para uma melhor compreensão de como ela atua no cotidiano das sociedades e de como explico os resultados das pesquisas que dão origem a este artigo. Diz Hérítier (2000, p. 25): “No fundo, é preciso negar o Outro como verdadeiro humano para poder excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo, e até mesmo negar-lhe uma ‘sobrevida’ *post mortem*”. O propósito de anular o outro se depreende do Relatório sobre Intolerância Religiosa no Brasil - RIVIR (2011-2015) – Resultados Preliminares (MINISTÉRIO DAS..., 2016) bem como das informações resultantes das pesquisas aqui analisadas.

Produzido pelo então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, o RIVIR apresenta dados fundamentais para nossa reflexão ao responder perguntas como: Quais são as religiões mais perseguidas no Brasil? Qual a religião predominante das vítimas de intolerância religiosa? Qual a religião mais recorrente dos agressores? À primeira pergunta desvenda-se este cenário:

Tabela 1 – Religiões mais perseguidas no Brasil (2011-2015)

RELIGIÃO	%
De origem africana (umbanda, candomblé etc.)	27



Evangélica	16
Católica	8

Fonte: MINISTÉRIO DAS... (2016)

As informações acima concentram-se na perseguição sofrida pelas religiões, porém não necessariamente pelos seus seguidores. Assim, tornam claro que as religiões de matriz afro-brasileira ocupam o primeiro lugar e respondem por 27% dos alvos, objetos dos atos persecutórios e, portanto, da intolerância religiosa praticada pela sociedade brasileira.

Entre outros autores que pesquisam o tema intolerância religiosa, destaco Silva (2010, p. 10) para ajudar na compreensão de como se dão os atos de intolerância contra as religiões de origem afro-brasileira. O autor identifica a partir de dados coletados por meio da imprensa, mas também na literatura acadêmica:

- 1) ataques feitos no âmbito dos cultos das igrejas neopentecostais e em seus meios de divulgação e proselitismo;
- 2) agressões físicas *in loco* contra terreiros e seus membros;
- 3) ataques às cerimônias religiosas afro-brasileiras realizadas em locais públicos ou aos símbolos dessas religiões existentes em tais espaços;
- 4) ataques a outros símbolos da herança africana no Brasil que tenham alguma relação com as religiões afro-brasileiras;
- 5) ataques decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos...

Em diálogo mais próximo com as pesquisas por mim realizadas, as informações abaixo respondem ao questionamento da religião predominante das pessoas, vítimas de intolerância. Tais respostas convergem para a religião mais perseguida, ou seja, religião e pessoas vitimadas coincidem, ambas se constituem ou se vinculam à de matriz afro-brasileira. Esta constatação pode parecer tautológica, mas a divergência poderia se constituir em uma possibilidade.

Tabela 2 – Religião das vítimas relatada pela imprensa escrita (2011-2015)



RELIGIÃO	%
Matriz africana	53
Católica	9
Evangélica	8
Islâmica	4
Espírita	2
Outras	15
Sem informação	9

Fonte: MINISTÉRIO DAS... (2016)

Corroboram estas informações a pesquisa realizada, em 2014, na 8ª Caminhada dos Terreiros de Pernambuco, onde 41% admitiram ser discriminados pelo exercício de sua religião de matriz afro-brasileira. Destes, 54% sofreram agressões verbais e 6% agressões verbais e físicas. Uma das pessoas chegou mesmo a ser expulsa de sua casa e outra sofreu discriminação apenas por usar indumentária semelhante ao chamado povo de santo.

Na Marcha para Jesus, um dos *lócus* da pesquisa em 2014, 82% disseram que nunca sofreram espécie alguma de discriminação, enquanto 19% informaram que sofreram agressões verbais ou pelas redes sociais. De todo modo vale chamar a atenção para o segundo lugar ocupado pela religião evangélica, como alvo de perseguição no Brasil, conforme revela a **Tabela 1**. A religião católica aparece ocupando a terceira posição de religião perseguida, embora bem distante dos 27% (de 8% para 27%) que atingem as de origem afro-brasileira, e representando apenas a metade da evangélica (8% de 16%).

Ainda na pesquisa realizada, em 2014, na “Festa do Morro”, 83% não registraram restrição alguma por pertencerem à igreja católica, contra 10% que



informaram ter sofrido agressão verbal ou descaso pelo exercício de sua crença. Mesmo que sejam apenas 10% que passaram por processo discriminatório, surpreende, pela sua posição hegemônica – e a hegemonia tem poder –, apesar da sua decadência numérica.

Na 13ª Caminhada dos Terreiros de Pernambuco, em 2019, do universo entrevistado, 48% eram adeptos das religiões de matriz afro-brasileira (Candomblé, Umbanda ou Jurema) e foram unânimes em admitir terem sofrido discriminação, agressão verbal ou agressão física pelo seu pertencimento. Outros não pertencentes a essa matriz completaram o universo de interlocutores: 15% católicos, 7% evangélicos e 7% de espíritas. O grupo de católicos não registrou ser vítima de qualquer atitude de restrição; metade do grupo evangélico sofreu agressão verbal; os espíritas sofreram discriminação e agressão verbal.

Importante registrar que as entrevistas foram realizadas nos respectivos *habitat* das religiões: Caminhada dos Terreiros/matriz afro-brasileira, Marcha para Jesus/evangélica e “Festa do Morro”/católica, onde a maioria de cada grupo desfrutava do seu lugar privilegiado de pertença ao lado dos seus pares. Caso as pesquisas tivessem se realizado em lugares diferentes, poderiam – hipótese a ser testada em outra ocasião – ter resultados diversos.

Quando se trata de identificar a origem religiosa dos que cometem intolerâncias com práticas de agressões, os oriundos da crença evangélica são de longe os mais recorrentes. Correspondem a 27%, seguidos com muita distância pelos 5% de adeptos do catolicismo, conforme abaixo.



Tabela 3 – Religião dos agressores relatada pela imprensa escrita (2011-2015)

RELIGIÃO	%
Evangélica	27
Católica	5
Outras	2
Ateu	1
Sem informação	65

Fonte: MINISTÉRIO DAS... (2016)

A informação que aqui reproduzo mostra que a instalação de um instrumento para que se fizessem registros inclusive de agressões de origem religiosa, o Disque 100, foi fundamental para que houvesse o aumento de utilização e denúncia, com segurança, resultando no aumento de casos registrados, como informa Vieira (2018): *“O número de denúncias de discriminação religiosa contra adeptos de religiões de matriz africana no Brasil feitas pelo Disque 100, serviço de atendimento 24 horas do Ministério de Direitos Humanos, aumentou 7,5% em 2018”*.

Silva (2007, p. 10) confirma que “Os casos de intolerância, antes apenas episódicos e sem grandes repercussões, hoje se avolumaram e saíram da esfera das relações cotidianas menos visíveis para ganhar visibilidade pública...”. As políticas públicas, acompanhadas de instrumentos de ordem prática e segura são, portanto, indispensáveis para minimizar, ou no mínimo identificar, os comportamentos intolerantes que grassam na sociedade.

Para Eller (2018, p. 318), dois aspectos importantes devem ser considerados para que se desenvolva um processo de intolerância: a religião, ao criar uma comunidade de crentes, cria também uma de não crentes que, desse modo, se constitui um “nós-contra-eles”. E que, sobretudo, as de “pretensões universais, totalísticas e absolutas de



verdade e moralidade – são as mais propensas à intolerância e ao conflito com base na religião. Entre estas estão as religiões translocais”. É o caso do cristianismo. Mas não é o caso das tradições religiosas presentes no NEIMFA, que trato a seguir.

4. Uma experiência de tolerância religiosa

Pensar em tolerar como respeitar, conceder, aceitar, consentir, suportar não traduz bem o que quero trazer nessa experiência de tolerância religiosa. Por isso faço coro com a ideia de que tolerar significa aceitar o Outro como humano, ou mais precisamente nas palavras de Hérítier (2000, p. 27): é “...aceitar a ideia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direitos, *mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens*”. E é nessa dimensão que compartilho uma experiência cuja tolerância religiosa cose o tecido social nas suas peculiaridades e diversidades.

O Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA) tem uma proposta transformadora permeada de esperança e de inclusão social. Mesmo sob as condições adversas em que vive a comunidade do Coque, bairro em Recife (PE), há a convicção de que a mudança é possível. Mudança de olhar, de atitude, que leva a sair daquela situação de violência, de pobreza, de difícil inserção na sociedade. Essa possibilidade está condicionada à mudança na educação, instituição social capaz de disseminar ideologias e que tem um papel importante nas mudanças individuais e, principalmente, coletivas.

Propõe, então, que as pessoas tenham um crescimento integral, e assim possam se desenvolver sob as perspectivas intelectual (inclusa a profissional), social, mas também espiritual. Esta última não está necessariamente ligada às religiões institucionalizadas, mas à espiritualidade. E na visão de um dos meus interlocutores,



neste ponto está o diferencial: uma vez dado o suporte cognitivo, social e espiritual reduzem-se os índices de violência, favorece-se o crescimento individual e coletivo e, por consequência, dissemina-se uma cultura de paz. O resultado, na sua concepção, é um sujeito mais humano, mais solidário, mais responsável por si mesmo e pelo outro. Penso, no entanto, que isto não se dá de modo preciso e matemático, embora reconheça que frutos já se colhem, pois vários jovens que tiveram sua formação no NEIMFA hoje são estudantes universitários ou profissionais em diversas áreas.

Um dos caminhos, então, que esse Núcleo trilha, a fim de contribuir para a mudança naquela comunidade, é disponibilizando atividades transformadoras de inclusão tendo como instrumentos os projetos sociais, viabilizados pelos Núcleos de: Direitos Humanos e Cultura de Paz; Educação e Cidadania; Gênero e Saúde; Arte e Cultura; Articulação Comunitária. O outro caminho inclui os grupos de práticas religiosas, foco principal do meu trabalho. Esses grupos dão oportunidade aos seus frequentadores de participar de rituais de diferentes tendências religiosas, entre os quais se incluem o budismo, o catolicismo, o espiritismo, a jurema. O clímax desses rituais é a roda de cura para onde convergem todas as tendências religiosas. As pessoas são livres para participar dos diferentes rituais ali postos à sua disposição. A pesquisa limitou seu foco na análise dos rituais, pela sua importância para o indivíduo e para a coletividade, e suas repercussões entre os participantes.

De fato, por meio dos ritos as crenças se consolidam (DURKHEIM, 1996) e faz-se a passagem do profano para o sagrado, dada a incompatibilidade dos dois mundos (GENNEP, 2011). Além do mais os ritos contribuem para o fortalecimento dos vínculos sociais entre os participantes (*ibid* 2011, p. 45), o que parece evidente, pois as pessoas se reúnem para uma atividade em que às crenças se misturam os sentimentos e as emoções individuais, mas também coletivas.



As tradições religiosas presentes no NEIMFA se apresentam de forma ressignificada, ou seja, elas não seguem todas as regras das religiões que lhes originaram. A preocupação principal no exercício dessas crenças é que não sejam apenas uma religião, mas que a espiritualidade seja o que mais importa para a composição do ser humano. Tanto é que, embora o catolicismo, o budismo, o espiritismo, a jurema se constituam diferentes tendências religiosas, o exercício ritualístico independe da presença de um líder tradicional, a exemplo de um Padre no ritual católico. Por outro lado, vivenciar uma ou mais tendências religiosas, por opção e não por imposição familiar ou por tradição, participar de uma e de outra, e não necessariamente de uma ou de outra pode contribuir para negar o “nós-contra-eles” abordado por Eller (2018), com respeito às pretensões universais das grandes religiões.

As tradições religiosas ofertadas pelo NEIMFA se apresentam com alguns aspectos em comum: o não exclusivismo do budismo, do espiritismo e da jurema, o caráter popular do catolicismo, a convergência de todas as tendências para a roda de cura e o transe que permeia aquelas práticas. Na verdade, todos têm liberdade de participar das várias tradições. Contudo a tendência é que se identifiquem mais com uma tradição do que com outra. E se alguma pessoa tem sua religião definida, ainda assim participa (ou pode participar) das diversas práticas.

Os depoimentos colhidos deixam claro que se retira de cada tradição religiosa o que ela pode oferecer tanto do ponto de vista da espiritualidade quanto pelo lado prático. Há a busca não somente da cura individual, mas também do momento de participação coletiva. Embora os projetos sociais se constituam um atrativo para as pessoas frequentarem o NEIMFA e obterem ajuda no sentido de se inserirem na sociedade, a orientação que predomina é que as atividades desses projetos incorporem uma visão educativa e humana, mas sem omitir a espiritualidade, num esforço de não dissociar o pensamento da ação.



O NEIMFA, com todas as precariedades ou conflitos que possam existir, característicos da condição humana, constitui-se em um exemplo prático de tolerância, que não se confunde com o ato de suportar o Outro, mas de aceitar o Outro como humano, por meio de uma constante aprendizagem, além de garantir a liberdade para as minorias, como assinala Cotler: “A liberdade de culto, em todas as suas formas, é assegurada a todos os indivíduos, mas a experiência demonstrou que os que mais necessitam dela são os membros das minorias religiosas”. Tudo isso na perspectiva do construto social que pode levar tanto à intolerância quanto à tolerância. No caso do NEIMFA, à tolerância.

5. Considerações finais

A intolerância, inclusive a religiosa, se impõe de modo incisivo, pois a recusa do outro pode vir acompanhada do seu banimento, da sua destruição, da sua extinção (HÉRITIER, 2000). A ação moldada por esse sentimento se faz num processo de construção do indivíduo ou do grupo social, de modo inconsciente, mas muitas vezes com toda a consciência para que determinado objetivo que favorece uma pessoa ou um grupo seja alcançado. Os atos de discriminação por uso de vestes, por agressão verbal e física aqui registrados, longe de serem um mero estranhamento etnocêntrico, podem também ser o modo de dizer que se o outro não é igual a mim não precisa existir.

Por outro lado, comento aqui as motivações religiosas que os levam a ser como são no exercício público da sua fé, cujos cenários são as Caminhadas, a Marcha, o Morro e o que esses eventos significam para suas vidas. Eles têm em comum o fato de serem religiosos, mas divergem pelas maneiras como estão moldados pelas peculiaridades de suas religiões.



Os adeptos do catolicismo, do patamar do privilégio da hegemonia, portanto, sem preocupações de serem aceitos ou não no seio da sociedade, participam do evento, a “Festa do Morro” para manter a tradição, para agradecer e cumprir promessas por graças e curas alcançadas, pedir benção, demonstrar fé e buscar o fortalecimento espiritual. Muitos conduzem peças que simbolicamente reproduzem a razão da gratidão, como exemplo, a miniatura de casa na cabeça por ter conseguido adquirir uma casa. Os registros que tive de serem vítimas de intolerância foram insignificantes, mas já despontam em segundo lugar, como agressores às religiões de matriz afro-brasileira.

Os participantes da Marcha para Jesus, com o ânimo da ascensão numérica e, portanto, com maior visibilidade e inserção nos diversos espaços da sociedade, enfatizam presença na rua como meio de evangelização, de reunir diferentes denominações, de conquistar as pessoas para o evangelho por meio dos louvores e da adoração, mas também de se divertir. Interessante notar que, apesar da adesão ao expressar-se de “corpo e alma”, houve alguns participantes que fizeram restrição ao que consideraram “músicas e danças semelhantes a manifestações mundanas” ou que “o verdadeiro evangelho não é esse show”. Mesmo com essas observações essas pessoas estavam lá. O protótipo do protestante sóbrio, discreto, que pratica a “ascese intramundana” de que trata Max Weber está bem distante da Marcha. Os evangélicos ocupam o segundo lugar como os grupos que recebem perseguição, mas o primeiro lugar entre os que mais agridem aos de origem afro-brasileira.

Quanto aos adeptos das religiões de matriz afro-brasileira, foco também dessas pesquisas, compreendem as Caminhadas de Terreiros como um momento de crescimento da sua fé, mas também de fazer reivindicações de ordem político-social, uma vez que as Caminhadas respondem também a um projeto político como anunciei linhas atrás. Daí a preocupação de seus integrantes de utilizá-las como foco de



resistência, de reafirmação da identidade religiosa, espaço de luta por visibilidade e pelo direito de exercer suas crenças pública e livremente, sem constrangimentos, com reconhecimento e respeito e, desse modo, vencer a intolerância. Reconhecem-nas, ainda, como lugar de expressão do que é belo, de confraternização, de busca da paz, de transmissão da ancestralidade (há o cuidado na Caminhada, por exemplo, de separar um veículo que possa conduzir os mais velhos que não têm condição de fazer o percurso a pé, como forma de respeito e inclusão), de promover o encontro do povo de santo e da união dos Terreiros, valorizando assim, a paixão e a fé pela religião que professam.

Demonstram ainda a preocupação de desvincular sua religião da pecha demoníaca, impingida principalmente por evangélicos pentecostais que nas suas prédicas atacam fortemente o panteão afro-brasileiro. Por meio dos rituais que se desenrolam nas Caminhadas, tais religiões tornam-se mais visíveis e, para meus interlocutores, reforçam a chamada cultura negra. Sem dúvida essas religiões e seus adeptos são os mais agredidos, como discuti neste texto, mas não se pode omitir que, associada a sua opção religiosa, se constituem em grande parte de pessoas com menor ascensão social e que trazem a marca da escravidão no corpo, a cor.

A esperança da tolerância religiosa se consolida na experiência do NEIMFA, onde as diversas tendências – budismo, catolicismo, jurema e espiritismo – se encontram sem exclusivismos, mesmo que mantenham as individualidades ritualísticas, os símbolos peculiares e o espaço físico preparado especialmente para atender exigências específicas. O mesmo espaço se transforma cotidianamente para assumir a identidade da tendência religiosa que o utiliza naquele momento ou para as atividades dos projetos sociais. Mas não há preocupação de manter a pureza da origem daquela religião, pois às vezes há símbolos de uma presente no ritual da outra. Os rituais são, portanto, momentos de encontro da coletividade. A mesma pessoa pode



circular por todos, que funcionam em dias e horários diferentes. O ápice do encontro coletivo está na Roda de Cura, ocasião em que todos, não importa sua preferência religiosa, participam. E a cada Roda há uma tendência religiosa mais contemplada.

A experiência do NEIMFA mostra que o investimento no ser humano na sua integralidade faz todo sentido. E a tolerância religiosa ali encontrada, é justificada pelas similitudes, em alguns aspectos, das tendências religiosas praticadas. O transe permeia todos os rituais. Não são religiões exclusivistas e não estão entre as de “pretensões universais, totalísticas e absolutas de verdade e moralidade...” (ELLER, 2018, p. 318). Tais convergências desestimulam o “nós-contra-eles” sinalizado pelo mesmo autor (*ibid*) e podem contribuir para a assimilação de uma identidade múltipla.

Recebido em 20 de julho de 2020.

Aprovado em 25 de outubro de 2020.



Referências

ANJOS, Simony dos. Porque a Marcha para Jesus é um trunfo na política brasileira? **Justificando**. 2019. Disponível em:

<https://www.justificando.com/2019/06/21/porque-a-marcha-para-jesus-e-um-trunfo-na-politica-brasileira/> Acesso em 16jul.2020

AQUINO, Rosa Maria de. **Liberdade, caminhada, festa**: sinais de tolerância religiosa. 28ª RBA. PUC. São Paulo, SP: 2012.

AQUINO, Rosa Maria de. **DIÁRIO DE CAMPO MARCHA PARA JESUS**. 2014.

CARLOS DECOTELLI DEIXA MEC APÓS POLÊMICA SOBRE FALSIDADES EM CURRÍCULO. **FolhaGospel**. 2020. Disponível em:

<https://folhagospel.com/carlos-decotelli-deixa-mec-apos-polemica-sobre-falsidades-em-curriculo/> Acesso em 16jul.2020

COTLER, Irwin. Religião, intolerância e cidadania: rumo a uma cultura mundial dos direitos do homem. In **Foro Internacional sobre Intolerância**. 1997: Paris, França. A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997 / Academia. Universal das culturas; publicação sob a direção de Françoise Barret-Ducrocq; tradução Eloá Jacobina – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 60-73.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

ELLER, Jack David. **Introdução à antropologia da religião**. Trad. Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GENEPP, Arnold van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da parta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.; trad. Mariano Ferreira; apres. Roberto da Matta. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. trad. Vera Ribeiro. rev.téc. Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In Barret-Ducrocq, Françoise (dir.). **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de



1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997 / Academia Universal das Culturas; trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 24-27.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça em História**. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS. Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Costa Adad (org.). Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio ou Notícias de uma guerra nada particular. Os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. In SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.) **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, pp. 9-28.

IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF MARCA ANO DE 2016 NO CONGRESSO E NO BRASIL. **Senado Notícias**. 2016. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em 16jul.2020

RAMALHOSO, Wellington. Presidente precisa dar paz e autonomia para MEC funcionar, diz Mozart Neves. **UOL**. 2019. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/07/mec-ministerio-educacao-mozart-neves-bolsonaro-velez-olavo-carvalho.htm> Acesso em 16jul.2020

RIBEIRO, Apilly. Caminhada dos Terreiros pede respeito para seguidores de religiões de matriz africana no Recife. **G1 Pernambuco**. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/11/01/caminhada-dos-terreiros-pede-respeito-para-seguidores-de-religoes-de-matriz-africana-no-recife.ghtml>
Acesso em 16jul.2020.

SOARES, Jussara; CAFARDO, Renata; LINDNER, Julia. Bolsonaro aceita pedido de demissão de Decotelli: Ministro da Educação está com a imagem arranhada por causa de falhas em seu currículo. **Terra**, 2020. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/bolsonaro-aceita-pedido-de-demissao-de-decotelli,813a815a3508b5798ddea74035830e237y6mw5on.html> Acesso em 16jul.2020

TVs CATÓLICAS OFERECEM A BOLSONARO “MÍDIA POSITIVA” NA PANDEMIA EM TROCA DE MAIS VERBAS DA SECOM. 2020. **Forum**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/tvs-catolicas-oferecem-a-bolsonaro-midia-positiva-na-pandemia-em-troca-de-mais-verbos-da-secom/> Acesso em 07jun.2020



VIEIRA, Bárbara Muniz. Aumenta número de denúncias de discriminação contra adeptos de religiões de matriz africana em 2018. **DCM. G1 SP**. 2018. Disponível em:

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/aumenta-numero-de-denuncias-de-discriminacao-contradeptos-de-religoes-de-matriz-africana-em-2018/> Acesso em 21nov.2018

VOCÊ SABE O QUE É O FORO DE SÃO PAULO? **Carta Capital**. 2014. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/voce-sabe-o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-7773/> Acesso em 16jul.2010



ENTREVISTA

Edval Marinho de Araújo (Professor aposentado da UFRPE e membro da Comissão Pernambucana de Folclore)

Entrevista realizada pelo professor João Marais de Souza do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, por meio de live no canal do Youtube do departamento, nas comemorações do 30 anos das Ciências Sociais da UFRPE.

Professor João Morais: Por que Ciências Sociais?

A criação do primeiro curso ligado as ciências sociais na UFRPE deveram-se a exigência do MEC por manter o “status” de universidade dos cursos de veterinária e agronomia existentes, e evidente que eu vir a saber desse detalhe com o tempo de convivência com funcionários e professores dos referidos cursos. Quando do início do curso de “moral e cívica” o curso teve início no meio do ano de 1972, o ônibus da Rural apanhava os alunos em frente ao prédio dos correios da Guararapes trazendo-os de volta após as aulas depois das 22:00 horas. As aulas eram ministradas no prédio onde hoje se aloja pró reitoria de extensão e com o tempo foi migrado até ficar onde funcionaria a oficina próxima ao lixo, onde cresceu o DLCH e vizinho ao departamento de educação. Fica evidente não dava para saber da dinâmica da escola chegando na hora das aulas e saindo quando termino com o aumento do estudo dos semestres seguintes foi se formando uma maior convivência entre os alunos.

Professor João Morais: Quais os temas e problemas que o curso oferecia aos estudantes?



Os programas das disciplinas inicialmente versavam sobre português, matemática, introdução a sociologia, psicologia evoluindo para a didática e a pedagogia e disciplina ligada a apologia ao militarismo

Professor João Morais: Quando surgiu seu interesse pela cultura popular?

Inicialmente a cultura popular não fazia parte dos programas acadêmicos, provavelmente o meu conhecimento se relacionava com o lugar em que eu nasci e estudei até a quarta série o povoado do terceiro distrito de Camutanga do município de Itambé foi onde tomei conhecimento da cultura local ferreiros hoje cidade (5:40 min) era um assentamento ligado a cultura da cana de açúcar cercado por engenhos onde a violência passava despercebida pelos costume.

Professor João Morais: Qual a relevância desse tema?

Como a maioria dos nordestinos eu também fui para o rio de Janeiro par embarcar no cruzador Tamandaré da marinha do Brasil na escola de aprendiz em Olinda fiz o curso jurei a bandeira e partir cheio de esperança isso em 1957 embarcado observei que os oficiais eram do sul e do sudeste e os marinheiros eram nordestinos em sua maioria marinheiro não pudei casar usar roupas civil estudar fora a disciplina que em algumas ocasiões beirava o preconceito a maioria dos colegas eram oriundos das escolas de crianças abandonadas e estavam bem ajustados, porém alguns tinham famílias estruturadas tentavam estudar descobri que a revolta da chibata avia sido um movimento já no século 20 mais nas escolas ninguém falava disso na marinha fiz um curso de especialização na área de saúde fiz um curso de técnicas de ensino e outros treinamentos relacionados com a vida na marinha, o meu pai faleceu em 1966 e surgiu uma possibilidade de uma transferência para a escola de Olinda já que eu era habilitado para lecionar assumir as disciplinas de higiene e primeiro socorros



ai descobri que só avia estudado até a quarta serie já que a escola de Olinda não viajava aproveitei para estudar ai surgiu um curso noturno na Rural e eu tentei e lutei quando comecei um novo mundo um novo rumo quando comecei a ser mal visto até para alguns colegas, mas no local de trabalho os médicos dentistas o capelão e os colegas enfermeiros me davam o maior apoio na universidade eu estava muito bem

Professor João Morais: Por que cultura popular e comunicação social?

Na década de 60 em Pernambuco surgiu o movimento de cultura popular NCP hoje logo depois do golpe foi extinto e surgiu a jovem guarda como substituto do NCP concentrava o teatro popular, as manifestação populares e a alfabetização o rádio transistorizado foi uma verdadeira revolução mais a censura era violenta os trabalhadores foram expulsos dos sítios e o povoamento cresceu desordenado a violência acompanhava os fatores para as cidades deste movimento de cultura popular surgiu um movimento conhecido como armorial e dirigido por ariano Suassuna pode nos relatar a historia do museu da cultura popular a Rural era desprovida de equipamento relacionados com a cultura é tanto que se brincava que o livro raízes do brasil era catalogado no ramo da agronomia, o DLCH já agora estava envolvido com o projeto de pesquisa o movimento do folclore nacional localizado principalmente no Palácio do catete onde existia um museu já tinha projeção nacional a fundação nacional de artes a FUNARTE patrocinava projetos envolvendo a pró-memória e a OEA entre outras instituições na UNICAPE no curso de jornalismo foi criado a disciplina foto comunicação baseada na teoria de Luiz Beltrão eu já avia feito o curso de especialização de pesquisa folclórica e fui convidado para as férias do professor Roberto Benjamim que era coordenador do curso já agora de estudos sociais do DLCH e professor de jornalismo na referente UNICAPE o meu tempo na Católica



durou 1 ano houve uma reestruturação no conteúdo do curso de estudo Sociais e eu passei a lecionar folclore e artes Brasileiras o DLCH estava envolvendo em pesquisa de literatura oral música, folclóricas, danças e fogueiras na área física da universidade foi formado um grupo de teatro clássico sob a direção do professor doutor Marcos Camarote já existia um coral foi criado um cine clube foi observado que os atores alunos entraram no teatro santa Isabel pela primeira vez como atores o custo foi adquirido e coletado durante as pesquisas de campo.

Professor João Morais: De que forma a cultura popular entrou adentrou na formação acadêmica de alunos de graduação e pós graduação na Universidade Rural?

Como já foi dito o golpe extinguiu o movimento de cultura popular a jovem guarda e a bolsa nova investiu pesadamente através do rádio e televisão na anulação da cultura nacional e a ênfase era a segurança nacional era visível a necessidade de formar técnicos que soubesse se comunicar com os alunos que na sua maioria eram oriundos do campo e na cidade crescia o contingente de camponeses analfabetos e sem profissão trazendo uma bagagem de costumes e praticas culturais que não encontravam espaço pois estavam preenchidos pela cultura parcialmente o maracatu rural por exemplo era proibido de desfilar em Recife e até Liz Gonzaga entrou em declínio na educação o Brasil importou um pacote de educação americana que resultou na reação americana depois do lançamento do Sputnik no dia 4 de outubro de 1957 pela união soviética

Professor João Morais: Quais docentes estavam envolvidos nessa área de pesquisa? Quais os projetos que foram desenvolvidos na época?

A pesquisa no DLCH fazia parte também do departamento de educação, assim todos os professores estavam envolvidos de acordo com sua área de interesse não vou nominar porque é fácil praticar uma injustiça agora os projetos



desenvolvidos com mais ênfase foram os já citados literatura oral, música, artesanato e revitalização cultural entre outros



ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo de avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências. Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve(m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares. Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente



abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

1. título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
2. resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
3. palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme
4. **Norma 6028** da ABNT;
5. *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);
6. *keywords*;
7. introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
8. referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema:

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais>

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

Editor – Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

E-mail: revistacadernosocienciasociais@ufrpe.br



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
www.ufrpe.br

ISSN: 2446-6662– Versão Eletrônica

**Este artigo está sob uma licença do
Creative Commons**

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais

Distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.

